

ESTUDOS DO
LEXICO
GERAL E ESPECIALIZADO
TEORIAS E APLICAÇÕES - VOLUME I

Organização

Georgiana Márcia Santos

Luís Henrique Serra

Theciana Silva Silveira



ESTUDOS DO LÉXICO GERAL E ESPECIALIZADO
TEORIAS E APLICAÇÕES
VOLUME I

Comissão Editorial

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda

Ma. Marcelise Lima de Assis

Conselho Editorial

Dr. André Rezende Benatti (UEMS*)

Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB*)

Dra. Ayanne Larissa Almeida de Souza (UEPB)

Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE*)

Fernando Miramontes Forattini (Doutorando/PUC-SP)

Dra. Yls Rabelo Câmara (USC, Espanha)

Me. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA*)

Dr. Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG)

Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA*)

Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza (Doutoranda/UNICAMP)

Dr. Washington Drummond (UNEB*)

Me. Sandro Adriano da Silva (UNESPAR*)

*Vínculo Institucional (docentes)

Georgiana Márcia de Oliveira Santos
Luís Henrique Serra
Theciana Silva Silveira
Organizadores

ESTUDOS DO LÉXICO GERAL E ESPECIALIZADO
TEORIAS E APLICAÇÕES
VOLUME I



Catu, Ba
2021

© 2021 by Editora Bordô-Grená
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora Bordô-Grená

TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS. É PERMITIDO O DOWNLOAD DA OBRA, O COMPARTILHAMENTO E A REPRODUÇÃO DESDE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS CRÉDITOS DAS AUTORAS E DOS AUTORES. NÃO É PERMITIDO ALTERÁ-LA DE NENHUMA FORMA OU UTILIZÁ-LA PARA FINS COMERCIAIS.

Editora Bordô-Grená
https://www.editorabordogrena.com
bordogrena@editorabordogrena.com

Projeto gráfico: Gislene Alves da Silva
Capa: Keila Lima de Assis
Edição e revisão: Editora Bordô-Grená

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecário responsável: Roberto Gonçalves Freitas CRB-5/1549

E82

Estudos do léxico geral e especializado : [Recurso eletrônico]:
teorias e aplicações / Organizadores Georgiana Márcia de Oliveira
Santos; Luís Henrique Serra; Theciana Silva Silveira. – Catu: Bordô-
Grená, 2021.

5400kb, V.I (218fls.)

Livro eletrônico
Modo de acesso: Word Wide Web
<www.editorabordogrena.com>
Incluem referências

ISBN V.I: 978-65-87035-56-7 (e-book)
ISBN V.II: 978-6587035-55-0 (e-book)

1. Linguística. 2. Ensino. 3. Discurso. I. Título.

CDD 410

Os conteúdos dos capítulos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
<i>Luís Henrique Serra</i>	
<i>Georgiana Márcia de Oliveira Santos</i>	
<i>Theciana Silva Silveira</i>	
ESTUDOS DO LÉXICO ESPECIALIZADO	
COMUNIDADE DISCURSIVA E GÊNEROS TEXTUAIS ESPECIALIZADOS: MAIS ELEMENTOS PARA UMA TERMINOLOGIA DESCRITIVISTA E INTERDISCIPLINAR	17
<i>Luís Henrique Serra</i>	
AS METAFÓRAS ONTOLÓGICAS NA TERMINOLOGIA DO PETRÓLEO: O CASO DA PERSONIFICAÇÃO	28
<i>Theciana Silva Silveira</i>	
<i>Gladis Maria de Barcellos Almeida</i>	
ASPECTOS DO <i>CONTINUUM</i> METAFÓRICO-METONÍMICO NA TERMINOLOGIA DA ÁREA DE CURRÍCULO ESCOLAR EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ORGANIZADO POR COMPETÊNCIAS	44
<i>Fernanda Mello Demai</i>	
A UTILIZAÇÃO DE ZOÔNIMOS NO ÂMBITO DA ECONOMIA	63
<i>Lucimara Alves da Costa</i>	
<i>Ieda Maria Alves</i>	
A TERMINOLOGIA DO CANDOMBLÉ NA CASA FANTI-ASHANTI EM SÃO LUÍS-MA	82
<i>Ayla Cristina Lopes Moura</i>	
A ARTE DE TECER: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS A PARTIR DA NOMEAÇÃO DOS PONTOS DE RENDA RENASCENÇA	98
<i>Liliane de Souza Almeida</i>	
A DIVERSIDADE DOS SINAIS-TERMOS DA ELETRICIDADE: <i>UMA ANÁLISE SOCIOTERMINOLÓGICA</i>	112
<i>Brandon Jhonata Cardoso Santana</i>	
<i>Georgiana Márcia Oliveira Santos</i>	
A LEMATIZAÇÃO DO LÉXICO DE ESPECIALIDADE: ANÁLISE DO DICIONÁRIO DA LÍNGUA DE SINAIS DO BRASIL, A LIBRAS EM SUAS MÃOS	126
<i>Leandro Andrade Fernandes</i>	

ESTUDOS DO LÉXICO GERAL

ESTUDOS LEXICAIS: LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E METALEXICOGRAFIA <i>Melissa Heberle Diedrich</i>	143
OS DICIONÁRIOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA PNLD E A REALIDADE DO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO L2 PARA ESTUDANTES SURDOS <i>Joyce Cristina Souza</i> <i>Gladis Maria de Barcellos Almeida</i>	158
A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – <i>UM ESTUDO DO CAMPO SEMÂNTICO PROFISSÕES EM SÃO LUÍS-MA</i> <i>Matheus da Silva Lopes</i> <i>Zuleica de Sousa Barros</i>	175
DO HOMOSSEXUALISMO À HOMOSSEXUALIDADE: <i>UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA LEXICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA</i> <i>Claudiene Diniz da Silva</i> <i>Joana Darc Rodrigues da Costa</i> <i>Waldemar Duarte de Alencar Neto</i>	192
SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS	217
SOBRE OS ORGANIZADORES	222

APRESENTAÇÃO

PROCURA DA POESIA

(...)

Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
há calma e frescura na superfície intata.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
Convive com teus poemas, antes de escrevê-los.
Tem paciência se obscuros. Calma, se te provocam.
Espera que cada um se realize e consume
com seu poder de palavra
e seu poder de silêncio.

(...)

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?

(ANDRADE, 2000, p. 14-15).

No aclamado livro *Rosa do Povo*, o eu-lírico de Carlos Drummond de Andrade revela um reino feito de palavras em que todas esperam ansiosas por serem conhecidas e usadas. No lugar mencionado no poema drummoniano, a palavra não está completa, vive aguardando o desespero, a quebra da calma da superfície, do seu estado de surda e muda, do seu estado de dicionário. E tudo isso só poderá ser quebrado na prática da interação, no resgate de toda a riqueza de possibilidades que todo usuário pode fazer nos complexos processos de interação cotidianamente.

Esse fragmento da poesia de Drummond destaca, assim, uma característica importante da palavra, como elemento da estrutura linguística e da prática comunicativa. A palavra está sempre pronta para servir de unidade mínima para a comunicação em diferentes contextos, sejam os da

comunicação trivial e rotineira, sejam os da complexidade do universo científico e acadêmico. Essa unidade, dada a amplitude de sua importância na comunicação humana, é um elemento indispensável para a própria organização e sobrevivência dos seres humanos, pois, como nos explica Biderman (2002), em seu clássico texto “As ciências do léxico”, a palavra simboliza o percurso inicial da cognição humana, elemento indispensável para o desenvolvimento do animal homem frente aos outros animais.

É importante lembrar, nesse sentido, que o universo léxico de uma língua natural é como uma constelação de elementos que revelam uma realidade complexa, que está alinhada à própria existência humana e, por isso, muitos são os fenômenos concernentes à palavra. Na Linguística, o conjunto de disciplinas que ficaram conhecidas como Ciências do Léxico têm apresentado inúmeras concepções e tratamentos sobre a palavra. Desse modo, diferentes unidades linguísticas têm sido estudadas e reconhecidas com as mesmas características de uma unidade léxica, o que tem enriquecido as discussões sobre a natureza da palavra e sua importância para o homem.

Com o advento de diferentes visões e discussões sobre a língua e a linguagem, também têm se avolumado a quantidade de análises e discussões sobre a palavra, o que têm mostrado a vitalidade das disciplinas que se reúnem no epíteto as ciências do léxico. Nesse sentido, a presente coletânea foi criada com o objetivo de trazer à tona a vitalidade das discussões sobre a palavra em suas diferentes dimensões e perspectivas. Nos últimos anos, muitas têm sido as coletâneas, livros e artigos publicados em anais de evento e em revistas acadêmicas tanto em âmbito nacional quanto internacional, mostrando a importância do componente linguístico palavra para as discussões no âmbito da linguística de um modo geral.

Pesquisas sobre o léxico são feitas em praticamente todas as regiões do Brasil. Disciplinas de graduação e pós-graduação são ministradas em muitos cursos de graduação e em programas de pós-graduação em Letras e em outras áreas que dialogam diretamente com a grande área da linguística, como as ciências da comunicação e o ensino. A coletânea *As Ciências do Léxico* está chegando à sua décima edição com valiosas contribuições, sem considerar os incontáveis números especiais organizados por pesquisadores

da área do léxico nos diferentes periódicos da área da Linguística, em especial.

Muito embora ainda haja esse grande volume de produções acadêmicas e de divulgação sobre o léxico, não se conhece com profundidade a diversidade de estudos sobre o léxico realizados nas diferentes regiões do país. Tendo em vista que o léxico é o reflexo direto da realidade cultural e cognitiva de uma sociedade, conhecer estudos e dados de diferentes regiões do país e fora dele é sempre muito importante e enriquecedor.

Nesse sentido, a presente coletânea foi criada com o objetivo de trazer à tona a vitalidade das discussões sobre a palavra em suas diferentes dimensões e perspectivas no país, reunindo textos de diferentes regiões brasileiras, com temas variados e com dados de pesquisadores reconhecidos e em formação dentro dos estudos do léxico, trazendo contribuições tanto para o público iniciante quanto para especialista em estudos lexicais que se interessem pelo léxico e suas diferentes questões.

Considerando a expressiva variedade dos estudos do léxico e o número de contribuições que foram recebidas para esta coletânea, esta obra busca evidenciar, primeiramente, as duas principais dimensões dos estudos do léxico: os estudos do léxico geral e os estudos do léxico especializado. Com essa divisão, buscamos organizar as pesquisas desta coletânea em dois grandes grupos que consideram dois contextos importantes de análise do léxico: (i) a palavra em contextos triviais, educativos, recolhida em contextos específicos e históricos e (ii) a palavra no contexto científico, acadêmico e profissional.

É importante mencionar que, para além de textos que analisam dados do léxico, a coletânea também apresenta textos teóricos que refletem sobre o *status* e as teorias que estudam o léxico, ampliando o escopo do conjunto de textos aqui apresentados.

Neste volume, são apresentados textos dentro do escopo da Terminologia em diferentes perspectivas. Os 8 primeiros textos tratam de maneiras diferentes a unidade lexical e o campo da Terminologia e dos estudos do léxico em contextos especiais, com contribuições da Terminologia para diferentes áreas do saber humano, como o universo do

petróleo, da educação, da energia elétrica e de manifestações culturais, como as rendeiiras e as manifestações religiosas de origem africana. As palavras desses universos são analisadas a partir de fenômenos semântico-lexicais como a neologia, metaforização ontológica e metonímia, a zoonomia, a variação terminológica.

Nos quatros últimos textos deste primeiro volume, observamos uma diversidade de temas, em que a palavra é entendida em diferentes perspectivas, como a histórica, a social e a do ensino. Há texto sobre as línguas de sinais brasileiras, com enfoque na diversidade de sinais para denominar as profissões em São Luís do Maranhão, assim como a realidade do uso de dicionários para aprendizes surdos de português como L2. Nessa parte da obra, temos ainda um ensaio geral sobre as ciências do léxico, assim como uma pesquisa sobre a evolução histórica do registro da denominação homossexual e suas variedades nos dicionários escritos em língua portuguesa. Como se observa, os temas são variados, assim como os tratamentos dados à palavra como uma unidade linguística.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os acadêmicos e pesquisadores de instituições de ensino superior de diferentes regiões do país que atenderam ao convite feito pela equipe de organizadores para uma discussão ampla sobre o léxico geral e especializado. As reflexões suscitadas pelos trabalhos de vocês, acrescentam um valor inestimável.

Aos leitores e curiosos deste livro, cumpre fazer o convite para o deleite da leitura de trabalhos que abrem uma janela importante para os estudos linguísticos. Retomando o poema de Drummond, o convite para acessar o reino das palavras está feito, chegue mais perto e folheie as páginas deste livro e adentre na diversidade das palavras. Convidamos os leitores para um universo rico de sentidos, contextos, histórias e identidades que foi cristalizado nas palavras dos usuários da língua portuguesa. Tome sua chave, que, no caso, é a curiosidade e o interesse por discussão acerca da palavra, e deleite-se com esta obra que chega ao grande público, em especial, aos estudiosos/apaixoados pelos estudos do léxico geral e especializado.

Desejamos que os dois volumes desta coletânea se somem a muitas outras produções do universo dos estudos da palavra e tragam contribuições pertinentes e importantes para a área dos estudos do léxico de uma maneira

geral. Que, por meio dos dois volumes, o leitor possa encontrar diálogos e leituras importantes para a formação acadêmica e humana, visto que o objeto principal dos estudos aqui reunidos - a palavra - é um dos principais eixos da formação do homem como um ser de linguagem.

Luís Henrique Serra

Georgiana Márcia de Oliveira Santos

Theciana Silva Silveira

REFERÊNCIA

ANDRADE, Carlos Drummond. *A rosa do povo*. 21ª ed. São Paulo: Record editora, 2000.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In. OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2ª ed. Campo Grande: MS: Ed. UFMS, 2002,13-22.

ESTUDOS DO LÉXICO ESPECIALIZADO

COMUNIDADE DISCURSIVA E GÊNEROS TEXTUAIS ESPECIALIZADOS: MAIS ELEMENTOS PARA UMA TERMINOLOGIA DESCRITIVISTA E INTERDISCIPLINAR ¹

Luís Henrique Serra

A terminologia, há muito, é um campo de estudos que vem tentando avançar na compreensão da realidade linguística dos diferentes universos especializados, das diferentes línguas naturais existentes. Nesse sentido, as discussões sobre como o funcionamento das linguagens especializadas têm trazido elementos novos, demonstrando a vitalidade dos diferentes discursos especializados e a identidade discursiva de cara área do saber humano. No Brasil, tem sido possível observar uma variedade de focos que abordam o discurso especializado em diferentes perspectivas, alguns centralizando-se no léxico e sua descrição semântica ou morfológica, enquanto outros pesquisadores buscam observar o léxico na dimensão comunicativa, ou seja, o léxico no funcionamento do discurso e na prática. A discussão que buscamos apresentar neste estudo se alinha muito mais a esta última perspectiva.

Neste texto, a hipótese central que se apresenta é que a Terminologia, em sua face Linguística, pode ter um importante diálogo com as teorias dos gêneros, principalmente, a teoria dos estudos teóricos e metodológicos sobre os gêneros na esfera acadêmico-científica, na linha do que propõe John Swales (1990, 2016).

É importante frisar que a Terminologia como um campo de estudo tem suas primeiras sementes lançadas ainda no século XIX, mas vem se

¹ As reflexões aqui apresentadas resultam de uma pesquisa de estágio pós-doutoramento realizada no Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI) nos anos de 2020-2021.

tornar um campo de estudos a partir dos esforços de indivíduos que não tinham como objeto de estudo a descrição do funcionamento da linguagem, como o engenheiro austríaco Eugen Wüster e Dimitri Lotte, no século XX. Ambos os estudiosos veem a importância do léxico especializado para a comunicação, mas não têm objetivos de descrição das linguagens especializadas, buscando um quadro do funcionamento delas, mas sim facilitar a comunicação no ambiente especializado e políticas linguísticas com fins variados.

O interesse da Linguística pela Terminologia (léxico especializado) é recente e nasce no bojo das discussões sobre a política linguística, o direito linguístico e a tradução, campos que viam a problemática da política linguística e da tradução - as línguas dos grupos sociais que ascendiam socialmente ter a capacidade de representar, a partir do seu léxico, o conhecimento científico? Nesse sentido, países bilíngues e em formação são hoje grandes centros dos estudos linguísticos e terminológicos, visto que o aspecto da identidade e da formação desses países é uma problemática nacional e de estado. Em suma, a Terminologia, ainda hoje, é um campo de interesse de diversas áreas de estudos, porque é claro que a comunicação é um elemento que está situado no núcleo de todas as disciplinas, ou, conforme veremos a frente, na perspectiva de Swales (1991), o próprio conceito de comunidade científica está fundamentado na e pela linguagem.

Para Cabré (1998, 2003), a Terminologia é uma disciplina interdisciplinar por natureza. Esse aspecto da Terminologia é evidenciado não apenas por conta de seu objeto ser a linguagem utilizada nos diferentes grupos científicos humanos, mas, também, por conta da sua relação com outros campos que colaboram para a ampliação e transformação dessa grande área de estudos. Araújo (2013, p. 43) comenta, nesse sentido, que as transformações ocorridas na Terminologia “são também fruto do caráter interdisciplinar dessa disciplina, que trata de questões em que atuam não apenas os aspectos linguísticos, mas também os cognitivos e os comunicacionais”. Desse modo, a Terminologia é um campo aberto a muitas colaborações e isso tem marcado seu caráter ou identidade como uma área de estudos científicos.

No âmbito da Linguística, são muitas as contribuições dessa área de estudos, sobretudo da morfologia, da semântica lexical, da sociolinguística, da Linguística Histórica, Linguística Textual entre outros campos dentro da Linguística que colaboram dando reflexões teóricas para o avanço e o trabalho desse campo. Retomando Araújo (2013), é importante atentar para os diferentes papéis que essas relações têm tido no escopo da Terminologia. Ela explica como âmbitos da Linguística dialogam com os objetivos da Linguística

A Linguística (...) tem atuado tanto no sentido de colaborar em relação à metodologia de trabalho – Linguística Computacional e Linguística de *Corpus* – quanto no surgimento de novas vertentes para o trabalho terminológico – sociolinguística, Linguística Histórica, Linguística Textual e Linguística Cognitiva. Deve-se destacar ainda que algumas dessas vertentes foram claramente influentes no desenvolvimento de novas teorias terminológicas. (ARAÚJO, 2013, p. 58, grifo original)

Como evidencia Araújo e outros autores, a Terminologia como um campo de estudos tem um diálogo intenso com a Linguística, mas esse diálogo tem sido muito mais evidenciado por meio de disciplinas que se organizam no circuito formalista do contínuo das disciplinas da Linguística. E, nesse sentido, propostas de descrição de estruturas morfológicas dos termos de uma área, produção de produtos lexicográficos e descrição formal de estruturas semântico-lógicas de diferentes áreas do saber humano pululam nos trabalhos linguísticos. Não que esses trabalhos não dão contribuição para a compreensão dos estudos linguísticos das linguagens especializadas. Eles, em um primeiro momento, foram fundamentais para compreendermos o funcionamento do uso da linguagem nos diferentes campos especializados, além de que eles nos dão excelentes contribuições para entendermos e confirmarmos o pressuposto de que a linguagem utilizada nos discursos especializados é a mesma utilizada nos âmbitos não especializados.

No entanto, é importante avançar mais, para outros campos da Linguística que podem colaborar e muito para o estudo da linguagem nos diferentes discursos especializados e campos menos formalistas acabam ganhando espaço entre os estudos na Linguística. Importa destacar que a

Linguística Textual, conforme já foi observado por Serra e Araújo (2013), é um campo importante para a Terminologia, sobretudo porque o conceito de texto, que é amplo e complexo, ainda precisa de diferentes contribuições para se chegar a uma resposta segura sobre o fenômeno. Ciapuscio (1998, 2003) dá importantes contribuições nesse sentido, porque o seu trabalho atenta para a importância da Linguística Textual e até das Teorias do Gênero para compreendermos a natureza do texto nos universos especializados, ou nas comunidades comunicativas especializadas. Essas reflexões em torno do texto e da comunicação especializada já são alguns importantes passos que a Terminologia Descritivista tem dado em direção a uma descrição mais ampla dos discursos especializados.

Krieger (2019) comenta que entender o status de um termo dentro de um contexto já é um primeiro e importante passo nessa direção, mas, para a autora, esse reconhecimento, que se centra nas formas fixas de uma língua, não é suficiente. Ela afirma, nesse sentido, que “Olhar para contextos de ocorrência em seus limites frasais é uma condição necessária, mas não suficiente para dar conta das terminologias” (KRIEGER, 2019, p. 191). Mais a frente, a autora comenta a importância de se ter um estudo descritivo da terminologia que considere aspectos comunicativos e textuais das terminologias. Ainda segundo Krieger já é bastante aceito entre os terminólogos a ideia de que o texto, o contexto e o uso dos universos especializados é uma realidade. Ela comenta ainda “Pode-se dizer que já é consenso nos estudos de Terminologia, a valorização de um paradigma epistemológico que privilegie os aspectos comunicativos envolvidos no uso e na determinação do léxico especializado” (op cit).

Nessa direção, as teorias do discurso, dos gêneros e dos textos dão subsídios que trazem para a Terminologia um paradigma interessante e que se abre para além da forma linguística dos termos utilizados por uma comunidade de especialistas. Nessa direção, os aspectos pragmáticos e da cultura comunicativa de uma comunidade de especialistas, em um campo do saber humano, entram em jogo e são fundamentais para explicar muitos dos fenômenos encontrados na comunicação especializada. O conceito de dialogismo da linguagem e dos gêneros do discurso de Bakhtin fundamentam a ideia de que a comunicação, seja lá qual for o seu âmbito, é

dialógica, ou seja, é comunicacional, se concretiza na relação entre os indivíduos da sociedade (BAKHTIN, 2016). Na esteira do pensamento de Bakhtin, os gêneros do discurso organizam a comunicação e são ícones de uma prática de uma sociedade. É a partir dos gêneros que podemos entender as práticas de uma sociedade e de um grupo social, porque é neles que as práticas culturais de uma comunidade se concretizam e se consagram como identidade daquela comunidade. A ideia de que cada texto se encontra encaixado em práticas sociais e conseqüentemente em fatos sociais tem ganho muitos adeptos. Fatos Sociais, nesse contexto, são ações sociais realizadas por meio da linguagem e que resultam em formas textuais padronizadas, típicas e reconhecidas (BAZERMAN, 2009) é muito relevante para entendermos como a comunicação em uma comunidade de cientista funciona.

Além de Bakhtin e Bazerman, outro teórico cujas ideias colaboram muito para os estudos do discurso especializado é John Swales e seu conceito de comunidade discursiva. Swales parte do pressuposto que todas as áreas de especialidade são comunidades de indivíduos que se conectam por meio de um tema central e objetivos semelhantes, que é o desenvolvimento conhecimento científico e/ou técnico sobre algum fenômeno. Ele entende que a reunião desses indivíduos, mesmo que não seja física ou consciente, acontece porque esses indivíduos atendem um conjunto de normas relacionadas ao comportamento/práticas de um grupo e à comunicação desse grupo.

Swales (1988, 1990, 2006) explica que toda comunidade discursiva é caracterizada pelo interesse mútuo entre os indivíduos, pelos mecanismos de intercomunicação entre os membros desse grupo, pela intensa troca de informações entre os membros desse grupo, além de por conta de uma complexa rede de níveis e papéis que são executados ou vividos pelos indivíduos dessa comunidade. A entrada, o estabelecimento e a saída desses membros na comunidade são muito intensas. No entanto, um aspecto da comunidade discursiva é ponto de encontro entre a Terminologia e o conceito de Swales. Para Swales, a comunidade discursiva se caracteriza pela terminologia que é compartilhada nas diferentes comunicações que ocorrem no grupo. Nas palavras do autor, o uso de uma terminologia por

uma comunidade discursiva ocorre para que a comunicação entre os membros dessa comunidade possa acontecer cada vez mais objetivamente, sem interferências externas ou mal-entendidos. Quanto mais integrado o indivíduo estiver na comunidade, maior é a densidade e complexidade da terminologia compartilhada pelo indivíduo. Nas palavras de Swales, “(...) a comunidade discursiva possui uma dinâmica inerente a uma terminologia cada vez mais compartilhada e especializada” (SWALES, 1988, p. 213).

É importante atentar para outro aspecto da comunidade discursiva apresentada por Swales e que é relevante para entendermos a comunicação de uma comunidade discursiva. Quando ele afirma que a comunidade discursiva tem modos específicos de se comunicar e nesse aspecto o gênero textual é o elemento que possibilita isso, Swales aponta que o conjunto de gêneros textuais que cada comunidade utiliza é um fator de identidade desse grupo de especialistas. Swales comenta ainda que uma comunidade discursiva desenvolveu e desenvolve continuamente expectativas discursivas, ou seja, modos próprios e esperado de comunicação que deve ser conhecido e utilizado por todos os membros dessa comunidade. Desse modo, para Swales, esses modelos de comunicação “(...) pode envolver apropriação de tópicos, forma, função e posicionamento de elementos discursivos, além de regras textuais que funcionam nas operações da comunidade discursiva” (SWALES, 1990, p. 26).

Considerando as ideias de Bakhtin sobre o dialogismo da linguagem e os gêneros discursivos que identificam os campos de atividade humana, considerando ainda as ideias de Bezerman (2009), que aponta o texto como uma entidade social que demarca posições e estruturas da sociedade e, considerando o conceito de Swales de comunidade discursiva e os gêneros textuais que organizam as práticas linguísticas do discurso acadêmico e científico, é interessante pensar nesses aspectos nos estudos terminológicos. As ideias do grupo que ficou conhecido que tem uma abordagem sócioretórica (Swales e Bezerman são conhecidos como os principais

² *the discourse community possesses an inbuilt dynamic towards an increasingly shared and specialized terminology.*

teóricos dessa linha de estudos sobre o gênero), ou seja, a circulação social do discurso, abre um caminho interessante para novos caminhos dos estudos do discurso especializado, que se preocupa para além do léxico ou das relações semânticas dos universos especializados. Não que esses aspectos não sejam importantes, mas a ampliação do leque de pesquisa, dos caminhos que podem ser percorridos pelo terminólogo, dando nova perspectiva e assumindo discussões no campo da Linguística que antes não foram reconhecidas de forma mais direta, seria dar nova atmosfera a uma área que vem se ampliando com o passar do tempo.

É curioso notar que o conceito de comunidade discursiva vem sendo discutido desde a década de 80 por Swales e seus colaboradores, mas o diálogo que a Terminologia tem com essas discussões ainda é muito tímido. Nesse sentido, Braz, Nascimento e Carvalho (2017, p. 370) comentam que “A questão das comunidades discursivas muito tem contribuído, além dos gêneros discursivos; na literatura especializada em Terminologia, por exemplo, são frequentemente retratadas sem, no entanto, estarem enraizadas diretamente aos estudos de gêneros”, em outros termos, o conceito de comunidade discursiva ou de uma comunidade relativamente homogênea, que detém o conhecimento de um tema do universo humano – comunidade de cientista ou técnicos especialistas – é frequentemente notado pelos estudos terminológicos, mas são poucos os que fazem o diálogo com as discussões da Terminologia.

Braz, Nascimento e Carvalho (2017, p. 371) acrescentam que

as áreas de especialidade às quais as abordagens terminológicas se referem são equivalentes ao que Swales denomina de comunidades discursivas, essa expressão é presença constante nas investigações e aplicações na temática, porém, mencionando diretamente este autor, são relativamente poucos os trabalhos que o fazem.

Assim como esses autores, muito embora esse seja um conceito ou uma discussão já elaborada no campo da Terminologia, reconhecer esse ponto de encontro entre a Terminologia e as ideias de Swales relativas à comunidade discursiva vai muito além da simples constatação de uma consciência, mas é tomar para os estudos terminológicos uma abordagem que aceita e reconhece os aspectos culturais e a complexidade das diferentes

áreas do saber humano. Utilizar-se do conceito de Swales vai além de reconhecer que as comunidades de especialistas do universo do saber humano é muito mais do que saber que esses especialistas dessa comunidade reconhecem e utilizam um sistema de unidades especializadas, isso a Terminologia já faz há muito tempo, o que é interessante nessa direção é assumir aspectos pragmáticos que são próprios da comunidade de especialista que a Terminologia observa com o foco nas unidades do léxico.

Entender que os fenômenos da comunicação especializada, as escolhas dos especialistas por uma ou outra forma de denominar uma entidade, as transformações no estilo e na mensagem de um especialista quando ele dialoga com diferentes audiências, os gêneros mais recorrentes daquela comunidade, a organização retórica desses gêneros, as normas comunicativas que o especialista ou leigo precisa tomar como modelo de comunicação em uma comunidade em que ele tem interesse de fazer parte são algumas das preocupações que a Terminologia poderia assumir, tomando em consideração os estudos sobre o gênero textual e sobre o letramento acadêmico de um modo geral.

A proposta, é importante destacar, não é desconsiderar ou deixar de lado as pesquisas que dialogam com áreas como a Linguística Aplicada, a Sociolinguística, a Política Linguística ou com a Tradução, além de outros campos da Linguística que, tradicionalmente, vêm dialogando com a Terminologia e dando subsídios para muitas discussões no campo, colaborando para a vitalidade e ajudando a Terminologia a alcançar o seu objetivo, que é a descrição linguística das terminologias. A proposta é ampliar o diálogo, assumir novos campos e apresentar novas categorias de análises para a Terminologia descritivista.

Nessa direção, é importante destacar o que coloca Krieger (2017, p. 125-126) acerca da pesquisa terminológica:

não há um único caminho para enfrentar os desafios de lidar com a terminologia. Sem dúvida, há uma série de pesquisas que estão contribuindo para demonstrar o papel da textualidade e dos universos de discurso no âmbito dos saberes e das práticas profissionais, embora não sejam divulgadas de forma sistemática. Entretanto, as proposições da Terminologia Linguístico-Textual (...) indicam seu aproveitamento como uma chave de acesso aos termos.

A partir do que coloca Krieger e como tem sido discutido ao longo deste texto, a Terminologia, há muito, vem buscando novos caminhos para além da denominação para a análise do texto e da comunicação especializada. Tem destaque nessas discussões, os trabalhos de Hoffman (2015), com a Linguística do Texto Especializado, na qual o autor trabalha com análises do texto e dos gêneros especializados. Muito embora o aspecto formal desses elementos esteja no foco central das discussões por buscar descrever os gêneros e o texto especializado, a ideia de discurso e comunicação rodeia as discussões. Mais recentemente, os estudos de Ciapuscio (1998, 2003) e seus colaboradores no campo da Terminologia Textual é outro avanço na questão de colocar o texto e a comunicação especializada no centro das discussões da Terminologia. Ideias como texto, gêneros e variação terminológica encontram reflexões interessantes.

No Brasil, nessa linha de pensamento, os trabalhos do grupo TermiSul sob as orientações das professora Maria da Graça Krieger e Maria Bocorny Finatto são exemplos de trabalhos que encontram nas discussões colocadas aqui alguma identificação, sobretudo quando as autoras tratam de acessibilidade textual, Linguística de *Corpus* e Texto e gêneros especializados, a cultura acadêmica, empresarial e no âmbito dos direitos civis e do meio-ambiente.

No direcionamento que é defendido neste estudo, o próprio papel do trabalho terminológico é problematizado para novas fronteiras. Sobre isso, é pertinente as questões colocadas por Azevedo e Finatto,

Um trabalho que visa reconhecer os usos da linguagem de uma ciência em suas diferentes facetas e instâncias, ultrapassando o estudo de terminologias, ainda é/seria um trabalho de/em Terminologia ou se seria um estudo de textos a partir de corpora em sentido amplo? (...) quem não se centra em reconhecer terminologias como o objetivo de produzir glossários ou outro repertório ainda é um terminólogo? Essa, podem dizer, é apenas uma questão de identidade, que pode ser mais ou menos importante, dependendo do ponto de vista de quem a julgue, claro. (FINATTO; AZEVEDO, 2013, p. 562)

Uma das respostas que pode ser dada aos autores é que sim, a Terminologia não pode se fechar a apenas uma ou outra questão, sobretudo por conta de seu objeto de estudos ser amplo e complexo. Parece pertinente

pensar que os fenômenos concernentes ao universo discursivo nas diferentes dimensões de sua comunicação podem ser problematizados pela Terminologia como uma das ciências que estuda a palavra no discurso das comunidades das ciências e das técnicas.

Não restam dúvidas de que o caráter interdisciplinar da Terminologia, que sempre foi uma característica que trouxe ao campo importante modificação não só na Linguística, mas também nos diferentes campos do saber humano que se interessam pela comunicação, organização e tecnologias dos diferentes campos do saber humano, é uma característica do campo que abre novos direcionamentos e permite que os estudos produzidos nele estejam sempre se atualizando. Com esses novos diálogos, o escopo da área na Linguística não se perde, pelo contrário, se amplia e se atualiza com relação a outras áreas do conhecimento linguístico, aprofundando ainda mais o diálogo e as reflexões sobre a comunicação de um modo geral.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mariângela de. Terminologia e Linguística: novas tendências dos estudos terminológicos. In. MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz (orgs). *Terminologia: uma ciência interdisciplinar*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2013, p. 23-42.

BRAZ, M. I.; NASCIMENTO, F. M. S.; CARVALHO, Nelly Maria. Gêneros Textuais e Comunidades Discursivas: Contribuições Para Pesquisas Em Terminologia. In: Fabio Assis Pinho, José Augusto Chaves Guimarães. (Org.). *Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. IVed. Recife: Ed. UFPE, 2017, v. 4, p. 368-474.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros Textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2009.

CABRÉ, Maria Teresa. *Terminology: theory, methods and applications*. Philadelphia/ Amsterdam: John Benjamins, 1998.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: representación y comunicación*. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, 1999.

- CABRÉ, Maria Teresa. *Theories of terminology: their descriptions, prescriptions and explanation*. *Terminology*, n. 9, v. 2, 163-199, 2003.
- Ciapuscio, Giomar Eleonor. *La Terminología desde el punto de vista textual: selección, tratamiento y variación*. *Organon*, 26. 1-15, 1998.
- CIAPUSCIO, E. *Textos Especializados y Terminología*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2003.
- FINATTO, Maria José Bocorny; AZEREDO, Susana. Observações da tessitura do texto especializado são observações de/em terminologia? In. ISQUERDO, Aparecida Negri; FI-NATTO, Maria José Bocorny. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande / Porto Alegre: EdUFMS/ EDUFRGS, 2010, p.557-577.
- HOFFMAN, Lotham. Textos e Termos por Lothar Hoffman. In M. J. B. FINATTO, & L. ZILIO (Ed.), *Textos e Termos por Lothar Hoffman*. Porto Alegre, RS: Palloti, 2015.
- KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia e seus objetos de investigação. In: X Simposio Iberoamericano de Terminología, 2008, Montevideo. *Actas del X Simposio Iberoamericano de Terminología*. Montevideo: RITERM, 2008. p. 1-8.
- KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia Linguístico-textual (TLT): princípios teóricos e metodológicos. In. PÉREZ, Elena; PERASSI, María Laura; KWIESCEN, Martin Tapia.(orgs). *Palabras como puentes: estudios lexicológicos, lexicográficos y terminológicos desde el Cono Sur*. Córdoba: Buena Vista Editores, 2019, p. 116-127.
- SWALES, John M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SWALES, John M. Reflections on concept of discourse community. *Asp*. v.69, p. 7-19, 2016.

AS METAFÓRAS ONTOLÓGICAS NA TERMINOLOGIA DO PETRÓLEO: O CASO DA PERSONIFICAÇÃO ¹

Theciana Silva Silveira

Gladis Maria de Barcellos Almeida

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como muitas terminologias, a do petróleo é constituída por termos provenientes da língua geral, termos emprestados de outras áreas e termos gestados no interior do próprio domínio. Permeando esse rico conjunto vocabular, está a metáfora, nosso objeto de análise.

A metáfora é um fenômeno que pode ser visto desde a sua dimensão cognitiva até sua dimensão linguística. Nesse sentido, partimos da máxima preconizada por Lakoff e Johnson (2015) que afirmam que a “essência da metáfora é entender e experimentar um tipo de coisa em termos de outra” (p. 41). É com base nessa premissa que compreendemos o papel fundamental da metáfora para a conceituação de novas realidades, é o que acontece nos domínios técnicos-científicos.

Nesse sentido, a Teoria da Metáfora Conceitual (TMC) surge como uma revolução nos estudos da metáfora, refutando a visão tradicional, e objetiva compreender a metáfora como um recurso que existe para além da linguagem, fazendo parte não somente do sistema linguístico, mas também do nosso sistema conceitual, presente em nosso pensamento. Assim, a metáfora é entendida como um recurso utilizado pelos seres humanos em seu cotidiano, em suas vivências e em suas experiências, envolvendo nossas

¹ Este texto é parte constitutiva da tese de doutorado de Theciana Silva Silveira, intitulada Metáfora na terminologia do petróleo no espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Angola, Brasil e Portugal, desenvolvida sob orientação de Gladis Maria de Barcellos Almeida no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

ações e emoções que, por muito tempo e, para a maioria das pessoas, foi visto como apenas um recurso de imaginação poética. Nas palavras dos autores, “(...) a metáfora permeia o cotidiano, não só a linguagem, mas também o pensamento e a ação. Nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, 2015, p. 39, tradução nossa²).

É a partir dessas reflexões que abordaremos o fenômeno da metáfora, dando ênfase nas metáforas ontológicas. Considerando essa perspectiva, objetivamos descrever e analisar as metáforas de personificação na terminologia do petróleo, no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)³. É oportuno lembrar que trabalhamos com metáforas linguísticas que, segundo Kövecses (2010, p. 4), “(...) são manifestações na forma de palavras ou expressões, das metáforas conceptuais, que consequentemente representam um nível mais geral”.

Para desenvolver o nosso tema, apresentaremos, na sessão 2, o enquadramento teórico acerca das metáforas ontológicas, embasadas pela TMC, com destaque para as metáforas de personificação; na sessão 3, discorreremos brevemente sobre as principais etapas metodológicas; na sessão 4, desenvolveremos as análises das metáforas de personificação na terminologia do petróleo; e, na sessão 5, finalizaremos o texto com as nossas últimas considerações.

A QUESTÃO DAS METÁFORAS ONTOLÓGICAS: PERSONIFICAÇÃO

As metáforas ontológicas são aquelas em que é possível compreender conceitos abstratos com base nas nossas experiências com objetos físicos e, em particular, com o nosso corpo. Elas consideram acontecimentos, atividades, ideias, emoções, como entidades e substâncias. Lakoff e Johnson

² (...) *la metáfora impregna la vida cotidiana, no solamente el lenguaje, sino también el pensamiento y la acción. Nuestro sistema conceptual ordinario, en términos del cual pensamos y actuamos, es fundamentalmente de naturaleza metafórica.*

³ Mais informações podem ser obtidas em <www.cplp.org>, acesso em 22 de março de 2021.

afirmam que “As metáforas ontológicas servem a vários efeitos, e os diferentes tipos de metáforas refletem os tipos de fins a que servem” (2015, p. 64, tradução nossa⁴).

Segundo Vilela (2002, p. 77), “As metáforas estruturais e orientacionais não são suficientes para a categorização da nossa experiência: necessitamos de agrupar, identificar, quantificar, racionalizar os dados que vamos experienciando”. Isso ocorre porque muito do que experienciamos no cotidiano faz parte do universo abstrato, ou seja, não são objetos concretos. Assim, objetificamos abstrações para melhor delimitá-las, referenciá-las, quantificá-las etc.

Vejamos o exemplo sobre subida de preço que, metaforicamente, pode ser visto como uma entidade por meio do nome *inflação*: A INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE. Com base nesse conceito metafórico, é possível construir expressões metafóricas, como: 1) a inflação está baixando nosso nível de vida; 2) se houver muito mais inflação, não sobreviveremos; 3) há que se combater a inflação; 4) a inflação me deixa doente. Nesses exemplos, a inflação é vista como entidade, o que nos permite objetificá-la.

É necessário também destacar que há um amplo leque de metáforas ontológicas com diversos propósitos, como para se referir, identificar aspectos, quantificar, entre outros. A seguir, no Quadro 1, apresentamos alguns propósitos e exemplos representativos das metáforas ontológicas.

Quadro 1. Objetivos e exemplos representativos das metáforas ontológicas

OBJETIVOS/FIN	EXEMPLOS
<i>Referir-se</i>	Meu <i>medo de insetos</i> está deixando minha mulher louca.
<i>Quantificar</i>	Há <i>tanto ódio</i> no mundo.
<i>Identificar aspectos</i>	Não posso me manter no <i>ritmo da vida moderna</i> .
<i>Identificar causas</i>	A <i>pressão das responsabilidades</i> foi a causa de suas crises.
<i>Estabelecer metas e motivações</i>	Você considerou que se casar era a <i>solução dos seus problemas</i> .

Fonte: Lakoff e Johnson (2015)

⁴ “Las metáforas ontológicas sirven a efectos diversos, y los diferentes tipos de metáfora reflejan los tipos de fines para los que sirven.”

Assim como as metáforas orientacionais, as metáforas ontológicas, em sua maioria, não são vistas rotineiramente como expressões metafóricas, pois servem a uma gama limitada de propósitos, como já foi apresentado. Entretanto, os autores destacam que as metáforas ontológicas podem ser mais elaboradas, como o caso de *A MENTE É UMA MÁQUINA*: 1) vou perder o controle e 2) meu cérebro não funciona hoje. Ainda conforme os autores, a metáfora da máquina nos faz inferir que a mente possui um estado de funcionamento e um estado de não funcionamento, um nível de eficiência, uma fonte de energia, entre outros aspectos. Esses exemplos nos permitem analisar diferentes modelos metafóricos da *mente*, nos quais temos uma experiência estrutural em que utilizamos um domínio em termos de outro, e outra ontológica, em que utilizamos uma entidade abstrata como um objeto físico.

Inseridas no âmbito das metáforas ontológicas, as metáforas de personificação são aquelas em que um objeto físico se especifica como uma pessoa, em outras palavras, quando consideramos algo que não é humano como humano. Essa aproximação nos possibilita compreender os fenômenos do mundo real do ponto de vista humano, em função das suas motivações, objetivos, características e atividades humanas (LAKOFF; JOHNSON, 2015).

Nas palavras de Vilela,

As chamadas personificações são igualmente exemplo de metáforas ontológicas, em que propriedades ou entidades não humanas são aproximadas de atividades humanas, ou pela sua motivação, ou por algo que tem a ver com o homem, ou que se considera como o próprio homem com suas qualidades e defeitos. (VILELA, 2002, p. 79)

Para ilustrar como se dá a personificação nas expressões metafóricas, vejamos alguns exemplos apresentados por Viela (2002, p. 79): 1) *A vida* nos ensina coisas que os livros nunca ensinam; 2) *A inflação* nos destrói por dentro. Nos exemplos citados, é possível dizer que os termos destacados são abstratos e inanimados, entretanto, ganham atribuições humanas, ou seja, são personificados nas expressões metafóricas.

Apesar de se tratar da personificação por meio da atribuição de características humanas a não humanos, Lakoff e Johnson ressaltam que a

personificação não é um processo unificado, pois esse fenômeno pode se dar de maneiras distintas, seguindo determinados aspectos, como nos exemplos: 1) A inflação *atacou* as bases da nossa economia e 2) Nosso maior *inimigo* agora é a inflação. Nas expressões metafóricas apresentadas, é possível notar que a base da personificação não se dá apenas na ideia de que a INFLAÇÃO É UMA PESSOA, mas pode ser muito mais específica, como podemos ver no exemplo 2, em que a inflação, além de ser caracterizada como uma pessoa, é também um ADVERSÁRIA. Desse modo, ela pode nos atacar, roubar e destruir, ao pensarmos no ponto de vista econômico, político etc.

Com base nos exemplos e na exposição acerca do tema, é válido afirmar que a personificação é uma categoria genérica que abrange um leque de metáforas, em que cada uma escolhe aspectos diferentes de uma pessoa, ou as formas de enxergar essa pessoa. Independente dos diferentes aspectos a serem evidenciados, ambas são extensões das metáforas ontológicas e que nos possibilitam dar sentido aos fenômenos do universo em termos humanos (LAKOFF; JOHNSON, 2015).

Considerando toda essa realidade, é possível afirmar que as metáforas conceituais são fenômenos do pensamento e que se estruturam metaforicamente de forma inconsciente, não arbitrária e podem surgir a partir de diferentes motivações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Iniciamos nossa pesquisa tomando como referência a obra terminográfica impressa intitulada *Dicionário do petróleo em língua portuguesa: exploração e produção de petróleo e gás* (doravante DP), organizado por Eloi Fernández y Fernández, Oswaldo A. Pedrosa Junior e António Correia Pinho. Esse dicionário foi resultado de uma colaboração entre Angola, Brasil e Portugal, os três principais países produtores de petróleo no âmbito da CPLP.

Escolhemos essa obra por tratar-se do primeiro dicionário (e único, ao menos até agora) de petróleo em língua portuguesa, com a vantagem de incluir três variedades do português.

Para que a obra pudesse receber qualquer tratamento computacional, era necessário que estivesse em formato digital. Para isso, o dicionário foi desmontado, para que todas as páginas pudessem ficar dispostas uniformemente na mesa de digitalização. O equipamento utilizado foi uma máquina multifuncional (xerox + escâner) disponível na gráfica da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para a revisão da qualidade de digitalização, foi utilizado o programa ABBYY FineReader. Tanto a digitalização quanto a revisão foram realizadas por Clarissa Galvão Bengtson⁵.

Após essa digitalização, o arquivo passou por um tratamento computacional. Esse tratamento consistiu na conversão do texto para o formato XML⁶, de modo a permitir a inserção de etiquetas que indicassem todas as entradas em português, os equivalentes em inglês e o restante do verbete. Esse formato XML possibilitou a posterior transformação da totalidade do dicionário numa grande planilha Excel. Toda a parte computacional foi desenvolvida por José Pedro Ferreira, do CELGA-ILTEC⁷ (Portugal).

Assim, os materiais com os quais, de fato, trabalhamos foram: o DP impresso, o DP digitalizado em PDF e a planilha Excel.

De posse desses materiais, iniciamos a etapa de identificação e seleção dos termos a serem analisados. Todo o trabalho de seleção dos termos foi feito de forma manual. Como se tratava de um trabalho qualitativo, a ideia era analisar individualmente os termos com base em critérios estabelecidos, buscando compreender o fenômeno da metáfora nessa terminologia.

⁵ Pesquisadora que atua na Secretaria de Educação a Distância (SEaD), na UFSCar.

⁶ ExtensibleMarkupLanguage que serve para etiquetar qualquer tipo de dado, facilitando a sua posterior recuperação de forma automática.

⁷ Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra (Portugal) e Instituto de Linguística Teórica e Computacional. Ambos as unidades se fundiram em 2015 e têm como atividades centrais a pesquisa e a criação de recursos linguísticos. Mais informações podem ser obtidas em <<http://celga.iltec.pt/>>, acesso em 26 março 2021.

Para este texto, selecionamos as metáforas linguísticas de personificação, que consideramos como produtivas na terminologia do petróleo.

As análises foram elaboradas com base nas definições apresentadas no DP e, quando necessário, buscamos em teses/dissertações e variados glossários e definições que pudessem nos ajudar na compreensão do termo. Além disso, utilizamos também o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* (doravante DH) para buscar as acepções gerais do termo, sobretudo, as que estão relacionadas ao universo animado.

AS METÁFORAS DE PERSONIFICAÇÃO NA TERMINOLOGIA DO PETRÓLEO

Essas metáforas são vistas por Lakoff e Johnson (2015) como as mais óbvias, pois objetos físicos se especificam como pessoa, em outras palavras, entidades inanimadas são aproximadas de atividades humanas. É por meio da personificação que se concebe experiências, sejam elas atividades, emoções, ideias entre outras, como pessoas. Nesse mesmo sentido, Kövecses (2007, p. 567, tradução nossa) entende que as metáforas de personificação “envolvem compreender entidades não humanas, ou coisas, em termos de seres-humanos. Elas, desse modo, atribuem características humanas às coisas⁸.” Na terminologia do petróleo, esse núcleo metafórico foi produtivo, uma vez que entidades desse universo terminológico recebem traços humanos; no *corpus* lexicográfico da pesquisa, a personificação se concretiza por meio de adjetivos que traduzem esses traços próprios do ser humano (inteligente, assassino, casado), ou por meio de substantivos (memória, envelhecimento), ambos remetem a características humanas, mas no universo do petróleo são utilizadas em contextos não humanos.

Para melhor apresentar os dados, optamos por organizar o grupo de metáforas de personificação em subgrupos e ordem de produtividade (do

⁸ “(...) *involve understanding nonhuman entities, or things, in terms of human beings. They thus impute human characteristics to things.*”

mais produtivo ao menos produtivo), são eles: a) vitalidade; b) tempo de vida; c) formação de ideias; d) sensações. Essas nomenclaturas foram criadas a partir da reflexão sobre as classificações das palavras e seus significados apresentados em Azevedo (2010). Vejamos no Quadro 2 como as metáforas estão distribuídas.

Quadro 2. Distribuição das metáforas de personificação

SUBGRUPOS	TRAÇO HUMANO	TERMOS METAFÓRICOS
<i>Vitalidade</i>	<i>morto</i>	<i>óleo morto, espaço morto, tempo morto, traço morto, tanque de óleo morto.</i>
	<i>vivo</i>	<i>óleo vivo, traço vivo.</i>
<i>Tempo de vida</i>	<i>juvenil</i>	<i>água juvenil.</i>
	<i>maduro</i>	<i>campo maduro, óleo maduro.</i>
<i>Formação de ideias</i>	<i>inteligente</i>	<i>completação inteligente, completamento inteligente, campo inteligente, instrumentação inteligente, poço inteligente.</i>
<i>Sensações</i>	<i>cego/a</i>	<i>gaveta cega, deconvolução cega, camada cega, zona cega, válvula cega, flange cego, tubo cego, plugue cego, tampão cego.</i>

Fonte: autoras

Considerando a extensão que este trabalho nos permite, selecionamos apenas alguns termos para análise, mas que abarquem os quatro subgrupos apresentados.

a) *Vitalidade*

Esse subgrupo trata das metáforas relacionadas à matéria orgânica, ou seja, à vitalidade. Consideramos aqui as metáforas que apresentam como traço principal a presença/ausência da vida. Para tanto, selecionamos a metáfora *morto* que, nos termos do petróleo, constitui o segundo elemento do sintagma, como pudemos ver no Quadro 2. Essa metáfora qualifica o substantivo, primeiro elemento, que se trata do objeto inanimado e recebe

do adjetivo a qualidade humana. Analisemos os termos *óleo morto* e *traço morto* para visualizar melhor essas afirmativas.

(1) *óleo morto*

DP: Resíduo asfáltico de petróleo, resultante da perda das frações mais leves.

(2) *traço morto*

DP: Traço sísmico com nenhuma ou muito pouca amplitude.

De acordo com as definições apresentadas no DP, podemos observar que ambas evidenciam traços relacionados à ausência de algo. Em se tratando do exemplo (1), como apresentado na definição, *óleo morto* é o óleo sem alguns componentes; buscando outras fontes, encontramos definições como “óleo quando está em condições de pressão e temperatura de superfície e não libera mais gás” (COTIA, 2012, p. 37) e “Óleo a uma pressão suficientemente baixa que não contém gás dissolvido ou um óleo ou resíduo relativamente espesso que perdeu seus componentes voláteis” (*Oilfield Glossary*, tradução nossa⁹). As definições apresentadas nos ajudam a relacionar os traços que aproximam *pessoa morta* de *óleo morto*, pois, inserido nesse contexto, *óleo* é comparado a uma pessoa, possuindo vida, assim, ao estar *morto*, o *óleo* também perde funções, como nós seres vivos. Para que uma pessoa se mantenha viva, é necessário que haja o bom funcionamento de seus órgãos, sobretudo, a oxigenação, ou seja, a ausência de oxigênio e da perda ou mau funcionamento dos órgãos pode acarretar a morte; assim acontece com o *óleo*, que *morto* encontra-se com pouca pressão, sem seus componentes e, principalmente, sem gás. A liberação ou não deste último pode ser comparada diretamente com o nosso oxigênio, pois a ausência dele gera o estado de morte.

Já no que concerne a *traço morto*, embora tenhamos o mesmo traço conceitual relacionado à ausência, nesse exemplo, a associação é feita com a

⁹ *Oil at sufficiently low pressure that it contains no dissolved gas or a relatively thick oil or residue that has lost its volatile components.*

forma *traço* do aparelho de medir a oxigenação (oxímetro) e a função que ele tem. No universo do petróleo, *traço morto* é o traço sísmico com nenhuma ou muito pouca amplitude, como no oxímetro, em que o traço com nenhuma ou pouca amplitude correspondem à baixa oxigenação (poucos batimentos cardíacos) ou falta dela, conseqüentemente, a falta de vida de uma pessoa. Assim, o *traço morto* é aquele que não apresenta sinais, também utilizado na exploração de petróleo.

Para fazer um contraponto dessa metáfora *morto* relacionada ao traço *ausência*, destacamos o traço que segue nesse mesmo campo conceitual, mas agora com o traço *presença*, como podemos observar em *óleo vivo e traço vivo*. Vejamos:

(3) *óleo vivo*

DP: Óleo que contém algum gás em solução. Todo óleo proveniente do poço é óleo vivo, por sempre conter alguma fração de gás dissolvido nele. Ao chegar à superfície, esse gás deve ser separado do óleo. O óleo vivo deve ser tratado e bombeado em condições bem controladas para evitar o risco de explosão e incêndio.

(4) *traço vivo*

DP: Traço ou registro sísmico válido.

Como foi possível observar nos exemplos (3) e (4), o traço *presença* é evidente, uma vez que ao invés de *morto*, *óleo* e *traço* estão *vivos*. Em *óleo vivo*, a presença de gás dá a ele vivacidade, o que permite que esse óleo tenha funções e, a partir dele, possam ser gerados seus derivados, como o combustível. Na definição registrada no DP, na parte em que apresenta “O óleo vivo deve ser tratado e bombeado em condições bem controladas para evitar o risco de explosão e incêndio”, fica nítido que, assim como o ser humano precisa de cuidados quando está vivo para que não tenha complicações (doenças, acidentes etc.), o que pode gerar a morte, o *óleo* também precisa de determinadas condições favoráveis para que não perca seus componentes ou exploda e, conseqüentemente, morra.

A metáfora *traço vivo*, assim como em *traço morto*, está relacionada à ausência/ presença dos sinais vitais, quando pensamos no universo animado. No petróleo, *traço vivo* é o traço sísmico que é válido. Nesse

contexto, entendemos que se refere ao traço que tem relevância, que apresenta dados/informações importantes para a atividade de exploração do petróleo, como o ser vivo, em que as altas amplitudes do *traço* revelam a vitalidade da pessoa, seu estado de saúde etc. É por meio desses *traços vivos* que surgem alertas, preocupações, cuidados que devem ser tomados pelas condições apresentadas, seja no contexto humano, seja no universo do petróleo.

b) Tempo de vida

No que tange à personificação relacionada ao aspecto *tempo*, registramos as metáforas *juvenil* e *envelhecimento*. Neste item, analisamos o termo metafórico *água juvenil*.

(5) *água juvenil*

DP: Água que entra no ciclo hidrológico pela primeira vez, sendo derivada diretamente do magma.

Segundo o DP, essa entidade é definida como a “Água que entra no ciclo hidrológico pela primeira vez”. Com base nessa definição, podemos associar a metáfora com os traços que são característicos daquilo que tem vida, como o ser humano que passa por diversas etapas ao longo de sua vida; no DH, *juvenil* é definido como “relativo à juventude, que apresenta caracteres próprios da juventude; jovem, moço”. Essa relação metafórica é cotidianamente feita com objetos e coisas em geral. No universo do petróleo, *água* (substância) recebe um traço relacionado ao tempo de vida de um ser vivo, *juvenil*, que, no conhecimento geral, é metaforicamente associado à inexperiência, como vemos no exemplo: *água juvenil*, quando se tem a água que entra no ciclo hidrológico pela primeira vez.

No sentido contrário ao da inexperiência, apresentado na metáfora *juvenil*, temos, na terminologia ora estudada, a metáfora *maduro*. Vejamos:

(6) *campo maduro*

DP: 1. Campo de petróleo ou gás que se encontra em estágio avançado de sua vida produtiva. 2. Campo produtor de petróleo ou gás natural cujo perfil de produção encontre-se no seu declínio final, aproximando-se da fase de abandono. O campo de petróleo ou gás que esteja em declínio de produção, em função de seu estágio avançado de sua vida produtiva, poderá,

entretanto, eventualmente e a depender da economicidade, receber métodos de recuperação mais avançados visando à manutenção da produção ou mesmo à reversão de seu declínio.

Nesse exemplo, como nos outros apresentados até aqui, a qualidade humana está presente no segundo elemento do sintagma *maduro*, que atribui a *campo*, traços animados. Como exposto na definição do DP, *campo maduro* trata-se do campo “de petróleo ou gás que se encontra em estágio avançado de sua vida produtiva”, ou ainda, “Campo produtor de petróleo ou gás natural cujo perfil de produção encontre-se no seu declínio final, aproximando-se da fase de abandono”. Com bases nessas definições, podemos associar aos traços relacionados à *maturidade*: “período da vida compreendido entre a juventude e a velhice” (DH); assim, *campo maduro* é aquele que já “viveu” um determinado tempo. Buscando outras definições, encontramos para *campos maduros*: “são aqueles que se encontram em estágio avançado de exploração, e para aumentar a sua produção, necessitam da aplicação de diferentes técnicas de recuperação de petróleo” (SENNA, 2011, p. 8) e “aqueles cujos reservatórios de petróleo e gás natural, após a exploração (produção) primária, ainda detenham 40-60% de seus recursos *in situ*” (SENNA, 2011, p. 7).

Considerando todas as definições apresentadas, fica clara a relação entre *maduro* (humano/petróleo) e *experiência* (tempo). Primeiramente, destacamos o fato de que o *campo maduro* é comparado a uma pessoa que tem idade avançada, que no imaginário social, são pessoas que, por terem vivido mais tempo que outras, possuem mais conhecimento/experiência/sabedoria; logo, esse campo é um campo que há muito tempo é explorado. Outro fator que podemos evidenciar está relacionado ao fato de que essas pessoas mais velhas, por exemplo, na terceira idade, sofrerem algum tipo de abandono da família, por não estarem mais aptas, em alguns casos, para exercer determinadas atividades; o mesmo acontece com o *campo maduro*, que é aquele que se aproxima da fase de abandono.

Nas definições de Senna (2011), podemos ainda relacionar essa metáfora a aspectos de produtividade, quando os *campos maduros* encontram-se em estágio avançado, “necessitam da aplicação de diferentes técnicas de recuperação de petróleo”, assim como pessoas que já estão

idosas e possuem um rendimento menor, seja por motivo de saúde, pelas próprias questões do tempo de trabalho em um determinado lugar, ou ainda, pelo avanço da tecnologia, que ao longo do tempo, fez com que muitas pessoas mudassem sua forma de trabalho. Ainda de acordo com o autor, os *campos maduros* estão relacionados à capacidade/quantidade de reserva de petróleo, que podemos associar diretamente ao tempo de vida de uma pessoa madura, quando o autor afirma que essas reservas, após uma primeira exploração, ainda detenham “40-60% de seus recursos *in situ*”. A partir disso, inferimos que um *campo maduro* é um campo que, mesmo que já tenha sido explorado, ainda possui reservas, assim como uma pessoa madura, na faixa dos 40-60 anos, que já viveu muito para adquirir experiência, mas ainda tem bastante tempo para viver e muito a oferecer.

c) *Formação de ideias*

Outro subgrupo que vale a pena trabalhar é o relacionado à formação de ideias. Nesse caso, a personificação é evidente quando pensamos na capacidade humana de raciocínio, presente nos seres humanos. No exemplo (4), *poço inteligente*, analisamos essa relação metafórica.

(7) *poço inteligente*

DP: Poço equipado com equipamentos de monitoramento e componentes de completação que podem ser ajustados para controlar e otimizar a produção do poço automaticamente ou através de alguma intervenção realizada por operador.

Sobre essa metáfora, é possível fazer inferências de associações relacionadas à personificação, no âmbito da capacidade humana, ou seja, na faculdade de conhecer, compreender. No exemplo *poço inteligente*, deixamos clara essa relação. *Poço* é uma entidade inanimada que, segundo o DP, corresponde ao “1. Poço direta ou indiretamente ligado à produção de petróleo. 2. Escavação artificial com o propósito de explorar hidrocarbonetos”; com essas definições de *poço*, podemos entender a atribuição do qualificador *inteligente* que dá a *poço* traços humanos. O *poço inteligente*, por sua vez, é um poço não convencional com completações inteligentes, em outras palavras, um *poço* que, por meio de seus

equipamentos, permite o monitoramento contínuo e o ajuste das taxas de fluxo dos fluidos e das pressões (VALVATNE, 2003). Assim, esse poço se diferencia dos demais, pois tem capacidades que os outros, chamados *convencionais*, não têm, o que faz dele um *poço inteligente*.

d) *Sensações*

Neste subgrupo estão inseridas as qualidades humanas relacionadas à sensação, ou seja, ao processo pelo qual um estímulo externo ou interno provoca uma reação específica, produzindo uma percepção. Como exemplos dessas sensações, temos o tato, o calor, o gosto, o som, a luz etc. Na terminologia do petróleo, registramos metáforas de personificação de sensação relacionadas à *luz* (capacidade de visão), ou melhor, à falta dela. A metáfora *cego/a* é bastante produtiva em relação às outras metáforas aqui analisadas, registramos nove ocorrências. Dentre elas, destacamos o termo metafórico *zona cega*.

(8) *zona cega*

DP: Zona onde a resistividade é demasiado baixa para ser adequadamente observada, em perfis de resistividade.

Nessa metáfora, a capacidade humana que se refere à sensação é evidenciada em *cego*. O traço está relacionado à *ausência* da luz, fazendo com que o indivíduo, ser humano cego, seja privado da visão (luz). No universo do petróleo, *zona* é um local, portanto, entidade inanimada; entretanto, ao receber uma qualidade humana, personifica-se. Nesse sentido, *zona*, agora vista como entidade animada, é o local cego, pois a resistividade – resistência elétrica que uma unidade de volume de material oferece ao fluxo de corrente (DH) – é tão baixa que não permite que as representações gráficas de fatos e fenômenos desses espaços geofísicos sejam observadas adequadamente; o que se assemelha a um indivíduo que possui baixa visão ou não a possui. Assim, a metáfora *zona cega* está associada ao fato de que não permite que ninguém “veja”, “observe” seu perfil de resistividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de descrever e analisar as metáforas ontológicas de personificação, fundamentamo-nos na Teoria da Metáfora Conceitual (TMC), de Lakoff e Johnson. Com isso, pudemos buscar motivações, traços conceituais que aproximam as duas realidades ora analisadas: universo inanimado (petróleo) e animado (humano).

Foi possível observar como os profissionais da área enxergam as entidades que constituem o universo do petróleo, isso porque quando o falante usa esses termos metafóricos, mesmo que inconsciente (como na maioria das vezes é), nos permite compreender como esse universo é estruturado. Vimos também que as metáforas de personificação são produtivas e estão relacionadas a vários aspectos humanos, como vitalidade, tempo, formação de ideias e sensação. Esses aspectos mostram como entidades sem vida, como válvula, zona, poço, campo etc., são vistos com capacidades humanas, sendo fundamentais para o entendimento e o processo da extração do petróleo.

Acreditamos, assim, que como postulam Lakoff e Johnson, entre outros autores citados neste texto, a metáfora não se limita a um recurso estilístico, visão superada por estudos sob prismas cognitivos, mas sim está relacionada à vida cotidiana, fazendo-se presente desde contextos mais triviais até contextos altamente especializados. É neste último que está inserida a terminologia do petróleo, mostrando que linguagens especializadas também são potencialmente metafóricas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Dicionário analógico da língua portuguesa: ideias afins/thesaurus*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

COTIA, Danielle Marques Raposo. *Análise da recuperação avançada de óleo através da injeção de CO₂ alternando com água sob incerteza geológica*. 2012. 180f. Projeto (Graduação) – Curso de Engenharia do Petróleo da Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FERNÁNDEZ, Eloi Fernández y; PEDROSA JUNIOR, Oswaldo A.; PINHO, Antônio Correia de. *Dicionário do petróleo em língua portuguesa: exploração e produção de petróleo e gás, uma colaboração Brasil, Portugal e Angola*. Rio de Janeiro: Lexikon: PUC – Rio, 2009.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KÖVECSES, Zoltán. Variation in metaphor. *Ilha do Desterro: A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies*, n. 53, p. 13-39, 2007.

KOVECSES, Zoltan. *Metaphor: A practical introduction*. Oxford University Press, 2010.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas de la vida cotidiana*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2015.

Oilfield Glossary. *The Schlumberger Oilfield Glossary*. Disponível em: <<https://www.glossary.oilfield.slb.com/>> Acesso em 24 março 2021.

SENNA, Brenny Dantas. *Estudo da viabilidade econômica em campos maduros*. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia do Petróleo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

VALVATNE, Per. et al. Efficient modeling of nonconventional wells with downhole inflow control devices. *Journal of Petroleum Science and Engineering*, v. 39, n. 1-2, p. 99-116, 2003.

VILELA, Mário. *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra, Almedina, 2002.

ASPECTOS DO *CONTINUUM* METAFÓRICO- METONÍMICO NA TERMINOLOGIA DA ÁREA DE CURRÍCULO ESCOLAR EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ORGANIZADO POR COMPETÊNCIAS

Fernanda Mello Demai

APARATO CONCEITUAL: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA-TEMA,
OBJETIVOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Currículo Escolar em Educação Profissional e Tecnológica, a área-tema deste trabalho, pode ser definida como “esquema teórico-metodológico destinado à formação de perfis profissionais, ou seja: o conjunto de competências e atribuições que um profissional é capaz de desempenhar em um determinado cargo ou função ou como profissional autônomo” (DEMAI, 2019, p. 22).

Nosso tema de pesquisa está inserido na Grande Área das *Ciências Humanas*, Área de Conhecimento/ Área Básica *Educação*, subárea *Educação Profissional e Tecnológica*, Especialidade *Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação* tomando-se como base a categorização estipulada pela pelo MEC/ CAPES (BRASIL/ MEC/ FUNDAÇÃO CAPES, 2017).

Objetivamos discutir aspectos da configuração morfossintática e semântico-pragmática de termos da área-tema, a partir da análise de textos fidedignos, exclusivamente escritos, em uma abordagem terminológica (com ênfase nos princípios das Teorias Sociocognitiva e Comunicativa da Terminologia e, também, com a utilização de princípios da Metáfora Conceitual e da Metonímia Conceitual). Abordaremos o processo de terminologização (ou transposição do nível conceitual para o linguístico), com ênfase no estudo do *continuum* metafórico-metonímico que caracteriza esse processo, em associação às funções cognitiva, comunicativa e neológica dos termos.

Partiremos de concepções que convergem para o entendimento de termo como signo linguístico e item cultural que representa um conhecimento especializado de uma área do saber humano, determinado por valores sociopolíticos, históricos e culturais e caracterizado por percursos cognitivos e expressivos de apreensão mental de conceitos e respectiva transposição e representação linguísticas, com a utilização de recursos morfossintáticos e semântico-pragmáticos, permeados por carga ideológica (BARBOSA, 2007); (CABRÉ,2003); (DEMAI, 2014); (TEMMERMAN, 2002).

Para subsidiar o estudo dos processos de lexicalização, no âmbito da Terminologia, recorreremos aos conceitos relacionados à *terminologização*, que, conforme Barbosa (2007), diz respeito à colocação de um conceito na forma linguística de um termo, com recurso aos processos de criação lexical disponíveis na língua geral (processos da neologia – fonológicos, morfossintáticos e sintagmáticos, semânticos, por empréstimo de outras línguas), aplicados também às linguagens de especialidade.

Neste trabalho utilizaremos *terminologização*, como termo geral, como macroprocesso de transposição do conceito para o termo.

Essa abordagem terminológica a que nos propomos visa a estudar e a apreender aspectos de *formas e modelos* de pensamento, a partir da sistematização e estudo de termos técnicos e dos processos de terminologização e de neologia no âmbito de uma área do conhecimento.

METÁFORAS E METONÍMIAS NA TERMINOLOGIA DA ÁREA DE CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: RECURSOS COGNITIVOS E EXPRESSIVOS EM UM CONTINUUM

Para os limites deste trabalho, destacamos alguns pressupostos relacionados a metáfora e a metonímia conceitual (LAKOFF E JOHNSON (2003 [1980]), sistematizados, entre outros, também por Vilela (2002).

A Teoria Cognitiva da Metáfora, proposta por George Lakoff e Mark Johnson em sua obra-marco *Metaphors we live by*, edição original de 1980, fundamenta muitos estudos sobre a natureza, as funções e as características

de metáforas (e, também, de metonímias). Utilizaremos a edição de 2003 dessa obra de Lakoff e Johnson.

Com os estudos cognitivistas, a concepção de metáfora não é mais voltada ao subjetivismo ou a um objetivismo estreito, nem é pensada como aparato estético da linguagem. A metáfora é pensada como uma forma de conceptualizar e de interpretar a realidade, pois cria associações relativas ao homem e sua percepção de si, da sociedade e do “mundo natural” que o cerca.

As metáforas estão presentes na língua comum, nas terminologias e, também, nas manipulações estilísticas da linguagem.

Conforme Lakoff e Johnson (2003[1980]), pela sistemática da metáfora, compreendemos aspectos de um conceito em termos de outro, ao passo que escondemos certos aspectos dos conceitos e enfocamos outros (LAKOFF E JOHNSON 2003 [1980]).

Nas terminologias, com a necessidade cada vez mais observável de especificações, o que converge para os produtos socioculturais da especialização (dentre eles, a língua e as linguagens), as metáforas combinam-se às formações sintagmáticas como um recurso elucidativo, assim como também são relacionadas a termos simples, formados por uma única unidade vocabular.

As metáforas e metonímias são recursos de organização de ideias/conceitos, a partir da utilização de recursos da analogia/ similaridade ou da relação entre conceitos. Esses recursos permitem estruturar um conceito comparando-o a outro, considerando as características de uma dada cultura, de uma sociedade, em um período histórico.

Na terminologia em estudo, o próprio termo que designa a área-tema já é caracterizado por recursos metafóricos e metonímicos: *Currículo Escolar da Educação Profissional e Tecnológica* é um termo sintagmático (composto por mais de uma palavra) combinado com significados metafóricos e metonímicos, já que o próprio termo *currículo* tem origem metafórica, pois o currículo é um caminho, atalho a ser percorrido.

O currículo, como *ato de correr, atalho, corte*, já é documentado na língua portuguesa desde 1899 (séc. XIX) (CUNHA, 1986, p. 235).

Conforme Saviani (2009), o primeiro registro do termo *currículo* (em Educação) é datado de 1663 – século XVII –, na acepção de “documento escolar expedido pela Universidade de Glasgow, na Escócia, segundo o *Oxford English Dictionary*” (SAVIANI, 2009, p. 25).

Para a formação do termo *currículo* (escolar, que ocorre na instituição *escola*), destacam-se os traços semânticos de *atalho* e de *corte*.

Desses elementos de significação pode-se depreender que o currículo é (ou deve ser) um direcionamento preciso, uma condução por um caminho, que deve ser o menos tortuoso e mais certo para o alcance de objetivos. (DEMAI, 2017, p. 105). *Currículo* representa também o *corte* ou *recorte* de um conjunto de conhecimentos e objetivos educacionais.

No Universo da Educação Profissional e Tecnológica, *currículo* é ressignificado, pois ao núcleo semântico foram acrescentados traços “da Educação Profissional e Tecnológica”, relacionados a uma educação profissionalizante, de natureza tecnológica, que visa à preparação para o trabalho, com aplicação de técnica e de ciência para proposição e solução de questões da sociedade.

Podem ser reconhecidas também relações metonímicas na configuração do termo, considerando que o *currículo* refere-se a cursos de Educação Profissional e Tecnológica – dessa forma, são identificadas relações metonímicas entre parte e todo – os cursos são uma parte da Educação Profissional e Tecnológica e os currículos são partes de cursos – todavia, o termo configura-se linguisticamente como “Currículo Escolar da Educação Profissional e Tecnológica”, utilizando-se o expediente metonímico no processo de terminologização ou “passagem” do conceptual para o linguístico.

Essa complementaridade entre processos metafóricos e metonímicos na configuração de um mesmo item lexical é muito profícua na terminologia em estudo.

Recorremos à noção de *continuum* metafórico-metonímico, a partir da qual torna-se possível identificar e sistematizar a ocorrência e a coocorrência de metáfora(s) e de metonímia(s) na configuração de um mesmo termo.

A ideia de *continuum* entre metáfora e metonímia (proposições de Goossens, citado por Soares da Silva, 2003) nos será muito valiosa. Nas palavras de Soares da Silva (2003):

À primeira vista, metáfora e metonímia são semelhantes, na medida em que tanto uma como a outra representam uma conexão entre duas entidades na qual um termo é substituído por outro. E até em termos da moderna teoria cognitiva, metáfora e metonímia descrevem ambas, *projeções* (“mappings”) conceptuais sistemáticas de um domínio-origem para um domínio-meta, experencialmente motivadas. Estas e outras semelhanças entre metáfora e metonímia (ambas são fenômenos conceptuais, processos de projeção, podem ser convencionalizadas e são mecanismos de extensão dos recursos limitados da linguagem) propiciam a falta de consenso, tanto ontem como hoje, na divisão das águas metafóricas e metonímicas [...] E entre autores da semântica cognitiva, enquanto uns insistem na oposição, como como Dirven (1993), outros, como Goossens (1990), preferem focalizar o *continuum* metáfora-metonímia [...]. (SOARES DA SILVA, 2003, p. 23)

A ideia de *continuum* traz, assim, uma concepção de continuidade, de ausência de limites definidos, de interação, de integração em alguns pontos. Tomaremos uma parte de nossa noção de *continuum* em nossa análise, no que tange às substituições de termos, para representar domínios que apresentam relações conceptuais e motivações experienciais, providas da própria experiência humana com seu corpo, com o meio ambiente e com conceitos já conhecidos (LAKOFF E JOHNSON 2003 [1980]).

TIPOLOGIA DE METÁFORAS CONCEITUAIS: ORIENTACIONAIS-ESPACIAIS, ESTRUTURAIS DE AÇÃO COMPORTAMENTAL-PROFISSIONAL E CONSTRUCIONAIS

Propomos uma releitura e reconfiguração da tipologia de metáforas conceituais, a partir do estudo de teorias sobre o assunto, especialmente no que concerne às proposições de Lakoff e Johnson (2003 [1980]) e das especificidades do *corpus*.

Para os limites deste trabalho, os tipos de metáforas utilizados para classificação e análise de termos serão comentados a seguir.

As metáforas orientacionais conferem ao conceito uma orientação espacial; são motivadas pela experiência física e cultural, partem do concreto (experiência física do deslocamento espacial) para o abstrato (experiências emocionais e de interação social e são determinadas cultural e socialmente, como os outros tipos de metáforas).

Mário Vilela, retomando o paradigma cognitivista experiencial proposto por Lakoff e Johnson, caracteriza as metáforas orientacionais como as que “estruturam conceitos numa dimensão linear, dando-lhes uma orientação espacial, como se constata em “a dor está em baixo”: *sinto-me em baixo*; e “a alegria está em cima”: *ando nas nuvens*; “o futuro está à frente/ o passado atrás” [...] (VILELA, 2002, p. 109).

As metáforas orientacionais-espaciais são tipos de metáforas orientacionais. Em nosso *corpus*, temos como exemplos: *Área de atividades*; *Currículo*, em que a comparação ou entendimento de um conceito em termos de outro utiliza a noção de espaço, como área, ou caminho, itinerário currículo (caminho facilitado, corte, atalho).

Segundo Mário Vilela, as *metáforas estruturais* “consistem no fato de se projetar sobre um dado conceito complexo os aspectos correspondentes do conceito fonte, que, por sua vez, é também complexo, por exemplo, a inflação é um inimigo que é preciso combater (“a luta contra a inflação é um inimigo que é o pão nosso de cada dia”)” (VILELA, 2002, p. 109).

Para análise de nosso *corpus*, estabelecemos o subtipo *metáforas de ação comportamental-profissional*, associado às metáforas estruturais, a exemplo de: *competências*, em que um comportamento ou ação é utilizado como base para a comparação metafórica ou transposição de conceitos – a ação ou comportamento, no caso, é de “demonstrar competências”, é essa a ideia da utilização do termo *competências*, uma ação ou comportamento profissional.

Já as metáforas *construcionais* são tipos de metáforas estruturais, como em: *padronização de infraestrutura*. Nesse tipo de metáfora, há a comparação da área em estudo (Currículo Escolar em Educação Profissional e Tecnológica) com a área de Construção Civil, há uma transposição de domínios – nesse caso, a infraestrutura é didática e não da construção de um edifício, por exemplo.

TIPOLOGIA DE METONÍMIAS CONCEITUAIS - RELAÇÕES METONÍMICAS ENTRE: PARTE E TODO, *TODO E PARTE*, INSTRUMENTO E RESULTADO

Conforme Mario Vilela, também a metonímia é primordial para a organização do nosso conhecimento [como a metáfora], ainda com uma base experiencial.

A metonímia é igualmente explicada como projeção entre domínios conceptuais. Enquanto na metáfora compreendemos um domínio conceptual em termos de outro, já a metonímia é definida como uma projeção conceptual dentro de um único domínio" (VILELA, 2002, p. 101)

Para os limites deste trabalho, os tipos de metonímias utilizados para classificação e análise de termos estão dispostos a seguir, a partir de estudos de teorias sobre o assunto e, também, do *corpus* sob análise.

Em nosso *corpus*, ocorrem termos caracterizados por relações entre *parte e todo*, a exemplo de: *solução de novos problemas* – “solução de novos problemas” é uma “parte” da Educação Profissional e Tecnológica organizada por competências.

Em nosso *corpus*, ocorrem termos caracterizados por recursos metonímicos, que representam relações entre *todo e parte*, a exemplo de: *conhecimentos*, que se constitui em um item lexical que representa o todo, é um termo usado para representar “lista de conteúdos programáticos a serem ensinados para o desenvolvimento de competências”.

Em nosso *corpus*, ocorrem termos para cujo processo de terminologização há recursos metonímicos, que representam relações entre “instrumento e resultado”, a exemplo de: *competências*, item lexical que representa ‘capacidades demonstradas’, que são o resultado – o item lexical *competências* é o instrumento para o alcance do resultado: as capacidades demonstradas no fazer profissional, no trabalho de uma área.

TIPOLOGIA DE FUNÇÕES DE TERMOS SINTAGMÁTICOS E DE TERMOS SIMPLES: COGNITIVA, COMUNICATIVA E NEOLÓGICA

Com a análise dos termos da área de Currículo Escolar em Educação Profissional e Tecnológica organizado por competências, estabelecemos algumas *funções dos compostos sintagmáticos*, aplicáveis também a termos simples, próprias de sua organização no eixo sintagmático e decorrentes de suas relações no eixo paradigmático.

Para os limites deste trabalho, nos ateremos às *funções cognitiva, comunicativa e neológica*, que caracterizam as unidades terminológicas em estudo, conforme segue.

FUNÇÃO COGNITIVA

A função cognitiva refere-se às formas de apreensão e de organização do conhecimento, da "realidade"/ experiência do mundo físico/ biológico e, também, do mundo sociocultural, coletivamente construído, sob diversas tensões ideológicas e históricas.

Os termos são formas de manifestação da cognição humana por serem alternativas de organizar o conhecimento, com a utilização do aparato linguístico, em íntima relação com o nível conceptual.

No *corpus* da área de Currículo Escolar em Educação Profissional e Tecnológica organizado por competências, os termos (os sintagmáticos e os simples), associados à metáfora conceitual e à metonímia conceitual, por exemplo, são manifestações das formas de cognição direcionadas à terminologia.

No processo de terminologização, ou seja, na transposição do conceito para o termo, não podemos deixar de observar os recursos cognitivos, de organização própria de uma determinada área de conhecimento, como a área-tema deste trabalho.

Assim, por exemplo, os termos metonímicos e/ou metafóricos área de atividades; competências; saber fazer; saber ser; certificação intermediária; itinerário formativo; matriz curricular; mercado de trabalho, entre muitos outros, manifestam as formas de categorização do

conhecimento, com a utilização de referências de experiências anteriores, mesmo que de outro domínio. Em área de atividades, a experiência de transpor, metaforicamente, “área” como um domínio do saber ou do trabalho, é recategorizada para o domínio da Educação Profissional, pois área de atividades significa um conjunto de atividades ou atribuições que um profissional pode desempenhar. Em saber fazer, uma capacidade é transposta para o domínio concreto da ação: saber fazer significa habilidade, capacidade de uma ação prática, já internalizada.

Dessa forma, os termos (os sintagmáticos e os simples) possuem uma função cognitiva e favorecem os processos cognitivos, considerando a complexidade dos novos conceitos, em decorrência de novas tecnologias, novas ciências, novas técnicas e novas ideologias. As formas de expressão linguística simples ou unitárias são mais restritas para manifestar toda a especificidade, cada vez maior, das terminologias – exceto em casos de neologia semântica em termos simples, também produtivas em nosso *corpus*, mas em escala menos representativa quantitativamente.

FUNÇÃO COMUNICATIVA

Esta função refere-se à capacidade dos termos de difundirem conhecimentos, princípios, práticas, ideologias.

A função comunicativa é favorecida nas composições sintagmáticas por serem estas altamente explicativas, mesmo que o significado resultante seja inesperado e não depreensível do significado das partes. Uma das características positivas dos termos sintagmáticos é justamente essa capacidade de comunicação, já que a união de elementos no eixo sintagmático tende a ser eficaz para propósitos comunicativos.

Como exemplos, *citamos avaliação por competências; solução de novos problemas; componente curricular da formação profissional; Currículo em Educação Profissional e Tecnológica.*

Estes termos, dentre muitos outros, demonstram o caráter comunicativo dos termos sintagmáticos, pois difundem conceitos e conhecimento da área estudada e permitem apreensão cognitiva referente

aos conceitos subjacentes, nos contextos e nas situações comunicativas do grupo sociocultural e linguístico.

FUNÇÃO NEOLÓGICA

Esta função refere-se à capacidade dos termos de materializarem linguisticamente conceitos. A função neológica é diretamente ligada à terminologização, visto que este processo se constitui na passagem do nível conceptual para o linguístico. A função neológica é favorecida nas composições sintagmáticas justamente pela característica dessas formações de representarem um termo em vias de lexicalização, ainda de lexicalização inacabada – que pode, inclusive, não sofrer o processo completo de lexicalização, desaparecendo do discurso, não sendo incorporado ao sistema.

Uma das características positivas dos termos sintagmáticos é justamente esse caráter não definitivo, imprevisível, inovador, que chama a atenção, serve aos propósitos e é fruto da criatividade lexical, já que a união de elementos no eixo sintagmático tende a fixar-se, pode ser reconhecida em um *continuum* do mais fixo para o menos fixo, mas ainda não é uma unidade “cristalizada” da língua, nem da terminologia em questão.

Como exemplos, citamos *avaliação por competências*, *contextualização do ensino-aprendizagem*, *solução de problemas*, *eixo tecnológico*, *certificação intermediária*. Estes termos, dentre muitos outros, demonstram o caráter neológico dos termos sintagmáticos, pois apresentam diversas formações, em cada um dos estágios de fixação linguístico-conceptual. Essa função favorece a criatividade lexical, representa as potencialidades e a liberdade do novo na língua – neologia.

A função neológica é característica, também, de termos simples, além dos termos sintagmáticos, a exemplo de *atribuições*, *competências*, entre outros.

APARATO METODOLÓGICO: PROCEDIMENTOS, INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS

Utilizamos uma metodologia híbrida, de extração de palavras com a utilização de ferramenta informatizada, o programa WordSmith Tools (SCOTT, 2017), aliada à extração lexical manual e análise humana.

Sistematizamos um *corpus*, ou seja, um conjunto organizado de textos para extração e análise de palavras e de termos técnicos e/ ou científicos.

As instituições pesquisadas, cujos textos serviram à extração de termos, foram: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Brasil, estado de São Paulo), Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego (governo federal do Brasil), além do trabalho de pesquisadores autônomos.

O *corpus* pode ser enquadrado na tipologia de obra técnico-científica e legal, prestando-se também às funções pedagógica, normatizadora e de divulgação.

A periodicidade do *corpus* é de 2000 a 2021, e os termos foram dele extraídos considerando alguns critérios de “novidade”, “inovação” ou “neologia”: são novas combinações no eixo sintagmático ou decorrentes de novos significados atribuídos a itens lexicais ou combinações já existentes, são itens lexicais ainda de difusão limitada para o público em geral e, também, para o público medianamente especializado, não obstante o tempo transcorrido desde o início dos respectivos processos de terminologização.

Segundo Sablayrolles (2019, p. 322), existe uma “distinção que se coloca entre a data da primeira atestação [de um determinado tipo de neologismo] e o momento da difusão” e que “vários anos podem se passar entre as duas, com possíveis *lacunas* importantes entre as duas e sobretudo um período em que vemos multiplicarem-se os empregos” [tradução nossa] (SABLAYROLLES, 2019, p. 322). Nosso *corpus* é marcado por essa distinção, em que um termo é lançado, impetrado em legislação ou em políticas educacionais, até mesmo em materiais e métodos didáticos, mas cuja apreensão cognitiva, cujo conhecer o significado e suas implicações semânticas e pragmáticas fogem até mesmo à grande parte do público

especializado, como professores e educadores. Dessa forma, sob esse prisma, o termo continua marcado por caráter de inovação, ineditismo – *neologia* –, não no nível do uso ou do registro, mas da apreensão e utilização segura e consciente, deliberada, dos significados relacionados aos discursos-fonte.

Com a utilização da ferramenta informatizada, extraímos listas de palavras, palavras-chave e concordâncias (as frases em que as expressões de destaque ocorrem). Essas frases ou segmentos frasais representam o percurso de lexicalização (ou terminologização, por se tratar de linguagens de especialidade), que caracteriza a transposição gradativa de um conceito para a forma linguística de termo, segundo vários modelos e formas de pensamento – dentre eles, sintagmação, metáforas e metonímias.

Segundo Alves (2007a),

A Neologia estabelece relações com a Sintaxe, ainda, no que tange a um tipo de composição, resultante de um segmento frasal que se lexicaliza. As formações sintagmáticas, assim denominadas por Guilbert (1975, p. 101), refletem, na verdade, o percurso percorrido por um sintagma frasal até sua lexicalização. (ALVES, 2007a, p. 83)

Neste trabalho, apresentaremos a análise de dois termos-chave, com a aplicação de critérios utilizados em Linguística e em Terminologia para validar o estatuto de conceito/termo consolidado, em forma e conteúdo, na sociedade sociolinguístico-cultural.

Com base em: Alves (2007b), Barros (2004), Cabré (2003) e Temmerman (2002), elencamos os critérios adotados para verificação do grau de lexicalização dos termos sintagmáticos ou ressignificação de termos simples e suas relações semânticas combinadas com recursos metafóricos e metonímicos:

- O termo composto/ termo simples designa conceito em particular e compõe a estrutura conceptual como tema pertinente à área de especialidade?
- O termo composto / termo simples possui forte e comprovada relação com a realidade extralinguística e é difundido e/ ou reconhecido, em maior ou menor instância ou escala, pela comunidade especializada, nos discursos da área?

- O termo composto / termo simples é combinado com isolamento semântico metafórico e/ ou metonímico – lexicalizações metafóricas e metonímicas e ressignificações para significantes já existentes?
- O termo composto/ termo simples é categorizável a partir do estudo dos recursos metafóricos e/ ou metonímicos?

Juntamente com esse recorte morfológico e sintagmático, analisaremos aspectos dos significados dos termos, especialmente os recursos metafóricos e/ou metonímicos que constituem o discurso da área.

ANÁLISE CONCEITUAL E DESCRIÇÃO TERMINOLÓGICA DE TERMOS-CHAVE NO CONTINUUM METAFÓRICO-METONÍMICO

No *continuum* metafórico-metonímico coocorrem metáfora(s) e metonímia(s) na configuração de um mesmo termo.

Analisaremos, neste trabalho, os termos: *competências* e *formação profissional*.

ANÁLISE DO TERMO COMPETÊNCIAS

O termo *competências* é um arquitermo, uma categoria. Eis o respectivo mapa conceitual hierárquico, que situa *competências* como conceito de função categorial, em uma perspectiva de superordenação, em relação a outros conceitos subordinados:

Mapa conceitual: Competências como conceito de função categorial em uma perspectiva hierárquica

Competências:

- Competências atitudinais
- Competências gerais
- Competências laborais
- Competências pessoais
- Competências profissionais
- Competências profissionais e pessoais
- Competências profissionais específicas
- Competências profissionais gerais

Competências profissionais tecnológicas
Competências profissionais de nível técnico
Competências profissionais definidoras do perfil profissional
Competências profissionais definidoras do perfil de conclusão
Competências profissionais da capacidade de aprendizagem
Competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho
Competências profissionais para a laborabilidade
Competências profissionais para o trabalho
Competências profissionais de nível tático e específico
Competências socioemocionais
Competências tecnológicas
Competências técnicas

Fonte: elaboração própria. Com base na legislação sobre Educação Profissional e Tecnológica, em especial: BRASIL/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)/ CNE/ CP, 2020; 2021.

O termo *competências* designa um conceito particular: “capacidades teórico-práticas, cognitivas, sociais e atitudinais direcionadas à proposição de solução de problemas do mundo do trabalho, ligados a processos produtivos e gerenciais, em determinados cargos, funções ou de modo autônomo” [definição própria elaborada a partir de análise conceitual e descrição terminológica do *corpus* em estudo] e apresenta forte e comprovada relação com a realidade extralinguística, pois a expressão consta de textos legais e referenciais curriculares da Educação Profissional e Tecnológica e de uma representatividade significativa das instituições dessa Educação.

O termo é combinado com isolamento semântico metafórico e/ ou metonímico e é categorizável a partir do estudo desses recursos, sendo classificado por nós como pertencente à categoria *metáfora estrutural - de ação comportamental-profissional*, visto que as *competências* são “comportamentos a serem demonstrados no ambiente profissional”. Além disso, é caracterizado por metonímia, do tipo *parte pelo todo*, considerando que representa o todo *competências laborais* ou *Educação organizada pela categoria competências*. Constata-se, no processo de terminologização, dupla metonímia, com o acréscimo do tipo *instrumento pelo resultado*: *competências* representa “capacidades demonstradas no fazer profissional de determinada profissão tecnológica”.

Em relação às funções dos termos, a título de amostragem, apresentamos em detalhe a análise de *competências*, escolhido por ser termo de função categorial no corpus.

Competências apresenta função cognitiva, pois, ao apreender-se seu significado, a partir da leitura dos textos, apreende-se o significado dos termos subordinados – ou seja: possibilita-se a apreensão do conhecimento, a interpretação eficaz de um discurso.

Além disso, *competências* carrega um significado metonímico, com a representação de uma parte *competências laborais* ou *Educação organizada pela categoria competências* pelo todo *competências*.

Competências é um caso de termo simples (não de uma composição sintagmática) capaz de representar um conceito complexo, dotado de imprevisibilidade de sentido e isolamento semântico, com um significado inédito, neológico.

Em relação à função comunicativa, como termo simples, *competências* não é tão “transparente”, seu significado não é automaticamente apreensível. Ao ler ou ouvir o termo, não se estabelece a comunicação imediata de que *competências* são capacidades de pensar, agir, solucionar problemas do mundo do trabalho, além de serem caracterizadas também metonimicamente como “categorias de organização do currículo da Educação Profissional e Tecnológica”. De forma contextualizada, seu significado é apreensível, no interior do discurso da área.

A função neológica permite a criação de novos termos (neologia), no eixo sintagmático – ou seja: com *competência*, criam-se outros termos compostos *competências profissionais*, *competências gerais*, entre outros. Esses termos novos formados por composição no eixo horizontal da frase são denominados neologismos sintagmáticos, os quais são muito frequentes nas novas terminologias, que representam novos conceitos (ou ainda conceitos inovadores), como é o caso da área-tema deste trabalho.

Destaca-se também que *competências*, como termo simples, constitui-se em neologismo semântico, cujo processo principal de formação é a configuração de novo significado para um significante já existente, o que origina uma nova unidade linguística.

ANÁLISE DO TERMO FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O termo *formação profissional* designa um conceito particular: “parte do currículo direcionada às competências e aos conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos de uma área ou profissão” [definição própria elaborada a partir de análise conceitual e descrição terminológica do *corpus* em estudo]. O termo apresenta forte e comprovada relação com a realidade extralinguística, considerando que a expressão é recorrente em textos legais e referenciais curriculares da Educação Profissional e Tecnológica. O termo é combinado com isolamento semântico metafórico e/ ou metonímico e é categorizável a partir do estudo desses recursos, a exemplo da categoria *metáfora estrutural-construcional*, visto que o profissional é um ser ainda sem forma, que precisa ser “moldado” no que tange aos conhecimentos da Educação Profissional e Tecnológica. A Educação é um processo de formação; é, metaforicamente, a estruturação dos conhecimentos e capacidades que o profissional formado deve possuir e aplicar para o desempenho efetivo de funções técnicas e tecnológicas. O adjetivo traz a ideia de especificidade, de conhecimentos da formação mais técnica, específicos de uma profissão. Verifica-se também o fenômeno da metonímia, expressa pela relação entre os elementos *todo pela parte*, considerando que *formação* diz respeito às partes do currículo que trazem competências, habilidades, conhecimentos, valores e atitudes da formação profissional, relacionados aos conhecimentos e atuação da área técnica, específicos da profissão, habilitação ou qualificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizamos algumas abordagens teórico-metodológicas da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Teoria Sociocognitiva da Terminologia, principalmente no que diz respeito à valorização e aplicação dos estudos semânticos, pragmáticos e morfossintáticos. Ao analisar os processos de sintagmação, reconhecemos e estudamos a ligação entre morfologia, sintaxe e semântica, a partir de contextos reais de comunicação da área-tema.

Com a aplicação dos critérios para a verificação do grau de lexicalização (fixação) dos termos, constatamos que se constituem em termos próprios da área de Currículo Escolar em Educação Profissional e Tecnológica organizado por Competências, não combinatórias eventuais.

Temos a concepção de que termo é uma unidade de função comunicativa, discursiva e cognitiva; os termos são extraídos de textos reais, que disciplinam e constroem a área discursivamente, por intermédio de sua terminologia.

Na pesquisa, buscamos valorizar os termos como as unidades de conhecimento, a partir de modelos mentais e de formas de pensar, de apreender e de sistematizar a realidade, a exemplo de metáforas e metonímias conceituais e processos de sintagmação, terminologização, conceptualização – enfim, de cognição.

As unidades terminológicas (termos) manifestadas em discursos reais provêm de um percurso mental que, juntamente com as condicionantes sociais, coletivas e ideológicas, resultam na estruturação linguística, ou seja: a lexicalização e a terminologização, processos estes que são motivados, históricos e passíveis de análises tanto sincrônicas como diacrônicas, tanto históricas, sociológicas, políticas, como linguísticas.

Por fim, enfatizamos que a Terminologia, como ciência que estuda os signos terminológicos, responde aos propósitos de organização e difusão do conhecimento especializado das áreas profissionais técnicas e tecnológicas e dos setores sociais atendidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. M. Neologia e níveis de análise linguística. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. 3. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007a. p. 77-91.

ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007b. (Princípios, 191).

BARBOSA, M. A. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de aplicação. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, Ieda Maria

(Org.). *As Ciências do Léxico*. lexicologia, lexicografia, terminologia, v. 3. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007, p. 433-445.

BARROS, L. A. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 285 p. (Coleção Acadêmica, 54).

BRASIL/ MEC/ FUNDAÇÃO CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Ministério da Educação do Brasil). *Tabela de Áreas de Conhecimento/ Avaliação*. 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 3 out 2018.

BRASIL/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)/ CNE/ CP. Parecer CNE/CP nº 7/2020, aprovado em 19 de maio de 2020. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020>. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)/ CNE/ CP. Resolução CNE/CP nº 1/2021, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 1 fev. 2021.

CABRÉ, M. T. Theories of terminology. Their description, prescription and explanation. In: *Terminology* 9:2. 2003. E-ISSN 1569-994. John Benjamins Publishing Company. p. 163-199. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/term.9.2.03cab>. Acesso em: 1 abr. 2019.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DEMAI, F. M. *Processos de terminologização: descrição e análise da neologia da área de Educação do Campo*. 2014. 417 f. Tese (Doutorado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde.../2014_FernandaMelloDemai_VOrig.pdf.

DEMAI, F. M. O percurso conceptual-terminológico de currículo por competências na educação profissional brasileira. *Revista do GEL*, v. 14, n. 1, p. 104-132, 2017. Disponível em:

<https://revistadogel.emnuvens.com.br/rg/article/view/1468/1167>. Acesso em: 27 mar. 2018.

DEMAI, F. M. Missão, concepções e práticas do Grupo de Formulação e Análises Curriculares (GFAC): O Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza. In: ARAÚJO, A.M; DEMAI, F.M. *Currículo Escolar em Laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2003 [1980].

SABLAYROLLES, J-F. Néologismes par emprunt et par équivalence en français dans le domaine sociétal. In: Alves, I. M. MEJRI, S., SABLAYROLLES, J-F (Org.). *Léxico: semântica, lexical, neologia, empréstimo = Lexique: sémantique lexicale, néologie, emprunt*. São Paulo: Humanitas, 2019. p. 315-325.

SAVIANI, N. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/ método no processo pedagógico*. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SCOTT, M. *WordSmith Tools* version 7, Stroud: Lexical Analysis Software. 2017. [versão mais recente consultada]. Disponível em: http://www.lexically.net/publications/citing_wordsmith.htm. Acesso em: 24 jun. 2018.

SOARES DA SILVA, A. *O poder cognitivo da metáfora e da metonímia*. 2003. ResearchGate. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323118419_O_poder_cognitivo_da_metafora_e_da_metonimia.

TEMMERMAN, R. Metaphorical models and the translator's approach to scientific texts. *Antverpiensia New Series – Themis in Translation Studies*. n. 1, 2002. Disponível em: <https://lans-tts.uantwerpen.be/index.php/LANS-TTS/index>. Acesso em: 6 out. 2018.

VILELA, M. *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

A UTILIZAÇÃO DE ZOÔNIMOS NO ÂMBITO DA ECONOMIA¹

Lucimara Alves da Costa

Ieda Maria Alves

INTRODUÇÃO

O léxico, além de ser um meio que possibilita a comunicação e interação entre as pessoas, também é um fator de identificação e veiculação dos conhecimentos de uma sociedade e de sua cultura. Por meio dos recursos linguísticos existentes em uma língua, as pessoas se comunicam e se fazem compreender, utilizando, muitas vezes, aspectos e recursos expressivos da linguagem que ultrapassam o sentido literal das expressões, como é o caso das metáforas e Fraseologias. No entanto, convém ressaltar que, como assinala Fonseca (2017, p. 317), “o uso de ambas denota proficiência linguística, uma vez que estão estreitamente relacionadas ao fator cultural”.

São esses valores e fatores culturais que condicionam e explicam a construção e compreensão das expressões fraseológicas, dado que, em alguns casos, como, por exemplo, nas expressões idiomáticas, o sentido só pode ser depreendido pela interpretação conjunta dos elementos relacionados a fatores semânticos e pragmáticos que não estão explícitos na estrutura apresentada.

De acordo com Tagnin (1989, p. 13), por *expressão idiomática* entendem-se as unidades fraseológicas cujo significado não é evidente, ou seja, quando o sentido da expressão só é entendido no conjunto e não pela somatória do significado de cada um dos seus elementos. Assim, podem ser

¹ Este trabalho é um recorte da pesquisa de Pós-doutorado As várias faces da Economia: um estudo contrastivo entre Brasil e Espanha, financiado pela FAPESP, processo nº: 2019/1136-7.

consideradas expressões idiomáticas, por exemplo, *bater as botas e dar murro em ponta de faca*. A primeira expressão, em Português, não quer dizer chocar ou dar pancadas em um tipo específico de sapato (bota), e sim “falecer”: *Dênis bateu as botas* (Dênis faleceu). Já a segunda não tem o sentido de cometer o ato doloroso de esmurrar a ponta de uma faca, mas o de insistir em algo que não tem solução ou o efeito esperado: *Cansei de dar murro em ponta de faca, vou desistir desse emprego* (Cansei de insistir).

Com base nos exemplos apresentados, pode-se compreender que o sentido apreendido só foi possível pela junção dos elementos linguísticos como um todo e, também, levando-se em conta fatores culturais da comunidade, o que permite que os falantes possam reconhecer e utilizar essas expressões em situação cotidiana de comunicação, sem que ocorram mal-entendidos. Em função disso, quando se diz *Pedro bateu as botas*, um falante nativo do Português não imaginaria a situação de um homem chocando uma bota contra a outra, por exemplo. Considerando o exposto, neste trabalho temos por objetivo refletir sobre o uso de zoônimos da língua comum em âmbitos especializados, como o da Economia, tentando evidenciar o significado dessas construções, suas relações com os demais elementos e seu papel nesse domínio de especialidade.

A FRASEOLOGIA COMO ESTUDO DO LÉXICO

A Fraseologia faz parte do campo de estudos do léxico, sendo considerada por alguns como um sub-ramo ou subdisciplina da Lexicologia. Entretanto, para que se compreenda melhor o que vem a ser e onde se situa a Fraseologia, é preciso fazer um contraponto entre a Lexicologia e a Lexicografia.

De modo sucinto, podemos definir a Lexicografia como a ciência que se ocupa da criação e elaboração de dicionários de língua geral, em oposição à Terminologia, que se encarrega dos bancos de dados e dicionários de língua especializada, como Medicina, Botânica, entre outras disciplinas. Já a Lexicologia, por sua vez, é o estudo teórico do léxico em geral, que serve de embasamento para os estudos lexicográficos. Essa intrínseca relação entre as

duas ciências fez com que estudiosos, como Porto Dapena (2002), as considerassem como “os dois lados de uma mesma moeda”.

Assim, consoante Fonseca (2017, p. 319), “se comparada à Lexicografia, a Fraseologia é uma disciplina recente, que remonta à antiga União Soviética, por volta dos anos 40, e que teria como precursor o trabalho de Vinogradov (cf. DOBROVOL’SKIJ, 2012, p. 15)”. Entretanto, considerando a relação entre essas ciências, pesquisadores como Succi (2006) e Rodrigues (2010), entre outros, consideram a Fraseologia como uma ramificação da Lexicologia.

Para autores como Corpas Pastor (2000), González Rey (2004) e Monteiro-Plantin (2012), a Fraseologia deve ser considerada uma ciência independente da Lexicologia, uma vez que, segundo os autores, possuem objetos de estudo diferentes. Porém, dado o fato de as Fraseologias em geral (provérbios, expressões idiomáticas, colocações etc.) fazerem parte do léxico em si, consideramos que, por esse motivo, também são objeto de estudo da Lexicologia e, por conseguinte, a Fraseologia seria uma subdisciplina desta.

Quanto ao que vem a ser a Fraseologia em si, destacamos a definição de Bevilacqua (1995, p. 846), para quem a Fraseologia, tanto da língua comum quanto da língua de especialidade, pode ser entendida “como a combinação de elementos linguísticos de uma dada língua, relacionados semântica e sintaticamente, que não pertencem a uma categoria gramatical específica e cujo significado é dado pelo conjunto de seus elementos”. De acordo, ainda, com a autora, a Fraseologia da língua comum caracteriza-se pela “impossibilidade de alteração da ordem de seus componentes, de inserção de outros componentes e de substituição de determinado componente ou de determinada categoria gramatical” (BEVILACQUA, 1995, p. 846).

Assim, as expressões fraseológicas têm como uma de suas características o aspecto de fixidez de suas unidades, impossibilitando a alteração ou inserção de outros elementos na cadeia sintagmática, além do fato de, como já apontamos anteriormente, seu significado ser construído na relação do conjunto e não no significado de cada um dos elementos linguísticos que as compõem.

A respeito desse caráter de fixidez das expressões fraseológicas ou expressões fixas, como alguns autores as denominam, apresentamos as considerações de Zuluaga (1980), Corpas Pastor (1996) e Biderman (2001). Para Zuluaga (1980), os fraseologismos constituem expressões fixas que se produzem em blocos, e são frutos de um processo de repetição; ou seja, seguem sempre modelos anteriores, como uma tradição contínua em uma dada comunidade linguística, de acordo com Biderman (2001). Quanto às suas características, Corpas Pastor (2000) destaca como mais evidentes o fato de serem expressões formadas por mais de uma palavra, serem institucionalizadas, estáveis e apresentarem particularidades semânticas e sintáticas.

Em relação ao alcance ou extensão do que se entende por Fraseologia, convém ressaltar que, embora autores atestem que os fraseologismos são representados apenas pelas expressões idiomáticas, essa denominação compreende um grande e variado grupo de expressões: ditados, provérbios, locuções, expressões idiomáticas, colocações etc., como aponta Bevilacqua (2004, p. 74):

Para alguns autores, a Fraseologia limita-se às expressões idiomáticas próprias de uma língua; outros consideram que ela inclui os provérbios, os ditados, as locuções e as lexias compostas. Há ainda quem considere que tais unidades possuam estruturas extremamente variáveis, podendo incluir palavras, grupos de palavras, locuções, expressões, orações, segmentos de frases, frases, conjunto de frases e assim por diante. Observamos, portanto, que há uma diversidade de unidades que são consideradas fraseológicas, do mesmo modo que há uma diversidade em relação a sua denominação. Contudo, apesar desse fato, os falantes nativos de uma língua sabem reconhecê-las e utilizá-las adequadamente. (BEVILACQUA, 2004, p. 74)

Conforme o exposto, embora a definição de Fraseologia abranja um grande leque de categorias, as fraseologias são facilmente reconhecidas, utilizadas e compreendidas pelo falante nativo em seu cotidiano, ainda que algumas sejam extremamente metafóricas, com um sentido (mensagem) geralmente implícito, como é o caso das expressões idiomáticas e dos provérbios.

Neste artigo, centramo-nos nas expressões idiomáticas, principalmente nas unidades fraseológicas com zoônimos, que constituem

unidades fraseológicas construídas com nomes de animais. São exemplos dessas expressões algumas das Fraseologias encontradas em nosso *corpus*, tais como: *o pulo do gato, um olho no peixe, outro no gato, até gato morto quica, acertar na mosca*, entre outras, embora tenhamos identificado, também, outros tipos de expressões que não constituem zoônimos.

A respeito desse tipo de expressão, Leite e Budny (2018) esclarecem que as unidades fraseológicas com zoônimos são as expressões que “contêm nomes de animais em sua composição, e foram sendo absorvidas pelo nosso vocabulário uma vez que os animais sempre estiveram muito presentes em nosso dia a dia passando a preencher várias funções comunicativas” (LEITE; BUDNY, 2018, p. 10).

Assim como nas fábulas, muitas vezes, os animais são personificações humanas e ressaltam características dos homens, como o lobo que sempre remete à “esperteza” ou à “ardilosidade” do homem, em contraste com o cordeiro, que representa a “pureza” e a “ingenuidade”. Desse modo, com a expressão *Pedro era um lobo em pele de cordeiro*, podemos entender que Pedro parecia ser uma pessoa que representava ser bondoso, mas tinha uma personalidade e caráter que não condiziam com essa realidade. Da mesma forma, outras expressões manifestam características humanas como: *a vaca foi pro brejo* (algo deu errado, fracassou, piorou demasiadamente); *gato escaldado tem medo de água fria* (quem já passou por uma situação difícil, sempre tem cautela). Segundo Guerra (2011, p. 463):

O estudo da Fraseologia proporciona uma compreensão dos antigos costumes e informa a nossa proximidade com certos animais, tal como pode ser visto em duas expressões: “boi sonso é que arromba a cerca” (indivíduo esperto que se faz passar por tolo) e “conversa pra boi dormir” (tentativa de logro ou simples conversa fiada²).

Destarte, podemos constatar como as Fraseologias estão inseridas em nosso dia a dia, sendo utilizadas como um recurso expressivo que,

² Embora o autor nada comente, conversa fiada também é uma expressão fraseológica que significa: “conversa sem objetivo definido, sem relevância”.

geralmente, possui maior alcance e tem maior eficiência para a compreensão do sentido da expressão do que o recurso da frase em seu significado literal. Assim, quando dizemos *terminar a tese está como tirar leite de pedra* soa mais impactante e reflexivo do que dizer *terminar a tese é uma tarefa muito difícil, quase impossível*. Isto porque, para se entender a expressão idiomática, é preciso recorrer a fatores culturais, semânticos e pragmáticos, exteriores aos aspectos e informações apresentadas na frase, o que exige uma maior reflexão e entendimento por parte do leitor/falante para reconhecê-la e utilizá-la como uma expressão fraseológica.

Por fazerem parte do léxico e serem perfeitamente aceitas e utilizadas pelos falantes de uma comunidade linguística, essas expressões podem estar presentes no léxico da língua comum, mas também em domínios especializados, como o da Economia, uma vez que, ao utilizarem esses recursos expressivos em textos especializados, a exemplo de notícias retiradas do jornal *Valor Econômico*, os autores recorrem à capacidade interpretativa, ao conhecimento e à vivência de mundo, o que permitirá aos leitores estabelecerem uma relação entre essas Fraseologias e a notícia veiculada, o que procuramos apresentar neste artigo.

METODOLOGIA

Considerando que nosso *corpus* de análise é constituído por 200 textos especializados da área de Economia, extraídos do jornal *Valor Econômico*, entre os anos de 2013 a 2020, tomamos como apropriada, para os objetivos propostos, uma metodologia de caráter mais qualitativo do que quantitativo, uma vez que foram selecionados apenas 18 fraseologismos para se verificar a relação entre as expressões da língua comum em uma área especializada e o papel dessas construções no âmbito da Economia. Em função dos limites deste trabalho, apresentaremos cinco expressões neste recorte, deixando os outros exemplos para trabalhos posteriores.

Para a seleção e análise das Fraseologias, dispomos do programa computacional *Hyperbase*, desenvolvido por Étienne Brunet (BCL, Universidade de Nice-FR), muito utilizado para análises textuais de unidades lexicais ou macroestrutura de textos em geral. Para auxiliar em

análises textuais, o *Hyperbase* apresenta duas ferramentas principais (*concordance* e *contexte*), além de outras funções que nos permitem observar o contraste, a evolução do vocabulário e a análise fatorial que representa, graficamente, a distância lexical entre os textos que compõem o *corpus*.

Neste trabalho, usamos a versão *on-line* do programa e, além da ferramenta *concordance* para analisar os contextos. Em um primeiro momento, por meio do que consideramos as palavras-chave das expressões (ex: gato, peixe, coelho, burro etc.), selecionamos as expressões fraseológicas, conforme a figura 1.



Fonte: Programa Hyperbase

Posteriormente, passamos à análise dos zoônimos, que será apresentada na próxima seção.

ANÁLISE DOS DADOS: ZOÔNIMOS UTILIZADOS NO DOMÍNIO DA ECONOMIA

Como exemplos de Fraseologias encontradas em nosso *corpus*, selecionamos um recorte de 18 fraseologismos, dentre eles estão inclusos os cinco zoônimos que serão analisados, posteriormente: *acertou (acertar) na mosca*; *armado até os dentes*; *até gato morto quica*; *atirando (atirar) pra todo lado*; *(vender) comprar gato por lebre*; *dar com os burros n'água*; *defender com unhas e dentes*; *entender pra burro*; *entre a cruz e a caldeirinha*; *matar dois coelhos com uma cajadada só*; *o pulo do gato*; *olho por olho, dente por dente*; *tapar o sol com a peneira*; *tirar o coelho da cartola*; *um olho no peixe e outro no gato*; *ver o circo pegar fogo*.

Verificamos também a ocorrência dos trocadilhos: quem não tem juro, caça com câmbio (Quem não tem cão, caça com gato) e você pode levar o burro até o rio, mas não pode obrigá-lo a beber água (Posso amarrar meu cavalo ao lado da fonte, mas não posso obrigá-lo a beber água).

Pela brevidade do trabalho, neste recorte, analisaremos apenas cinco zoônimos: um olho no peixe e outro no gato, o pulo do gato, acertou (acertar) na mosca, matar dois coelhos de uma só cajadada, dar com os burros n'água. Nesta análise, consideraremos os contextos de ocorrências e o significado de cada uma dessas expressões.

1) Um olho no peixe e outro no gato

De acordo com Santos (2018, p. 27), “pode-se perceber que a ideia deste ditado é faz-se atento a tudo ao seu redor, enquanto se dedica a uma determinada tarefa, para que nada saia errado”. Essa interpretação, dada pela autora, está em consonância com a definição apresentada pelo *Dicionário Informal on-line*.

No provérbio *Um olho no peixe e outro no gato*, é o peixeiro quem mantém a vigilância, o qual, enquanto separa ou limpa um peixe para o cliente da vez, tem que ficar atento ao peixe já limpo, isso para que o gato não o apanhe e saia correndo com o seu “prêmio” na boca. (DICIONÁRIO INFORMAL ONLINE)

Como podemos observar, embora apresentada por Santos (2018) como um ditado popular e pelo dicionário informal como um provérbio, consideramos essa unidade fraseológica como uma expressão idiomática em função dos critérios já apresentados ao defini-la. Quanto ao significado da expressão, assim como as três interpretações apresentadas, defendemos que o significado remete precisamente à ideia de “atenção”, “cuidado”, “manter-se alerta”, ou seja, “estar com a atenção voltada para dois focos ao mesmo tempo, para não se perder o controle e nem ser surpreendido por nenhuma das situações”.

Uma expressão similar é apresentada no *Dicionário de Expressões Idiomáticas* (PUGLIESI, 1981, p. 207): *um olho no padre, outro na missa*, que significa “estar muito atento; nada deixar escapar”. Embora não ocorra

nenhuma referência entre uma expressão e outra, acreditamos que, possivelmente, *um olho no peixe e outro no gato* seja uma adaptação da expressão apresentada por Pugliesi, em 1981, devido ao caráter mais antigo desta.

Figura 2: Contexto de ocorrência da expressão (1)

Um olho em o peixe e o outro em o **gato**

O Copom antecipou o ciclo monetário e acelerou o ritmo de redução de a taxa Selic . Essas coordenadas foram rapidamente compreendidas por economistas de o mercado financeiro.

Relatórios comentando a Ata de o Copom , publicada ontem , não economizaram Juros Externos referências a a contribuição de a atividade fraca para a decisão tomada pelo Comitê . Inflação em convergência para a meta e baixa atividade formaram uma dobradinha citada com tanta frequência que os negócios foram encerrados , ontem , com analistas mais ou menos experientes convencidos de que , para acertar mais ou errar menos em as projeções de inflação , todos estarão impedidos de relaxar em o monitoramento de os indicadores de a economia real.

Em tempo a palavra'inflação'foi reprisada 34 vezes em a Ata de o Copom,'atividade'13.

Fonte: Bittencourt (2017)

Em relação à notícia retirada do jornal *Valor Econômico*, conforme apresentado acima, podemos interpretar a expressão da seguinte forma: embora o COPOM (Comitê de Política Monetária) tenha antecipado o ciclo monetário e apontado para a redução da taxa Selic, não se pode descuidar e relaxar no monitoramento dos indicadores da economia real, isto é, os analistas e consultores devem seguir atentos, com *um olho no peixe e outro no gato*.

2) O pulo do gato

Passemos à expressão *o pulo do gato*. De acordo com o Dicionário Popular *on-line*, “o pulo do gato” é:

Expressão usada para se referir a um segredo, truque ou explicação do sucesso ou da solução de alguma coisa. O pulo do gato pode significar alguma ação, característica ou experiência que faz uma pessoa se destacar em meio às outras. Também pode ser uma referência a uma atitude de esperteza, de alguém que encontrou um jeito de escapar de uma situação muito complicada. (DICIONÁRIO POPULAR ONLINE)

A expressão também é atestada pelo *Dicionário Houaiss on-line*, que, de maneira análoga ao dicionário citado, lhe atribui dois significados: “1. detalhe importante que os mestres ger. não ensinam a seus alunos para não

serem iguados por estes; 2. recurso que permite escapar de uma situação difícil ou aparentemente irremediável”.

Esta primeira acepção apresentada no dicionário também é destacada por Cotrim (2009, p. 76) ao apontar que se trata de uma “expressão popular que designa o segredo profissional”. Expressão esta que, segundo o pesquisador e escritor Silvio Romero, deriva de uma fábula conhecida pelas pessoas mais velhas de Minas Gerais, cuja moral é: “nem sempre o chefe ensina tudo ao aprendiz, que se põe de medo de perder o lugar. Na brabíssima competição do mercado, salve-se quem puder — e souber” (COTRIM, 2009, p. 76). Analisando o contexto de ocorrência da expressão, podemos observar como esta se relaciona à notícia apresentada no jornal *Valor Econômico*:

Figura 3: Contexto da expressão (2)

1 milhão . A ida a novos pontos de venda é um de os principais caminhos vistos pela empresa para ganhar participação de mercado.

A estrutura de venda , antes separada por regiões , agora é dividida por canais de distribuição . " Foi o pulo de o gato " , diz Moller . Segundo ele , uma equipe dedicada a apenas um canal , como o atacado , é capaz de mapear os lojistas de melhor desempenho e replicar suas práticas em estabelecimentos similares , para fortalecer as vendas . Para isso , ele manteve as diretorias e adicionou novos níveis hierárquicos.

Fonte: Bortolozzi (2017)

A relação ou significado da expressão *o pulo do gato* aparece de forma clara na notícia apresentada acima e refere-se à nova estratégia de venda utilizada pela empresa Bic, que aposta em uma nova “estrutura de venda, antes separada por região, e agora dividida por canais de distribuição” (*BIC enxuga portfólio e dobra investimento - Valor Econômico, 2017*). Assim, podemos entender que essa manobra foi um ato de muita esperteza, um verdadeiro sucesso, ou seja, foi *o pulo do gato*, correspondendo à segunda acepção atestada pelos dicionários consultados.

3) acertou (acertar) na mosca

Segundo o Dicionário de Expressões, disponível *on-line*, a expressão idiomática *acertar na mosca* significa: “certeza do que disse, acertar em cheio na primeira. Exemplo: Você acertou na mosca!” (DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES ONLINE). A expressão também é definida por Silva (2013, p. 946) da seguinte forma: “Acertar na mosca. Conseguir o intento, atingindo o alvo desejado. ‘Genial, esse doutor Pessoa acertou na mosca’ (LBC 218) (TC). ‘Acertei na mosca, cara, tô bom de pontaria’ (JBSG)”. Sendo assim, podemos entendê-la como uma denotação de sucesso, de objetivo concluído, de ter feito o correto, tomado a decisão acertada. Corroborando o sentido apresentado nos trabalhos citados, o Dicionário Houaiss *on-line* define a expressão como “demonstrar precisão em alguma coisa, acertar em cheio”.

Figura 4: Contexto da expressão (3)

“O Banco Central acertou em a **mosca**”, disse Arminio Fraga, ex-presidente de o Banco Central e sócio de a Gávea Investimentos a a coluna.

“Eles conseguiram estabilizar as expectativas de inflação e estão, agora, em uma boa posição para cortar a taxa de juros”.

O alívio, a sensação de melhora de o ambiente econômico nos últimos dias, vem de o “magnífico trabalho de o BC”, de o aumento de preços de as commodities e de alguma recuperação “natural” de a atividade econômica, citou, acrescentando “Os ingleses costumam dizer que até um gato morto quica”.

Fonte: Safatle (2017)

Relacionada ao contexto da notícia apresentada acima, verificamos que essa decisão acertada ou intento atingido foi realizada pelo Banco Central, ao conseguir estabilizar a inflação e alcançar uma boa posição no ambiente econômico, que lhe permitirá estabelecer um corte na taxa de juros: “O Banco Central *acertou na mosca* [...] eles conseguiram estabilizar as expectativas de inflação e estão, agora, em uma boa posição para cortar a taxa de juros” (*Possível forte queda da Selic anima o governo - Valor Econômico, 2017*).

4) *dar com os burros n'água*

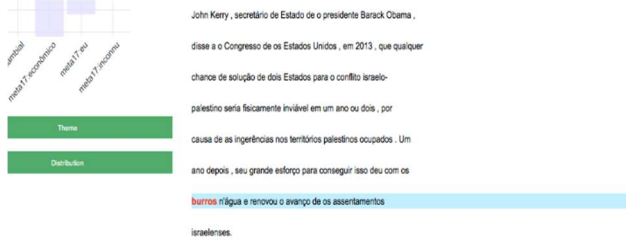
Podemos entender a expressão *dar com os burros n'água* como uma ação que não deu certo, que não obteve o resultado esperado. De acordo com o Dicionário de Expressões Idiomática (Pugliesi 1981, p. 33), a expressão *dar com os burros n'água* significa “dar-se mal, ser malsucedido”.

Segundo o professor Ari Riboldi, em seu livro *O Bode Expiatório*, publicado em 2007, esse fraseologismo teria se originado de uma história popular sobre uma competição entre dois tropeiros, na qual deveriam, com seus burros, levar um fardo até o destino solicitado. Um deveria levar um fardo de algodão e outro de sal. Entretanto, ao tentarem atravessar um rio no meio do caminho, burros, carga e tropeiros acabaram encharcados e sem conseguirem chegar ao destino final, ou seja, literalmente, *deram com os burros n'água*. Riva (2013, p. 117-118) também menciona essa expressão, apresentando a variação de que os dois tropeiros estariam levando as cargas na disputa por uma bonificação. Contudo, de acordo com a reportagem do historiador Rainer Gonçalves Souza, divulgada no *site* brasilecola.uol.com.br, a origem e o significado dessa expressão podem ser explicados pela história dos meios de transporte no Brasil, no século XVIII:

Para responder a esse mistério do nosso vernáculo, basta investigar o tempo em que as mulas e os burros se transformaram no principal meio de transporte do Brasil. No século XVIII, o desenvolvimento da economia aurífera foi responsável pelo aparecimento de vários centros urbanos no interior da colônia. [...] Para atravessar o sertão brasileiro com essas mercadorias, os tropeiros utilizaram o lombo de burros e mulas que resistiam a longos períodos de caminhada pelas matas. Apesar de bastante lucrativa, essa atividade era repleta de desafios que transformavam o tropeirismo em uma aventura incerta e tomada por alguns riscos. Em algumas dessas situações, os pobres animais de carga eram obrigados a atravessar terrenos alagados e muitos acabavam morrendo afogados. (BRASIL ESCOLA)

A expressão é também incluída no Dicionário Houaiss, que a classifica como informal e define-a, sinonimicamente, como “ser malsucedido; falhar”.

Figura 5: Contexto da expressão (4)



Fonte: Gardner, 2020

Analisando o contexto de ocorrência da expressão *dar com os burros n'água* na notícia veiculada pelo jornal *Valor Econômico*, podemos verificar que esta remete a um possível acordo sobre as terras da Palestina que, segundo o secretário de Estado do Presidente Barack Obama, John Kerry, seria inviável em um ano ou dois. Entretanto, como apontado nesse mesmo contexto, “um ano depois, seu grande esforço para conseguir isso *deu com os burros n'água* e renovou o avanço dos assentamentos israelenses” (*Acordo sobre Palestina é intolerável - Valor Econômico, 2020*). Ou seja, por influência dos Estados Unidos e um aparente acordo com o mesmo, Israel continuou a invadir as terras da Palestina, o que fez com que o esforço empreendido por parte de John Kerry para conseguir esse intento se convertesse em um insucesso, um fracasso. Isso ocorreu porque, como apontado na própria notícia:

Com a ascensão de Donald Trump à Presidência, um acordo dos dois Estados se tornou política e fisicamente impossível. O plano anunciado na terça-feira com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, pretende oferecer aos palestinos uma soberania eventual e condicional sobre enclaves desarticulados em cerca de dois terços dos territórios ocupados - aumentados por permutas de terras de Israel. Mesmo assim, o único efeito prático desse excessivamente incensado “acordo do século” é permitir a anexação por Israel das terras da Cisjordânia que o país colonizou no último meio século. (GARDNER 2020, p. 2)

Em suma, com a posse de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos e seu apoio a Israel, um inviável, mas talvez possível acordo entre Israel e Palestina se tornou impossível e possibilitou que Israel

ampliasse seu território, tendo acesso, inclusive, às terras da Cisjordânia, sobre as quais o Estado da Palestina reivindica soberania há anos.

5) *matar dois coelhos de uma só cajadada*

Matar dois coelhos de uma só cajadada ou *matar dois coelhos de uma cajadada só* pode ser definida, segundo Pugliesi (1981, p. 39) como “conseguir dois resultados com o mesmo esforço”. De acordo com o site *ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, essa expressão idiomática é uma variante de [*matar*] *dois coelhos de uma só cacheirada*. “Uma expressão muito antiga, anterior aos anos 30 do século passado, apresentando-se tanto em textos e autores tanto do português europeu quanto do português brasileiro”.

(1) «Com este almoço dois coelhos mato de uma só cacheirada1» [em O Badejo (1898), de Artur Azevedo, escritor brasileiro]; (2) «E matamos assim, querido anjo, dois coelhos com uma só cacheirada» [em O Crime do Padre Amaro (1875), de Eça de Queirós, escritor português] (CIBERDÚVIDAS ONLINE).

Uma explicação semelhante é apresentada pelo site sayitinportuguese.pt que, analisando o contexto de ocorrência dessa expressão no português europeu, aponta que há ainda variações desse zoônimo, podendo ser utilizada como *matar dois coelhos de uma só cajadada* ou *matar dois coelhos de uma cajadada só*, como ocorre no português brasileiro. Quanto à origem dessa expressão, ainda segundo esse site “há quem diga que este provérbio é de origem grega. Curiosamente, nessa língua bem como em espanhol, inglês e alemão a frase faz referência a dois pássaros em vez de dois coelhos”; entretanto, em nossa investigação não encontramos nenhum material ou autor que comprove esta afirmação.

Em relação ao contexto de ocorrência deste zoônimo em nosso corpus, os dois coelhos referem-se ao crescimento anêmico da atividade econômica e ao crescimento da desigualdade no país.

Figura 6: Contexto da expressão (5)

Com a economia global em chamas , há hoje quase um consenso
entre observadores o governo precisa gastar para evitar um
colapso econômico . É assim que age qualquer governo quando a
recessão se aproxima . Um bom caminho seria o lançamento e
financiamento de obras de infraestrutura que o país tanto
precisa . Com uma só cajadada , seria possível matar dois coelhos.
E nenhum sapo.

Fonte: Cafardo (2020)

Como se pode observar no contexto apresentado, pensando em uma possível solução para controlar a crise na economia global e evitar um colapso econômico, o governo necessita tomar uma atitude que, neste caso, seria o lançamento e financiamento de obras de infraestrutura. Sendo assim, com esta só *cajadada*, poderia matar dois coelhos, ou seja, resolver dois problemas que estão ocasionando essa crise econômica: o crescimento anêmico da situação econômica e o crescimento da desigualdade econômica no país, como se pode comprovar com a leitura da notícia O sapo, o rinoceronte e a crise, de Pedro Cafardo (2020), disponibilizada no jornal Valor Econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos refletir sobre a utilização de zoônimos da língua comum em âmbitos especializados como o da Economia. Por meio do estudo pudemos verificar que é comum a utilização de fraseologismos nesse domínio de conhecimento, uma vez que as expressões idiomáticas fazem parte da linguagem cotidiana do falante nativo e constituem uma forma de aproximação e apropriação dos conhecimentos culturais e aspectos semânticos/pragmáticos necessários para a compreensão de suas relações e papel na comunicação especializada.

De acordo com Ortiz Álvares (2012), a Fraseologia “é o campo do saber que estuda os fenômenos fraseológicos, os quais dão conta de aspectos

socioculturais presentes em uma dada comunidade. Estudá-los é uma forma de entender ‘as situações que motivam seu uso’” Ortíz Álvares (2012, p. 12, *apud* Budny, 2017). Destarte, ao lançar mão das expressões idiomáticas no âmbito da Economia, os autores proporcionaram maior compreensão e reflexão linguística a respeito das informações apresentadas, uma vez que a utilização dessas expressões, como um recurso expressivo no texto, fez com que este se tornasse mais facilmente interpretado e mais acessível ao leitor, muito mais do que por meio da utilização de unidades lexicais com sentido literal, denotativas ou com paráfrases explanatórias.

Com a seleção dos fraseologismos e leituras dos textos, constatamos que as Fraseologias que empregam zoônimos em sua formação são as mais recorrentes, o que comprova a proximidade do homem com os seres vivos, em especial com os animais mais domésticos ou mais comuns na fauna brasileira (gato, peixe, cachorro, mosca, vaca etc.). Isso ocorre porque, na maioria das vezes, os animais representam características e comportamentos dos humanos, como o gato, que normalmente é relacionado à beleza, rapidez, esperteza, independência, embora, em alguns casos, essas características possam também estar ligadas a atividades malvistas pela sociedade, a exemplo de ladrão ou batedor de carteiras.

Um importante aliado para nossas análises foi o programa computacional *Hyperbase*, que possibilitou a seleção dos fraseologismos e de seus contextos de ocorrência. Os contextos de uso das expressões, apresentados pelo programa, auxiliaram, de forma clara e objetiva, na interpretação da relação e do papel dessas expressões da língua comum no âmbito da Economia, o que comprova a importância da união entre pesquisador e máquina (*softwares*, programas computacionais) para o desenvolvimento de pesquisas, sejam estas desenvolvidas por meio de análises quantitativas ou qualitativas, como este estudo.

REFERÊNCIAS

BEVILACQUA, C. R. Da Fraseologia. In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPOLL. Área de Linguística*, v. 2. João Pessoa: ANPOLL, 1995.

BEVILAQUA, C. R. Fraseologia: perspectiva da língua comum e da língua especializada. *Revista Língua e Literatura*, v. 6 e 7, n. 10/11, 2004.

BIDERMAN, M. T. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BUDNY, R. As unidades fraseológicas com zoônimos nos dicionários bilíngues escolares (português-inglês) e a questão das equivalências. *Alfa: Revista de Linguística*, v.61, n.2. São José Rio Preto, São Paulo, 2017.

BITTENCOURT, A. Um olho no peixe e o outro no gato. In: jornal Valor Econômico. Rio de Janeiro, 2017.

BORTOLOZI, T. Bic enxuga portfólio e dobra investimento. In: jornal Valor Econômico. Rio de Janeiro, 2017.

CAFARDO, P. O sapo, o rinoceronte e a crise. In: jornal Valor Econômico. Rio de Janeiro, 2020.

CIBERDÚVIDAS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/as-expressoes-matar-dois-coelhos-de-uma-cajadada-e-pano-para-mangas/35609>. Acesso em 13-mar-2021.

CORPAS PASTOR, G. *Manual de Fraseologia española*. Madrid: Gredos, 1996.

CORPAS PASTOR, G. (ed.). *Las lenguas de Europa: estudios de fraseología, fraseografía y traducción*. Granada: Comares, 2000.

COTRIM, M. O pulo do gato 1: o berço das palavras e expressões populares. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

COTRIM, M. O pulo do gato 3: o berço das palavras e expressões populares. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES. Disponível em: <http://dicionariodeexpressoes.com.br>. Acesso em 20-jan-2020.

DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br>. Acesso em 20-jan-2020.

DICIONÁRIO POPULAR. Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com>. Acesso em 20-jan-2020.

- FONSECA, H. C. Motivação metafórica em unidades fraseológicas zoônimas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 59, 2. Campinas, 2017.
- GARDNER, A, D. Acordo sobre Palestina é intolerável. In: jornal Valor Econômico. Rio de Janeiro, 2020.
- GONZÁLEZ REY, M. I. A Fraseodidáctica: un eido da fraseología aplicada. *Cadernos de Fraseología Galega*, v. 6, 2004.
- GUERRA, R. F. Os animais na Fraseologia brasileira. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 45, n.2, 2011.
- HOUAISS A.; Villar, M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro.
- HYPERBASE. Disponível em:
<http://hyperbase.unice.fr/hyperbase/?edition=>. Acesso em 20-jan-2020.
- LEITE, G. G.; BUDNY, R. Unidades fraseológicas com zoônimos (UFz) e as abonações. *Revista da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras/UFGD*. Dourados, MS: Editora da UFGD, v. 7, n. 12, 2018.
- MONTEIRO - PLANTIN, R. S. *Fraseologia: era uma vez um Patinho Feio no ensino de língua materna*. v.1. Fortaleza: edições UFC, 2012.
- PUGLIESI, M. *Dicionário de expressões idiomáticas*. São Paulo: Editora Parma, 1981.
- RIVA, H. C. *Dicionário das expressões idiomáticas mais usadas no Brasil*. Curitiba: Appris, 2013.
- RODRIGUES, G. *Estudo sobre as expressões idiomáticas e o uso de dicionários especiais da língua portuguesa no ensino fundamental*. Dissertação de Mestrado, Universidade estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto, 2010.
- SAFATLE, C. Possível forte queda da Selic anima o governo. In: jornal Valor Econômico. Rio de Janeiro, 2017.
- SANTOS, J. T. P. Avaliação da interpretação literal e cultural dede ditados populares brasileiros para a Língua de Sinais Brasileira. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Santa Catarina, 2018.

- SAYTINPORTUGUESE. Disponível em:
<https://saytinportuguese.pt/site/index.php/podcast/episode-69-matar-dois-coelhos>. Acesso em 13-mar-2021.
- SILVA, J. P. *Dicionário Brasileiro de Fraseologia*. Rio de Janeiro, 2013.
- SOUZA, R. G. "Dar com os burros n'água"; *Brasil Escola*. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/dar-com-os-burros-nagua.htm>. Acesso em 13- mar-2020.
- SUCCI, T. M. *Os provérbios relativos aos sete pecados capitais*. Dissertação. Estudos Linguísticos, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2006.
- TAGNIN, S. E. O. *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática, 1989.
- ZULUAGA, A. *Introducción al estudio de las expresiones fijas*. Frankfurt a. M. Bern-Cirencester/ U.K., Studia Románica et Lingüística, Verlag Peter D. Lang, 1980.

A TERMINOLOGIA DO CANDOMBLÉ NA CASA FANTI- ASHANTI EM SÃO LUÍS-MA

Ayla Cristina Lopes Moura

INTRODUÇÃO

Com o nome de “religiões afro-brasileiras” estão elencadas diversas formas de culto e celebração engendradas no Brasil, decorrentes dos processos a que foram submetidos os africanos escravizados trazidos para a América Portuguesa e dos múltiplos encontros entre povos e etnias distintos que se deram nesse contexto e nessas condições.

Os cultos afro-brasileiros, por serem religiões de transe, de sacrifício animal e de culto aos espíritos (portanto, distanciados do modelo oficial de religiosidade dominante em nossa sociedade), têm sido associados a certos estereótipos como 'magia negra' (por apresentarem geralmente uma ética que não se baseia na visão dualista do bem e do mal estabelecida pelas religiões cristãs), superstições de gente ignorante, práticas diabólicas etc. (SILVA, 2009, p. 13)

Historicamente, as características das religiões afro-brasileiras destacadas acima foram e continuam sendo alvo de discriminação, o que se reflete nas condições de sua inserção e aceitação pela sociedade brasileira. Logo, este é um trabalho que busca a valorização dessas religiões de matrizes africanas – em especial o Candomblé – cujos adeptos podem também designar uma comunidade linguística que merece descrição e análise.

Muitos são os trabalhos das ciências sociais que visam descrever e analisar os aspectos históricos, sociais e culturais do negro no Brasil em terreiros de Candomblé, trabalhos estes que se fundamentam especialmente nos candomblés de Salvador. Porém, poucos são os trabalhos que analisam linguisticamente as variedades específicas faladas por falantes brasileiros em espaços como esse. Logo, o estudo feito neste trabalho contribuirá para a valorização dos estudos terminológicos em relação às línguas africanas que tiveram contato e influenciaram o português falado no Maranhão.

Como espaço de pesquisa, temos o terreiro de Mina e Candomblé Casa Fanti-Ashanti, localizado no Bairro Outeiro da Cruz, fundado por Euclides Menezes Ferreira, este conhecido como babalorixá Euclides *Talabyan*¹. O referido terreiro foi escolhido em razão de ser o primeiro terreiro a estabelecer o Candomblé em São Luís, comparando-se a uma África instituída no Maranhão/Brasil, reconstruída no contexto da diáspora.

Nesse espaço ocorrem vários contextos de interação que, do ponto de vista linguístico, atestam a presença de línguas africanas e do português vernacular brasileiro, bem como a relação estabelecida entre essas línguas.

A partir daí, surge o seguinte problema: A chamada “língua de santo” ou “língua do povo de santo” usada em diversos contextos específicos do terreiro Casa Fanti-Ashanti constitui uma terminologia? Por indução e, por conseguinte, observação, podemos inferir que sim, visto que falantes da Língua Portuguesa que frequentam a Casa fazem uso do ioruba em determinadas situações de comunicação, ou seja, fazem uso de um léxico especializado nessa comunidade linguística.

Para analisar os componentes linguísticos encontrados em terreiros de Candomblé, primeiramente faz-se necessário caracterizar um terreiro como um lugar que possui características de fala diferentes de outros ambientes linguísticos. Ou seja, para *terreiro*, entendemos como um “termo que acabou sendo sinônimo da associação e do lugar onde se pratica a religião tradicional africana” (SANTOS, 2002, p. 32). Ou seja, um polo de reunião dos praticantes da religião por abrigarem os fundamentos de suas práticas e, também, moradia para alguns de seus membros. Cada terreiro possui práticas próprias, grande parte delas sendo secretas, restritas apenas às mães, pais, filhos e filhas de santo (como são denominados os responsáveis pela casa e os que são iniciados e preparados para seguir a religião pelos primeiros, respectivamente), ou que tenha um elevado grau de conhecimento e tempo de prática naquele terreiro (SILVA, 2009).

¹ A partir do processo de “feitura no santo”, ou seja, seu batismo na religião de matriz africana, os iniciados recebem um nome de origem africana, passando a serem assim reconhecidos. Geralmente, não se revela a tradução propriamente dita desses nomes, ficando assim conhecida apenas por quem recebeu a nova denominação.

Com a finalidade de responder à questão proposta no problema, pretendeu-se elaborar um glossário da terminologia usada na Casa Fanti-Ashanti, com base nos diversos contextos que apresenta; identificar os termos do ioruba usados no cotidiano linguístico do terreiro; e investigar em quais campos semânticos essa terminologia é usada.

Para a concretização da pesquisa, foram realizadas pesquisas bibliográfica e de campo, o que será abordado no item referente aos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

Muitos são os campos semânticos que podemos encontrar num terreiro. Contudo, para esta pesquisa abordamos somente a) Objetos sagrados, b) Culinária, c) Cumprimentos, d) Vestimentas sagradas, e) Hierarquia, f) Partes do corpo, para que se pudesse cumprir com o objetivo de elaborar um repertório que seja representativo da linguagem afro-religiosa presente no referido terreiro.

Um estudo linguístico como este que nos propomos a apresentar acerca da diversidade terminológica dos falares de adeptos do Candomblé, mais especificamente de falantes do Terreiro Casa Fanti-Ashanti, nos leva a buscar os valores, as crenças e os fatores históricos, culturais, sociais e geográficos presentes nesses falares por meio do léxico; visto que a língua é um sistema cultural bastante complexo e mantém relação tênue com a vida em sociedade.

Portanto, qualquer investigação que se faça a respeito de um sistema lexical de uma determinada comunidade é sempre um convite à compreensão, ao modo dela, de conceituar o mundo (BIDERMAN, 2001).

Vale ressaltar que este estudo é originário da nossa dissertação de Mestrado em Letras que está em desenvolvimento.

LÍNGUAS AFRICANAS NO BRASIL

A escravização foi um importante fenômeno da história, estando presente em muitos lugares, da antiguidade clássica a épocas muito recente. A África esteve intimamente ligada a esta história, tanto como fonte principal de escravos para as antigas civilizações, o mundo islâmico, a Índia e as Américas, quanto como uma das principais regiões onde a escravização era comum. (LOVEJOY, 2002, p. 29)

O tráfico internacional de escravizados da África subsaariana para o Brasil ocorreu na segunda metade do século XVI e intensificou-se no século XVIII. Para cá, vieram africanos principalmente da região chamada costa da Mina (hoje Benin, Togo, Gana, Nigéria) – conhecida por este nome por causa da fortaleza ou castelo de São Jorge da Mina –, Angola, Guiné, Congo, Gabão, Moçambique. Esses africanos pertenciam a variados grupos linguísticos, dentre eles bantos, iorubas, nagôs etc.

Segundo Souza (2007, p. 85), os escravizados que chegavam ao Brasil eram embarcados em alguns portos africanos como Luanda, Benguela e Cabinda, na costa de Angola, Ajudá e Lagos, na Costa da Mina e, mais tarde, no porto de Moçambique.

No Brasil, essas diferentes etnias foram reagrupadas com os nomes de angola, congo, benguela e cabinda, identificando os africanos pelos portos nos quais haviam sido embarcados ou pela região na qual eles se localizavam. Também os nomes das feiras interiores nas quais os escravizados haviam sido negociados, como no caso dos chamados de cassanjes, eram usados para identificar um conjunto de etnias, cujos nomes se perdiam no transporte das pessoas para o Brasil. (SOUZA, 2007, p. 85)

Como já citado, os africanos que foram trazidos ao nosso país faziam parte do domínio banto e da África ocidental. Entre os bantos (termo < “bantu”, os homens, plural de “muntu”), destacaram-se pela superioridade numérica, duração e continuidade no tempo de contato direto com o colonizador, três povos litorâneos: o bacongo, o ambundo e o ovimbundo. O povo bacongo falava a língua quicongo e, para o Brasil, sua importância histórica – entre outras evidências – reflete-se nos autos populares denominados de congos e congadas, tendo larga distribuição geográfica no país. O povo ambundo falava o quimbundo. Essa região foi de tal importância ao nosso país que é sempre invocada em versos por diferentes manifestações do folclore brasileiro como Aruanda, no sentido de África mítica, morada de todos os deuses e ancestrais. Já os ovimbundo, falantes do umbundo, “uma de suas características é a presença de um antigo demonstrativo “o”, que os bantuistas chamam de “aumento”, como o próprio etnônimo *ovimbundo*” (CASTRO, 2001, p. 36). No Brasil, esse tipo de aumento sobrevive nos vocábulos encontrados em Minas Gerais, São

Paulo e Rio de Janeiro, o que deixa evidente maior importância do ovimbundo nessas regiões.

Quanto aos africanos decorrentes da África ocidental – também chamados de oeste-africanos e sudaneses – destacaram-se, no Brasil, entre outros procedentes da região, os pertencentes à família linguística kwa: os de língua ioruba e os do tronco linguístico ewe-fon. “São línguas de sistema tritonal, constituídas de sete vogais orais, mais as nasais correspondentes, nas quais a distinção fonêmica de comprimento não é relevante. Não possuem gênero gramatical, nem derivados verbais. A estrutura silábica é consoante e vogal” (CASTRO, 2002, p. 43).

O ioruba é uma língua distinta, constituída de vários falares regionais, pouco diferenciados, concentrada ainda hoje nos territórios da Nigéria ocidental e no Benim oriental. É chamada de “ànàgó” pelos seus vizinhos e por isso ficou genericamente conhecida no Brasil pela forma nagô. Ao grupo linguístico ewe-fon ou gbe pertencem as línguas fon ou fongbe (hoje faladas em territórios circunvizinhos ao norte e ao sul do antigo Reino do Daomé), ewe (na capital do Togo, sudeste de Gana e sudoeste de Benim), gun (na cidade de Porto Novo), mahi (no Benim ao centro de Savalu) e mina, guen ou anexô (na região de Anexô entre Lomé e Uidá). Do ponto de vista da dialetologia, esse grupo linguístico provavelmente evoluiu como diassistema da língua adjá, que por sua vez desenvolveram as variantes adjá-ewe e adjá-fon. O termo ewe-fon passou a ser utilizado pelos estudiosos por causa do parentesco histórico-genético do ewe e do fon e por serem as mais conhecidas do grupo até hoje. A língua mahi foi denominada jeje por Nina Rodrigues (1932) e por isso as línguas pertencentes ao grupo ewe-fon são chamadas no Brasil de mina-jeje. A denominação *mina* advém da observação feita por este mesmo autor onde este observou que a maioria dos escravizados remanescentes encontrados na Bahia eram provenientes de uma região africana localizada nas proximidades do forte de El-Mina. Já a denominação *jeje* é motivo de grandes controvérsias: alguns pesquisadores acreditam que venha de “djedji / jeji” (nome dado pelos franceses aos gun); outros que viria do termo “geng” ou “gen” (nome da língua güen ou mina); que seria uma deformação do termo “adjá”; que provenha do vocábulo “ajeji”, significando aos iorubas

estrangeiro, forasteiro; já outros acreditam que provenha do termo “jeji”, nome indígena do povo daomeano.

Trazidos em grande número para o Brasil, a partir da segunda metade do século XVII e durante os dois séculos subsequentes, esses povos receberam diferentes denominações, tais como mina, jeje, ardra, aladá, lada, lano (de aladano), uidá, mahi, maí, maki, makim, maquim, marri, mundubi, mondobi ou butubi, savalu, sabaru ou cavalo, anexo ou nejô, cobo ou cobu. (CASTRO, 2002, p. 49)

Além das línguas iorubá e as pertencentes ao grupo linguístico ewe-fon, outra também se mostrou importantes no Brasil: a hauçá. A língua hauçá é afro-asiática e geralmente tida por “sudanese” por causa significativa dos seus falantes na África ocidental. Os africanos de língua hauçá foram trasladados à cidade de Salvador, em grande número, nas primeiras décadas do século XIX, num momento em que em que era exigida mão-de-obra escrava em trabalhos domésticos e serviços urbanos. Essa condição fez com que houvesse oportunidade para os mesmos promoverem sucessivas revoltas, sendo a Revolta dos Malês a mais importante.

Os povos de língua banto foram os que se fizeram mais presentes no território brasileiro. Os africanos do grupo linguístico ewe-fon, ou seja, os de língua mina-jeje vem em segundo lugar, aparecendo em cinco estados. Os de língua iorubá denominados nagô-iorubá aparecem em terceiro, fazendo-se presentes em apenas quatro estados. E por último, os africanos de língua hauçá que se encontravam somente na Bahia, especificamente na cidade de Salvador.

O que está fora de dúvida é que o português do Brasil tem enorme dívida com as Línguas Africanas, haja vista que nossa língua foi constituída pela junção e influência de muitas dessas línguas.

Temos que a influência africana no português popular do Brasil foi mais profundo que a do tupi, embora menos extensa. Explico-me. O negro escravo terá atingido mais facilmente e mais intensamente a fonética e a morfologia da língua do que o índio, que por sua vez nos legou um vocabulário muito mais considerável e numeroso. Eu diria que a influência tupi foi mais *horizontal*, ao passo que a africana foi mais *vertical*. (MELO, 1981, p. 74)

As evidências linguísticas são encontradas nos aportes lexicais africanos que existem nos falares regionais brasileiros e no português do Brasil como um todo. São de origem africana palavras como bengala, bunda, cachimbo, caçula, cafuné, calombo, cambada, camundongo, candango, canga, dengue, denço, fubá, maxixe, minhoca, mocambo, quitanda, tanga, vatapá, acarajé, agogô, e todos os termos ligados ao candomblé e outros não menos importantes.

Em se tratando de Maranhão, Maria Amália Pereira Barreto (1977, p. 156) determina a procedência de seus escravizados, reunindo-os como *sudaneses*: nagôs-iorubás, jejes (daomeanos) e fanti-achanti; *islamizados*: hauçás, tapas, mandingas, fulatas; e *bantos*: angolas, congos, moçambiques, cabindas. Embarcavam, principalmente, do porto da Costa da Mina e, por isso, ficaram conhecidos como *negros-mina*. As Línguas Africanas transplantadas ao Maranhão foram o quimbundo, o umbundo e o quicongo (pertencentes ao domínio banto), a língua iorubá (também conhecida por nagô-iorubá, pertencente ao domínio dos sudaneses) e as línguas fon, ewe, gun, mahi (jeje) e mina (do grupo lingüístico ewe-fon). Dentre estas, as de maior prestígio são o quimbundo (banto), o iorubá e as línguas fon e mina (ewe-fon).

ENFOQUES TERMINOLÓGICOS

Entre os enfoques ou abordagens da Terminologia, tomamos como base a Terminologia Cultural, disciplina suporte, pautada nos estudos de Marcel Diki-kidire (2002, 2007, 2009) a qual parte do pressuposto da percepção e representação simbólica e cultural do termo.

A Terminologia Cultural (TC), cujos trabalhos tratam, principalmente, sobre a base cultural na formação de terminologias, está voltada para o estudo da descrição e análise dos termos especializados realizados em seu contexto cultural. Ao considerar a dimensão cultural como o centro das atenções de suas preocupações, a TC diverge dos postulados tradicionais propostos pela Teoria Geral da Terminologia, aliando-se aos princípios da Socioterminologia.

Ao inserir os aspectos culturais como o cerne de sua abordagem, Diki-Kidiri (2009) considera que

a cultura é um conjunto das experiências vividas, nas produções realizadas pelos conhecimentos gerados por uma comunidade humana que vive em um mesmo espaço em uma mesma época. Isto significa que existe, por uma parte, uma diversidade cultural tanto no espaço como no tempo, por outra parte, uma grande expressão da cultura que permite as diversas experiências e os diversos conhecimentos sedimentares nos arquivos da memória coletiva. (DIKI-KIDIRI, 2009, p. 2)²

De acordo com esse autor, isso significa que existe uma grande diversidade cultural, cujas raízes surgem através das experiências e dos conhecimentos adquiridos e acumulados ao longo da história de cada povo. Tal aprendizado é arquivado na memória coletiva de cada pessoa, sendo, então, repassado de geração a geração.

Por esse motivo, a importância de considerar o uso dos termos em um contexto específico de uso, tendo em vista que a cultura é um ponto de confluência entre sociedade e língua, por isso se configura como a identidade cultural e linguística de cada povo. Isso permite que todos os membros de uma comunidade possam interagir a partir da criação dos termos que circulam em uma determinada cultura, favorecendo, por conseguinte, o surgimento de uma comunicação que pode se manifestar de várias maneiras: gestos, palavras, comportamentos e atitudes.

Assim, na TC os termos ganham uma dimensão social, sobretudo, por meio da cultura, considerada o pilar dessa abordagem. Nessa vertente, a cultura é entendida a partir de várias dimensões que compreendem o comportamento do homem em seu ambiente social e individual, pela apropriação de seus conhecimentos e saberes, cuja compreensão gera termos específicos, os quais se integram à cultura gerando variedades

² (...) la cultura es un conjunto de las experiencias vividas, en las producciones realizadas por los conocimientos generados por una comunidad humana que vive en un mismo espacio en una misma época. Esto significa que existe, por una parte, una diversidad cultural tanto en el espacio como en el tiempo, por otra parte, una grande expresión de la cultura que permite las diversas experiencias y los diversos conocimientos sedimentares en los archivos de la memoria colectiva (DIKI-KIDIRI, 2009, p. 2).

linguísticas, sinonímias, homonímias e polissemias nos léxicos especializados. Isso é, nela são valorizados os aspectos socioculturais oriundos das diversas manifestações linguísticas; esta valoriza os saberes gerados pela cultura, cuja apropriação favorece a criação de representações simbólicas geradas a partir dos conhecimentos, considerados “arquivos” adquiridos na relação entre o homem e a sociedade durante sua existência. Conhecimentos esses que, de acordo com a TC, constituem “a história própria de cada indivíduo ou de cada comunidade que determina a sua cultura particular, em que se funda a diversidade das culturas” (DIKI-KIDIRI, 2007, p. 14)³.

A TC se preocupa com a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias, pois o saber envolve as experiências que se acumulam na memória do indivíduo, tornando-o capaz de armazenar milhares de comparações que possibilitam realizar seleções necessárias para a identificação do novo, do desconhecido. Essas representações simbólicas fazem parte da evolução da história do indivíduo, construída ao longo de sua vida e, por isso, “acumulam na memória coletiva uma gigantesca experiência de conhecimentos acessíveis aos membros da comunidade” (DIKI-KIDIRI, 2002, p. 4)⁴.

Diante do exposto acerca dos termos especializados a partir da perspectiva da TC, pudemos perceber que esta abordagem está voltada para os termos, os quais circulam e se criam no espaço sociocultural. Ao focar o termo oriundo da cultura, a TC engloba a dimensão que envolve as variadas comunicações do homem em seu contexto culturalmente particularizado, o qual reserva um grande saber construído a partir da experiência coletiva de uma comunidade.

Logo, adotamos neste trabalho os princípios da Terminologia Cultural a fim de analisarmos a terminologia cultural africana presente no

³ “(...) l’histoire individuelle de chaque individu ou de chaque communauté qui détermine leur culture particulière, sur laquelle se fonde la diversité des cultures” (DIKI-KIDIRI, 2007, p. 14).

⁴ “(...) acumulan en la memoria colectiva una gigantesca experiencia de conocimientos accesibles a los miembros de la comunidad” (DIKI-KIDIRI, 2002, p. 4).

universo sociocultural de termos utilizados nas situações comunicativas referentes ao Candomblé na Casa Fanti-Ashanti.

CANDOMBLÉ NO MARANHÃO

O Candomblé é uma religião afro-brasileira derivada de cultos tradicionais africanos, na qual há crença em um Ser Supremo (Olorum, Mawu, ou Nzambi, dependendo da nação) e culto dirigido a forças da natureza personificadas na forma de ancestrais divinizados: orixás, voduns ou inquices, dependendo da nação.

A Casa Fanti-Ashanti é uma casa de Candomblé e Tambor de Mina, da nação Jeje-Nagô, fundada em 1954, mas que só começou a funcionar em 1958, fundada e dirigida até o ano de sua morte pelo babalorixá (pai de santo) Euclides Menezes Ferreira e atualmente dirigida pela yalorixá (mãe de santo) Mãe Cabeça. Esta casa, por sua vez, tenta manter vivas as raízes africanas que nortearam sua fundação e, assim, nos dá subsídios para reunir itens lexicais de raízes africanas presentes no linguajar de praticantes maranhenses do Candomblé.

O universo dos terreiros de Candomblé, assim como também de outras religiões de matriz africana, apresenta uma linguagem específica de comunicação, linguagem esta que se apresenta com várias lexias de línguas africanas e portuguesa em variados aspectos.

No caso da Casa Fanti-Ashanti, os termos encontrados são provenientes da língua ioruba, em razão da casa ser um terreiro de nação jeje-nagô, uma vez que os terreiros dessa nação fazem uso dessa referida língua. Esta é o instrumento comunicativo utilizado na sua resistência e propagação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se deu por meio de pesquisa bibliográfica que abrangesse um referencial teórico de cunho linguístico (estudos sobre Línguas Africanas no Brasil, Terminologia Cultural), de cunho social (estudos na área de Antropologia e Sociologia que ofereçam subsídios para o

entendimento de questões como cultura, símbolos, religiões, religiões de matriz africana no Brasil e Maranhão), e de cunho histórico (questões sobre escravização de africanos no Brasil, etnologia dos negros africanos trazidos para o Maranhão, distribuição das etnias africanas pelo referido Estado, fundação de cultos afro-religiosos).

Ou seja, a bibliografia principal é referente às Línguas Africanas no Brasil, baseando-nos em autoras como Castro (2001, 2002) e Petter (2015); à Terminologia e Terminologia Cultural, por meio de autores como Isquardo e Finatto (2010) e Diki-kidiri (2009); e ao Candomblé, por intermédio de Ferreira (1984, 1987) e Parés (2007).

Para a concretização deste trabalho, realizamos também pesquisa de campo, usando o método de observação participante, quando foi autorizado, por meio de conversas informais e entrevistas – sendo de forma presencial e à distância (considerando o contexto atual de pandemia).

Para a recolha dos dados, selecionamos frequentadores do referido terreiro que o frequentem há pelo menos cinco anos. O perfil dos entrevistados foi de homens e mulheres, independente do grau de escolarização, dispostos em: yalorixá (mãe de santo) da casa, filhos, filhas de santo, a partir de 18 anos. Ou seja, consideramos algumas características sociais dos informantes, de natureza geracional, diagenérica e diastrática (CARDOSO, 2010).

A coleta dos dados da pesquisa ocorreu por meio do uso de gravador – para registro de áudio – e pela aplicação de questionário semântico-lexical. O questionário semasiológico constituiu-se de questões cuja aplicação recolheu termos específicos e seus respectivos conceitos. Além deste, utilizamos fichas para preenchimento de informações sobre o informante e fichas terminológicas para que se fizesse o registro dos dados obtidos (uma ficha para cada termo), e elas serviram de base para a composição do glossário.

Para isso, reuniu-se o maior número possível de itens lexicais, a fim de que haja um melhor entendimento sobre a linguagem em foco e sobre aspectos identitários gerais da comunidade de Candomblé da Casa Fanti-Ashanti.

CARACTERÍSTICAS DO GLOSSÁRIO

De acordo com ARAGÃO et ali. (1987, p. 34), glossário se caracteriza por um acervo vocabular que reúne uma parte do saber linguístico de uma comunidade específica ou um vocabulário especializado de uma comunidade, por isso optamos por classificar o resultado final desta pesquisa como glossário.

O glossário de termos específicos da linguagem afro-religiosa da Casa Fanti-Ashanti possui características como: a) nomenclatura do acervo lexical, até o presente momento, composta por substantivos; b) é de caráter semasiológico, partindo-se do termo-entrada para a definição elaborada; c) a ordem das entradas está dividida em campos semânticos; d) os termos estão dispostos em ordem alfabética; e) os substantivos masculinos estão destacados como *s.m.* e os femininos como *s.f.* Assim, puderam os termos serem apresentados alfabeticamente e caracterizados com maiores detalhes, levando o leitor a uma melhor compreensão – mesmo os leigos – das lexias dispostas no glossário preliminar.

GLOSSÁRIO PRELIMINAR

Abaixo segue uma amostra do glossário, contemplando apenas algumas terminologias referentes aos campos semânticos Culinária, Cumprimentos, Hierarquia, Objetos sagrados, Partes do corpo e Vestimentas sagradas, respectivamente. Importante ressaltar que as traduções de cada termo apresentado se deram pelas informações coletadas nos inquéritos.

➤ CULINÁRIA

Adiê *s.m.* galinha;

Ejá *s.m.* peixe;

Epô *s.m.* azeite de dendê;

Omi *s.f.* água;

Omi-dudu *s.m.* café;

Pepeie *s.m.* pato

➤ **CUMPRIMENTOS**

- Aforiji** *s.m.* perdão
Ago-iê *s.f.* licença
Ekaalê *s.f.* Boa noite
Ekaarô *s.m.* Bom dia
Ekaasan *s.f.* Boa tarde
Okolofé *s.f.* bênção

➤ **HIERARQUIA**

- Babá** *s.m.* pai
Babolorixa *s.m.* pai de santo
Iyá *s.f.* mãe
Iyalorixá *s.f.* mãe de santo
Omo-orixá *s.m.f.* filho/a de santo

➤ **OBJETOS SAGRADOS**

- Inã** *s.f.* vela;
Obé *s.f.* faca;

➤ **PARTES DO CORPO**

- Ará** *s.m.* corpo
Essé *s.m.* pé
Ojú *s.m.* olho
Ori *s.f.* cabeça
Ou-ou *s.f.* mão

➤ **VESTIMENTAS**

- Axó** *s.f.* roupa de ritual
Jelé *s.m.* pano de cabeça
Ojá-amurê *s.m.* pano de cintura

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O grande contingente de negros escravizados trazidos ao Maranhão resultou na proliferação de culturas africanas neste estado. Esse acontecimento pode ser observado em quase todas as suas manifestações culturais, as quais têm origem africana ou, pelo menos, tem uma forte contribuição do povo negro.

No campo das religiões presentes no Maranhão, observamos que as raízes africanas estão presentes no Tambor de Mina e no Candomblé. O Candomblé é o nosso foco de estudo, mais especificamente a Casa Fanti-Ashanti, terreiro de culto afro-religioso presente em São Luís-MA, no qual são utilizados termos de origem ioruba no seu contexto religioso de comunicação.

Constatamos que esses termos aparecem em diversos contextos, porém, nesta pesquisa, foram trabalhados termos usados no âmbito dos objetos sagrados, nas vestimentas, na culinária, nos cumprimentos, na hierarquia e nas partes do corpo. Segundo os entrevistados, os termos em língua ioruba são ainda utilizados com a finalidade de manter as raízes e propagar a religião de matriz africana à qual eles pertencem, valorizando e exaltando a cultura negra remanescente em São Luís.

O estudo linguístico que nos propomos apresentar acerca da presença de termos do ioruba nos falares dos frequentadores da Casa Fanti-Ashanti contribui com estudos sobre a Terminologia Cultural no Brasil. Dessa forma, entendemos que a elaboração desta pesquisa poderá se constituir em instrumento favorável ao fortalecimento e à preservação das línguas africanas no Brasil, tendo em vista que uma língua se configura como elemento cultural, por meio da qual o povo que a fala transmite os seus conhecimentos e os seus costumes de geração a geração. Vale ressaltar que a pesquisa ainda está em construção e que deverão ainda ser coletados mais termos para que se compreenda ainda mais a riqueza linguística presente nessa comunidade religiosa.

Julgamos importante informar que não temos conhecimento sobre a realização de uma investigação nesse âmbito, o que caracterizou o ineditismo do presente trabalho. Acrescentamos ainda que o estudo resultante desta pesquisa servirá como uma ferramenta de uso tanto na área cultural quanto na educacional, podendo, também, contribuir para estudos terminológicos futuros, bem como para o quadro linguístico de pesquisas já realizadas acerca do mesmo tema. Portanto, este é um estudo de extrema relevância.

REFERÊNCIAS

- ARAGAO, M. S. S. *A Socioterminologia e Etnoterminologia das plantas medicinais no Nordeste*. Periódicos da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Vol. 15, ano 34, nº 1, p. 34-49. Paraíba, 2010.
- BARRETO, Maria Amália Pereira. *Os voduns do Maranhão*. São Luís: Func, 1977.
- BARROS, Aidil Jesus Paes de. LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Um guia para a inicialização científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
- BARROS, L. A. *Curso básico de Terminologia*. Editora: Edusp. São Paulo, 2004.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *As ciências do léxico*. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Reis; ISQUIERDO, Aparecida Negri (org). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001, vol 1, p.2-14.
- CABRÉ, Maria Teresa. *La terminologia hoy: concepciones, tendencias y aplica aplicaciones*. Ciência da Informação, Brasília, v. 24, n. 3, set./dez.1995.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.
- CASTILLO, L. E. *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*. Salvador: Edufba, 2010.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- _____. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Secretaria de Estado da Cultura, 2002.
- DIKI-KIDIRE, M. *La Terminología Cultural: fundamento de una verdadera localización*. VIII Simposio, p. 1-19. Iberoamericano de Terminología: La Terminología, entre la globalización y la localización, Cartagena, Colômbia, 2002.
- _____. *Éléments de terminologie culturelle*. Vol. 26. p. 14-25 Cahiers Du Rifal. 2007.
- _____. *Um enfoque cultural de la terminología*. DebateTerminológico, nº 5. 2009.

- FERREIRA, Euclides M. *O Candomblé no Maranhão*. São Luís: Alcântara, 1984.
- _____. *A Casa Fanti-Ashanti e seu alaxé*. São Luís, ED. Alcântara, 1987.
- FIORIN, José Luiz. PETTER, Margarida (organizadores). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- ISQUERDO, A. N. e FINATTO, M. J. B.(organizadoras) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, vol. IV. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- KRIEGER, M. G; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria & prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Tradução Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4ª ed. Melhorada e aumentada. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- PETTER, Margarida. *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- Silva, Anairan Jeronimo da. *O léxico do tambor de mina [manuscrito]: uma proposta de glossário da linguagem afro-religiosa em São Luís*. Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza(CE), 23/06/2009.
- SANTOS, Juana Elbein dos. *Os Nagô e a morte: Pàde, Àsèsè e o culto Égun na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

A ARTE DE TECER: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS A PARTIR DA NOMEAÇÃO DOS PONTOS DE RENDA RENASCENÇA

Liliane de Souza Almeida

INTRODUÇÃO

O processo de criação das palavras surge a partir de uma necessidade cognitiva e social de se estabelecer a comunicação com o mundo que nos cerca, atendendo as necessidades específicas de cada momento histórico. Nesse contexto, podemos observar que esse procedimento é bastante amplo e complexo, demandando, assim, uma melhor observação dos processos linguísticos que o compõe.

Ainda com relação à palavra, segundo Bezerra (2004), convencionou-se chamar de léxico todas as palavras que constituem uma língua, estejam elas dicionarizadas ou não. Nas palavras desta autora, a unidade do léxico é o item lexical e a do vocabulário é o vocábulo. O léxico, de acordo com Biderman (2001) é a representação de como nós, seres humanos, apreendemos a realidade, sendo através do léxico que o homem interage com o mundo a sua volta, configurando-se, portanto, como um ato de cognição social.

Portanto, este estudo tem como objetivo observar os processos de formação das palavras utilizados para a nomeação dos pontos de renda de Renascença da Associação dos Artesãos de Monteiro (ASSOAM)¹. A descrição dos processos empregados pode demonstrar como a atribuição de

¹ A ASSOAM foi fundada em outubro de 2001, resultado do projeto “Rendas do Cariri”, desenvolvido pela ONG Para’iwa. Para sua formação foi realizado um censo com objetivo de identificar o número de rendeiras que havia no município de Monteiro-PB, sendo essa cidade a capital do cariri paraibano e, por isso, destacando-se entre as demais.

sentido dado aos nomes dos pontos relacionam-se diretamente ao cotidiano destas mulheres, sendo, pois, histórico e socialmente construído, revelando o contexto situacional dos sujeito-falantes que fazem parte dessa sociedade, apresentando-se como de extrema importância para a comunidade linguística a qual pertencem. Assim, o *corpus* deste trabalho é constituído de 30 (trinta) nomes de pontos de renda Renascença levando em consideração os principais estudos sobre o léxico e os processos de formações de palavras utilizados para nomear os pontos dessa Renascença.

A renda renascença chegou a Paraíba na década de 50, concentrando-se no Cariri Paraibano, através de algumas mulheres que residiam nos distritos de Camalaú, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, antes pertencentes ao município de Monteiro. Neste mesmo período, o Nordeste enfrentava uma das maiores secas de todos os tempos. Em particular, no cariri Paraibano, a população passava por dificuldades sociais e econômicas devido a problemas de desertificação, baixa incidência de chuvas e poucas alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, a renda renascença se tornou uma das formas econômicas mais viáveis. Daí a importância de realizar um estudo que tem como base as manifestações linguísticas realizadas pelas integrantes dessa organização em nosso município.

Para tanto, utilizamos inicialmente as contribuições teóricas de Bezerra (2004), Biderman (2001) e Marcuschi (2004), os quais apontam que os processos de criação de uma palavra não se dão aleatoriamente, pois, está diretamente relacionado à vivência dos sujeitos, sendo historicamente construídos. Em seguida, estudamos os processos formativos das palavras pautados nas considerações de Rocha (1983), Kedhi (2007), Basílio (2007), Monteiro (2002) entre outros.

LÉXICO E COGNIÇÃO SOCIAL

Segundo Bezerra (2004), convencionou-se chamar de léxico todas as palavras que constituem uma língua, estejam elas dicionarizadas ou não, cultas ou incultas, escritas ou faladas, todos estes fazem parte do léxico de uma língua. No entanto, não se pode observar o léxico como um simples

elemento que compõe a língua, pois, esta unidade encontra-se relacionada com o processo de nomeação das coisas e seres que nos cercam, com a necessidade de rotulá-los. Assim, nas palavras Biderman (2001, p. 13) “a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: a palavra”.

O léxico, de acordo com este autor, é a representação de como nós, seres humanos, apreendemos a realidade, sendo através do léxico que o homem interage com o mundo a sua volta, configurando-se, portanto, como um ato de cognição social. O conhecimento que um falante nativo tem das formas linguísticas de seu idioma, ou seja, o léxico mental lhe é possível através de sua competência lexical, que é conferida por meio de três fatores: a) o conhecimento de uma lista de entradas lexicais – toda e qualquer forma linguística que conhece ou utiliza; b) o conhecimento da estrutura interna dos itens lexicais – que são pertinentes aos conhecimentos morfológicos e sintáticos; c) e o conhecimento subjacente em relação à capacidade de formação de itens lexicais – relativo à formação de novas palavras (BASÍLIO apud ROCHA, 1998).

Em relação ao item c, é importante ressaltar que o conhecimento subjacente do processo de formação de palavras permite a qualquer falante nativo a criação de novas palavras, independente de seu grau de escolaridade, se este, por exemplo, é um estudioso da língua ou não. A língua deste indivíduo já está internalizada e mesmo que desconheça as regras de formação pode criar outras palavras a partir de seus conhecimentos advindos da constante utilização de sua língua. Portanto, um analfabeto entende que “des” é uma partícula de negação, pois ouve constantemente a palavra desigualdade e, assim, por associação, cria outra palavra com esta mesma desinência.

Quanto à criação de novos itens lexicais, são necessárias algumas considerações no que diz respeito às questões morfológicas da língua, uma vez que, segundo Rocha (1998), no processo de formação de palavras há dois fatores que devem ser devidamente diferenciados: a polissemia e a homofonia. A polissemia “caracteriza-se pelo fato de que uma palavra pode sofrer adaptações semânticas às diversas circunstâncias em que é usada,

sem, contudo, deixar de se ligar a um sentido básico inicial” (ROCHA, 1998, p. 67-68).

Com relação a este fenômeno, a palavra não perde seu sentido básico, há, portanto, um aproveitamento desse sentido em prol de outra significação contextual, o que configuraria um sentido metafórico a este item lexical, o uso de uma linguagem metafórica. Já em relação à homofonia, esta configura-se pela “[...] propriedade de duas ou mais formas, inteiramente distintas pela significação ou função, terem a mesma estrutura fonológica (CÂMARA JÚNIOR 1964 apud ROCHA, 2008, p. 68). Ou seja, alguns vocábulos podem possuir a mesma sonoridade e até a mesma escrita, mas possuem significados distintos. Tais processos fazem, pois, parte do ato criativo humano ao fazer uso da linguagem.

A partir do exposto, podemos observar como o trabalho de significação do léxico é simbólico e socialmente construído, não podendo ser pensado à margem desses aspectos. Assim, ao se pensar a construção da palavra levando em consideração tais perspectivas, se está contribuindo para uma visão mais ampla de língua e do mundo, uma vez que nem um nem o outro encontram-se devidamente acabados.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS

No que tange aos processos formativos das palavras, de acordo com Basílio (2007), as palavras são elementos básicos que utilizamos para produzir sentenças. Cotidianamente, nós, sujeitos-falantes, lançamos mão de uma infinidade de palavras com o intuito de efetivarmos o ato comunicativo. Por se tratar de um uso social e historicamente situado, cada evento comunicativo poderá variar a depender do contexto situacional no qual se desenvolverá a interlocução. Por isso, muitas vezes, se torna indispensável a criação de novas palavras que atendam a essas necessidades. Desse modo:

A razão por que formamos palavras é a mesma pela qual formamos frases: o mecanismo da língua sempre procura atingir o máximo de eficiência o que se traduz num máximo de flexibilidade em termos de expressão

simultaneamente a um mínimo de elementos armazenados na memória. (BASÍLIO, 2007, p. 12)

Conforme podemos observar, a língua permite a formação de palavras, com o objetivo de apresentar-se o mais eficiente possível a seus usuários. Nesse sentido, na visão da autora supracitada, o fenômeno da formação das palavras é entendido sob diversas abordagens, dentre estas destacam-se a estruturalista, a gerativa e a ideal. A abordagem estruturalista entende o morfema como elemento base, sendo, pois, a unidade mínima significativa da língua e pode [...] “constituir diferentes classes de acordo com suas propriedades de combinação” (BASÍLIO, 2007 p. 19). Assim, na visão da autora essa abordagem visa a descrição das formulações gerais das estruturas já existentes na língua. Já a abordagem gerativa focaliza seus estudos no conhecimento da língua e não nos fenômenos morfológicos em si, baseando-se assim na sintaxe. Por último, a ideal que acredita que uma série de fatores devem ser levados em conta para a análise dos processos de criação, de forma que é necessário tanto a análise de palavras já existentes, como a de novas palavras, permitindo, também, uma descrição das motivações gramaticais, semânticas ou funcionais para o processo de formação.

No que concerne aos processos de formação de palavras da língua, existem vários estudos que colaboram para o entendimento das estruturas utilizadas nesse processo. Alguns desses estudos apontam divergências quanto à formação de palavras, de forma que há autores que não consideram alguns processos como formadores de palavras, baseando-se em princípios como o da produtividade, conforme veremos no decorrer deste trabalho.

De acordo com Basílio (2007), existem vários processos, mas há dois que ocorrem com maior frequência, que são a composição e a derivação. A composição obedece à necessidade de combinações mais particularizantes e caracteriza-se pela junção de uma base livre a outra. Já para Monteiro (2002), denomina-se por composto os vocábulos formados pela junção de um ou mais semantemas, estando eles hifenizados ou soltos. No entanto, na visão de Rocha (1983) não há uma distinção clara entre a justaposição e a

aglutinação, pois “o fato de serem justapostos ou aglutinados nada esclarece sobre o tipo de formação de novos vocábulos” (p. 55).

Conforme pontua Rocha (1983), para que um processo de formação de palavras seja assim considerado deve apresentar-se como produtivo, de modo que uma palavra sirva de base para a formação de outra, o que na visão desse autor não ocorre com a aglutinação e a justaposição. Para Basílio (2007), a nomeação via composição pode ser tanto descritiva como metafórica. Na nomeação descritiva, o objeto de nomeação vai trazer consigo as características objetivas daquilo que representa. Exemplificando teríamos sofá-cama, carta-bilhete, papel-alumínio (BASÍLIO, 2007). No entanto, a metafórica realiza-se meio do procedimento contrário, ou seja, não segue critérios objetivos, mas por termos associativos, tais como olho-de-sogra e olho-mágico. Nenhuma dessas composições remete objetivamente ao que verdadeiramente representa, de forma que podemos apreender seu significado por meio de associação. Olho-de-sogra é um doce à base de ameixa que lembra um olho, o termo sogra estaria associado aos dizeres populares de que a sogra tem olho gordo. Assim, teríamos um doce com aparência de olho e “gordo” como o olhar de uma sogra.

Ainda com relação à composição, Monteiro (2002) afirma que alguns critérios devem ser observados, pois devemos distinguir um vocábulo composto de uma locução. Assim, para que um vocábulo seja composto, não é possível alteração de ordem dos vocábulos, o que implicaria na alteração de sentido; também não podemos intercalar outros elementos junto à palavra formada, bem como não pode haver a supressão de qualquer elemento que componha a palavra composta.

O processo de derivação conforme pontua Basílio (2007) diferencia-se do processo de composição. A derivação caracteriza-se pela adição de afixos (sufixo ou prefixo) e diferentemente da composição tem propriedades sintáticas ou semânticas em caráter fixo e predeterminado. Assim, ao optarmos pelo prefixo in o qual tem a significação de negação, passará este valor à palavra formada. Logo, temos nos seguintes exemplos as formações: injustiça (ausência de justiça), infelicidade (ausência de felicidade) etc.

Com base nos exemplos acima e ainda conforme as orientações de Basílio (2007), podemos observar que a derivação se divide em prefixal

(acrécimo de um afixo à frente da base), sufixal (afixo após a base), a parassintética (adição de prefixo e sufixo simultaneamente, sem que quaisquer uma delas possa ser retirada devido à perda de sentido da palavra formada) e prefixal e sufixal (adição dos dois elementos podendo haver a retirada de um destes sem que haja perda de sentido da palavra).

Rocha (1983) inclui ao processo de derivação outro grupo de formadores de palavra que é a derivação regressiva, a qual pode ainda ser dividida em deverbais, sufixal, pseudo-sufixal, radical e fortuito.

- A *derivação deverbais* ocorre a partir de uma forma verbal no infinitivo e dela subtrai-se a vogal temática e a desinência de infinitivo. Ex. afago = afagar.
- A derivação regressiva sufixal dá-se pela subtração de um sufixo na palavra. Exemplos: português = portuga, delegado = delega.
- A *pseudo-sufixal* dá-se pela supressão dos pseudo- sufixos. Exemplos: *sacristão = sacrista, tostão = tusta*.
- A *regressiva radical* forma-se quando há a supressão de um dos radicais. Exemplos: *odontologia = odonto, motocicleta = moto*.
- A *regressiva fortuito* ocorre quando extrai-se um segmento fortuito, ou seja, que não é um elemento mórfico. Exemplos: *cinema = cine, maracanã = maraca* (ROCHA, 1984, p. 42 a 48).

O autor considera ainda outro tipo de derivação que é a siglada, pois, na sua visão, que se baseia no princípio de produtividade dos processos, os derivados siglados formam-se a partir de grafemas iniciais das palavras que constituem vocábulos compostos. Assim, pode-se afirmar que os derivados siglados são processos produtivos de vocábulos por se comportarem como os demais vocábulos e gerarem outros, como em PT, petista. Além disso, não há um conhecimento comum dos vocábulos que originaram essas siglas, fazendo com que elas tenham status de palavra. Basílio (2007) nomeia esse processo como acronímia; já Monteiro (2002), intitula-o de acrossemia e kedhi (2007) o concebe como sigla.

Kedhi (2007) e Basílio (2007) ainda apresentam o processo de derivação imprópria, que se realiza através da conversão de uma palavra a outra classe gramatical. Assim, de acordo com esses autores, temos casos de conversão de adjetivo para substantivo (O **bom** da vida é ser feliz); verbos para substantivos (O **andar** lento marca o compasso), de adjetivo para

advérbio (Fale **alto!**), entre outros. Embora haja vários autores que defendam esse processo como formador de palavras, há alguns posicionamentos que se contrapõem a esta visão, de modo que Rocha (1983), afirma que a derivação imprópria não é um processo formador, uma vez que não se forma uma nova palavra, apenas muda a classe.

Apesar de a derivação e a composição representarem os processos de formação de palavras na língua mais amplos e utilizados, há outras formas de criar palavras que também merecem um espaço para sua análise. Os estudos linguísticos apontam ainda para a reduplicação, o hibridismo, a onomatopeia. Quanto à reduplicação, conforme ressalta Kedhi (2007, p. 50), este processo “[...] consiste na repetição da sílaba radical de um vocábulo”. Dessa forma, temos Zezé, mamá, papá.

O hibridismo consiste em vocábulos compostos ou derivados que vêm de línguas diferentes (KEDHI, op. cit.), a exemplo de automóvel e sociologia. Ambas as palavras advêm do grego e latim. Rocha (1983) não considera o hibridismo como um processo produtivo por pautar seus estudos em uma abordagem sincrônica, a qual observa a língua nos dias atuais. Assim, esse termo estabelece apenas elementos de uma palavra que teve origens diferentes. Quanto ao processo de reduplicação, o autor acredita que esse termo faz referência às onomatopeias, à medida que este recurso utiliza-se da reduplicação dos seus termos.

Com relação à onomatopeia, Kedhi (2007) afirma o fenômeno de criar palavras com o objetivo de imitar sons, ruídos, vozes de animais ou coisas recebem essa nomenclatura. Rocha (1983, p. 52) acredita que “a partir de um dado extralinguístico pode-se formar um vocábulo.” Portanto, esse processo permite a criação de uma infinidade de vocábulos, na tentativa de nomear tais fenômenos, credenciando-se, assim, como um processo altamente produtivo para nossa língua.

A partir da formação de palavras pelos os mais variados processos, surge novas palavras, aos quais denominamos de neologismos. De acordo com Correia e Almeida (2012, p. 17) podemos compreender os neologismos de duas maneiras distintas:

- A neologia traduz a capacidade natural de renovação do léxico de uma língua e incorporação de unidades novas, neologismos.

- A neologia é entendida, ainda, como o estudo (observação, registro, descrição e análise) dos neologismos que vão surgindo na língua. (CORREIA; ALMEIDA, 2012, p. 17)

Conforme estas autoras a neologia pode ser denominativa e estilística. A denominativa ocorre quando há a necessidade de nomear novas realidades, as quais ainda não existiam em um dado momento; a estilística resulta da necessidade de obtenção de uma maior expressividade em um discurso, servindo para exprimir algo de novo e de forma diferenciada.

Outro fator relevante quanto a esse processo é que os neologismos tanto podem apresentar uma novidade formal – quando a forma é nova e não atestada anteriormente na língua; e a novidade semântica – quando o neologismo representa uma nova associação de significado a uma palavra já existente. Correia e Almeida (op. cit.) ressaltam que para criar novos vocábulos as línguas dispõem de três mecanismos que são: a construção que recorre às regras da língua, a atribuição de novos significados a palavras existentes e à importação de palavras de outras línguas. Além destas, há também a criação ex nihilo. A ex nihilo, corresponde às criações de novas formas lexicais a partir do nada, sem que haja qualquer motivação.

Uma novidade trazida nas considerações dessas autoras até então não discutida nesse estudo é a lexicalização de sintagmas. Assim, Correia e Almeida (2102) afirmam que “[...] dá-se o nome de composto sintagmático àquele que resulta da lexicalização de determinados sintagmas a língua (exemplos: casa de saúde, boletim de ocorrência, ou banana-nanica)” (p. 60). Conforme podemos observar esse processo ocorre por meio da junção de duas ou mais palavras, de forma que também pode ocorrer a junção de unidades discursivas (frases ou partes de frases).

A ARTE DE TECER: ANÁLISE DOS RESULTADOS

*Olé, mulher rendeira,
olé, mulher renda.
Me ensina a fazer renda,
que eu te ensino a namorar.*

Conforme pontuado anteriormente, a Renascença é um tipo de renda de agulha que segue o mesmo princípio formal das rendas de sua classe, destacando-se, no entanto, devido ao complexo processo para sua confecção (NÓBREGA, 2005). Desta forma, é no momento do tecimento, da confecção do ponto em si, que a arte destas mulheres se concretiza, ganhando a grandiosidade que possui. Segundo ressalta esse autor, não há um limite especificado para a produção dos pontos, pois, a criatividade destas rendeiras é capaz de produzir inúmeras combinações, fazendo isto, com que cada trabalho seja único, assim como cada artesã que o produz.

É nesse momento privilegiado de cognição da realidade, que podemos observar como se estabelece a construção do léxico nesta comunidade, uma vez que se encontra diretamente relacionada ao cotidiano dessas mulheres, representando, assim, a forma como interagem com o mundo a sua volta partindo de suas necessidades específicas, conforme sugere Biderman (2001). Assim, a denominação dos nomes², tem ligação direta com seu dia a dia e a região a que pertencem às rendeiras, podendo, desse modo, estar relacionados a:

- nome de comidas típicas de sua região, que é o cariri ocidental - arroz, xerém, cocada;
- elementos da natureza - abacaxi, flor, sol, lua;
- fauna regional - caramujo, traça, aranha, mosca;
- santos - São Paulo;
- objetos do cotidiano laço - balaio, malha, sianinha, torre, vassoura, xadrez;
- elementos abstratos relacionados ao relacionamento amoroso dessas rendeiras - amor seguro, dois amarrados entre outros.

Historicamente, o ofício da renda renascença surge mediante necessidades específicas, como pode ser constatado no item anterior, a nomeação dos pontos realizada pelas rendeiras relaciona-se diretamente

² Os nomes de pontos utilizados nesta pesquisa foram coletados na obra de Nóbrega (2005). No entanto, devido às particularidades de cada região onde se desenvolveu a Renascença, foram realizadas entrevistas com as rendeiras da cidade de Monteiro- PB, para que soubéssemos quais nomes eram mais recorrentes nesta cidade, ocorrendo até mesmo diferença na nomeação a depender da região.

com seu contexto sociocognitivo, não podendo, pois, ser pensado, assim como afirma Marcuschi (2001) à margem desse contexto.

Outra forma passível de observação é o processo de composição utilizado na formação desses nomes. Conforme sugerem os estudos de Basílio (2007), criamos novas palavras por necessidades comunicativas e cognitivas específicas. No caso das rendeiras de renascença, para realizar a nomeação dos pontos elas atribuem-se de um léxico que está presente no seu cotidiano, conforme pôde ser visto acima.

Tomando por base as contribuições de Correia e Almeida (2012), podemos considerar que a nomenclatura utilizada pelas rendeiras apresenta uma novidade neológica, não pelo fato de serem palavras desconhecidas pela comunidade linguística a que pertencem, mas sim, pelo fenômeno linguístico que Correia e Almeida (2012) convêm intitular de novidade semântica, de modo que os nomes utilizados frequentemente são conhecidos por seu significado e significante convencionais, exemplo (flor – espécie de planta, pipoca- comida de milho, sol – elemento da natureza) e não como representação de um ponto, dessa forma tem um sentido novo, o qual é estranho àqueles que desconhecem a arte da renascença.

Em relação aos processos formadores das palavras estudadas nesse trabalho, conforme estabelecido, anteriormente, foram analisados 30 pontos de renda, dos quais podemos observar a seguinte organização:

Há a incidência de 3 (três) formações por composição, dentre as quais estão *São Paulo*, *Amor seguro* e *Dois amarrados*. Nesses termos, podemos observar a junção de dois elementos para compor uma palavra. Também há 3 (três) por derivação sufixal *Amarrados* (*amarrar + ados*), *Laçada* (*laço + ada*) e *Passagem* (*passar + agem*),³ situação que se caracteriza pela adição de um sufixo à base.

Outra ocorrência é a derivação regressiva deverbal, a qual advém a partir de uma forma verbal no infinitivo e dela subtrai-se a vogal temática e

³ Para fins desta pesquisa, nossas colocações se limitarão apenas aos aspectos de formação das palavras. Vale salientar que, há outras pesquisas em desenvolvimento envolvendo, inclusive, aspectos semânticos relacionados à essa construção.

a desinência de infinitivo. Assim, temos como exemplos nos pontos das rendeiras *Crivo* (*crivar*⁴) e *Laço* (*laçar*).

Dentre os processos de construção de palavras, ainda podemos observar a existência de pontos que tinham como princípio formador a lexicalização de sintagmas, o qual, de acordo com Correia e Almeida (2012), resulta da lexicalização de determinados sintagmas, ocorrendo, portanto, da junção de duas ou mais palavras, de forma que também pode ocorrer a junção de unidades discursivas (frases ou partes de frases). Assim, temos um total de 7 (sete) pontos que se enquadram na lexicalização de sintagmas, a saber: *Richilieu caseado com malha, cocada de três, laço com malha, laço amarrado com malha, laço amarrado com caramujo, abacaxi de dois amarrados e corrente de dois amarrados*. De acordo com esses autores, apesar dessas criações serem regidas por regras de sintaxe, sua construção é determinada por necessidades denominativas independentes da língua, ou seja, a criação dessas palavras parte de uma necessidade comunicativa específica, que foi a nomeação de ponto que abrangia determinadas características que demandavam a junção sintagmas em prol de um fim específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores consultados nesse estudo trazem várias contribuições acerca dos processos formadores e suas possíveis motivações. Cada um baseia-se em um determinado fundamento científico para sustentar sua argumentação em torno do que seria ou não um princípio formador. No

⁴ Crivar de acordo com o Aurélio significa: verbo transitivo

1. Passar por crivo. = JOEIRAR, PENEIRAR

2. Selecionar consoante os diferentes tamanhos. = CALIBRAR

3. Lançar de chofre e em grande quantidade.

verbo transitivo e pronominal

4. Furar(-se) em muitos pontos.

5. Encher(-se) de algo. "crivar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://dicionario.priberam.pt/crivar> [consultado em 02-11-2015].

entanto, há quase um consenso quanto à necessidade sociocognitiva de criação de novas palavras ou da reformulação de seu sentido.

Pudemos constatar, por meio desse estudo, a incidência de fenômenos formativos de palavras analisados à luz de várias correntes teóricas, dentre os quais podemos destacar a composição, a derivação sufixal, a derivação regressiva deverbal e a lexicalização sintagmática.

Ainda evidenciamos o fenômeno linguístico que Correia e Almeida (2012) convêm intitular de novidade semântica, uma vez que os nomes utilizados na nomeação dos pontos são conhecidos por seu significado e significante convencionais, conforme pôde ser observado na análise dos dados e não como representação de um ponto, configurando-se, assim, a acepção de um sentido novo, o qual é estranho àqueles que desconhecem a arte da renascença.

Dessa forma, a relevância deste estudo está fundamentada na observação de fenômenos cotidianos, nas manifestações linguísticas realizadas pelas integrantes dessa organização. No caso específico do nosso objeto de estudo, as Rendeiras de Renascença de Monteiro (ASSOAM), pudemos observar que a construção do léxico para essas mulheres está diretamente relacionada ao cotidiano delas, o que corrobora para a caracterização da necessidade sociocognitiva de construção das palavras, conforme sugere Biderman (2001) em seus estudos. A denominação dos nomes tem ligação direta com seu dia a dia e a região a que pertencem as rendeiras, sendo, pois, elementos comuns como flor, pipoca, aranha etc.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical* // Margarida Basílio. -8.ed-São Paulo: Ártica, 2007-104p.-(Principois;88).

BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Estudar vocabulário: como e pra quê?* Campina Grande: Bagagem, 2004.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *As ciências do léxico. O léxico* In: As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2 ed. Campo Grande, Ms: Ed. UFMS, 2001.

CORREIA, Margarita, 1960-e *outra Neologia*, em Português/Margarita Correia, Galdis, Maria de Barcellos Almeida. (São Paulo:Prábola Editorial, 2012.) 112p.23cm. (Estratégia de ensino:33).

Design e artesanato: um referencial Cultural na indústria do Consumo. ACTAS DE DISEÑO.v.1.p.01.15.2007.

KEHDI, Valter. *Formação de palavras*/Valter kendi -4 ed.- São Paulo Ártica, 2007 69p.-(Princípios; 215).

MARCUSCHI, Luis Antônio. *O Léxico: lista, rede ou cognição social?* IN: NEGRI, L., FOLTRAN, M^a J. E OLIVEIRA, R. P. de Sentido e significação: em torno da obra de LLARI, Rodolfo. São Paulo: Contexto, 2004, p. 263-284.

MONTEIRO, Jose Lemos, 1944-*Morfologia Portuguesa*. 4 edição revista e ampliada-Campinas: Fontes,2002.

NÓBREGA, Christus. *Renda Renascença* - uma memória de ofício paraibana. Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2005.

PARA'IWA - *Coletivo de Assessoria e Documentação* - paraiwa@gmail.com – Disponível em: <<http://www.paraiwa.org.br/rendas/index.htm>> Acesso em: 03 de novembro de 2007.

ROCHA, Luís Carlos de Assis. *O léxico*. In: Estruturas morfológicas do português. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.

_____. *Criação Lexical processos de produção no Português Contemporâneo*. In: Revista de Estudos da língua Portuguesa. Ano II, Vol. I Belo Horizonte; UFMG, 1983.

RENASCIMENTO. *História da Arte*. Disponível em: <<http://www.historiadaarte.com.br/renascimento.html>> Acesso em: 12 de setembro de 2007.

VEIT, Mara Regina. *Histórias de sucessos: experiências empreendedoras*. SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2003.

**A DIVERSIDADE DOS SINAIS-TERMOS DA
ELETRICIDADE: *UMA ANÁLISE*
*SOCIOTERMINOLÓGICA***

Brandon Jhonata Cardoso Santana

Georgiana Márcia Oliveira Santos

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre variação terminológica na língua brasileira de sinais, doravante Libras, tem foco, mais especificamente, na variação denominativa existente no discurso especializado da eletricidade em Libras, em São Luís-Maranhão. Consequentemente, está alicerçada na noção de que a variação não é um evento aleatório, mas, um fenômeno comum a todas as línguas naturais gerado por fatores internos e externos, e que a linguagem especializada é parte constitutiva do sistema linguístico geral, sendo as unidades terminológicas, portanto, signos linguísticos usados em contextos especializados também suscetíveis à variação.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo principal apresentar uma análise socioterminológica de alguns sinais-termos do léxico especializado da eletricidade usado no IFMA/Monte Castelo, em São Luís-Maranhão, a fim de evidenciar a variação denominativa em Libras e corroborar com as contribuições que Socioterminologia tem dado aos estudos terminológicos, evidenciando que a linguagem especializada também está suscetível às influências e interferências que geram a variação, sobretudo, denominativa no contexto especializado de uso da Libras.

Do ponto de vista organizacional, neste trabalho, apresentam-se, inicialmente, alguns esclarecimentos sobre a face social da terminologia e os aspectos referentes à Socioterminologia, ressaltando as contribuições desse ramo da Terminologia para a comunicação especializada ao conceber a variação terminológica. Em seguida, enfatiza-se o sinal-termo, unidade

terminológica da Libras, ressaltando-o, sob a óptica da linguística, como autêntico signo linguístico. Posteriormente, são esclarecidos os procedimentos metodológicos adotados e apresentado o resultado da análise socioterminológica dos dados.

Espera-se que este trabalho favoreça o avanço dos estudos (socio)terminológicos relacionados à Libras, contribua para a educação inclusiva e bilíngue (Português/Libras) de pessoas surdas, colabore para a atuação de profissionais usuários de Libras (surdos, intérpretes, ouvintes sinalizantes) que trabalham no campo da eletricidade, e para a representatividade e valorização da variedade terminológica maranhense.

A RELAÇÃO ENTRE TERMINOLOGIA E CONTEXTO SOCIAL: A SOCIOTERMINOLOGIA

Os estudos terminológicos realizados a partir da Teoria Comunicativa da Terminologia - TCT consideram que a comunicação especializada é uma forma natural de interação, ou seja, concebem a terminologia em seus aspectos comunicativos e pragmáticos (KRIEGER; FINATTO, 2020, p. 34). Nessa perspectiva, tem-se em conta que a heterogeneidade sociocultural, econômica, geográfica e histórica influencia e condiciona as produções linguísticas/terminológicas dos sujeitos. Assim, os aspectos sociais e contextuais também condicionam as terminologias.

Pelo exposto, depreende-se que a linguagem de especialidade é parte do sistema linguístico, isto é, não se tratam de duas línguas, mas, de uma única língua que ora é utilizada em contexto científico/especializado, ora em um contexto geral ou comum. Desse modo, “as unidades terminológicas formam parte da linguagem natural e da gramática das línguas.” (KRIEGER; FINATTO, 2020, p. 35), isto é, por mais que cada área de domínio “produza textos com suas particularidades sintáticas, pragmáticas, semióticas, além de terminológica, essas especificidades não deixam de ser recursos linguísticos utilizados pela língua geral” (BARROS, 2004, p. 43).

Nessa perspectiva, a Socioterminologia, ramo da Terminologia dedicado a estudar a relação entre terminologia e contexto social (FAULSTICH, 2006, p. 27), compreende que a diversidade social e as

múltiplas realidades dos sujeitos condicionam os discursos especializados e são fatores que geram a variação terminológica, seja no plano da forma (denominação) ou do conteúdo (conceptualização). Os estudos socioterminológicos levam em consideração a circulação dos termos nos mais diversos espaços sociais (GAUDIN, 2005, p. 81), entendendo que se tratam de signos linguísticos e não de rótulos conceituais.

A variação terminológica, como já mencionado, pode ocorrer no plano da denominação ou da conceptualização em função de fatores sociais. Quando do plano da forma, o léxico especializado pode apresentar duas ou mais possibilidades denominativas para o mesmo referente, como ocorre, por exemplo, no âmbito da eletricidade, com os termos “tensão” e “voltagem”, que são possibilidades denominativas usadas para se referir a um único conceito. Por outro lado, quando da variação no plano da conceptualização, uma mesma denominação pode apresentar mais de um conceito: o termo “circuito”, por exemplo, possui uma conceptualização para os profissionais da eletricidade, diferente da conceptualização que tem para os profissionais do atletismo. Esse exemplo revela também a possibilidade de compartilhamento de terminologias em áreas de domínio diferentes, ratificando a pertinência dos estudos socioterminológicos sobre a circulação dos termos nos espaços sociais.

As pesquisas socioterminológicas têm se mostrado fundamental para as comunidades científicas e profissionais, pois retratam a diversidade existente no léxico especializado e, por conseguinte, valorizam as particularidades linguísticas, demonstrando que não há superioridade ou inferioridade entre as terminologias, há, apenas, variação, ou seja, maneiras plurais de expressão e de concepção.

O SINAL-TERMO: UNIDADE TERMINOLÓGICA EM LIBRAS

Com base no já dito, anteriormente, o termo “é essencialmente um signo linguístico formado por uma denominação (significante) e um conceito (significado)” (PONTES, 1997, p. 47), conforme esquema abaixo:

$\text{Termo} = \frac{\text{Denominação}}{\text{conceito}} \rightarrow \frac{\text{Neutro}}{\text{"Parte de um circuito que possui carga elétrica igual a zero"} \text{ (SENAI, 2015, p. 76)}}$

Fonte: Os autores (2021), adaptado de Pontes (1997)

Em consonância com a afirmação desse autor, Cabré (1995, p. 18) define os termos como

o conjunto de signos linguísticos que constituem um subconjunto dentro do componente lexical da gramática do falante. A posição da linguística é clara: os termos não se distinguem das palavras do componente lexical, são unidades do léxico da gramática que fazem parte da competência do interlocutor ideal. Essa competência pode ser geral (comum a todos os falantes) e especializada (restrita a grupos de falantes). A terminologia específica (e não a trivializada nem a fundamental do tronco comum dos sujeitos técnico-científicos) faria parte da competência especializada. Os termos são para a linguística uma maneira de saber. (Tradução dos autores)

De acordo com essa autora, os termos são, na verdade, subconjuntos do componente léxico. Desse modo, Cabré (1995) afirma que do ponto de vista linguístico o termo é, antes de tudo, um signo linguístico e não se diferencia da palavra – unidade lexical da língua geral. Para ela, o aspecto fundamental que define o termo é o contexto no qual o falante está inserido; isso significa que o termo é uma unidade lexical especializada, um signo linguístico usado em contexto especializado.

No âmbito da Libras, os signos linguísticos usados em contexto geral de comunicação são denominados sinais e, em contexto especializado, sinais-termos.

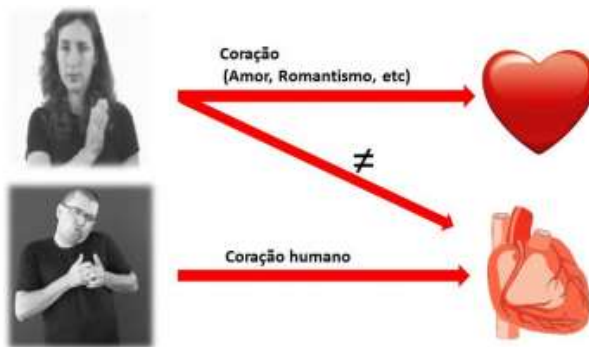
Destarte, o sinal é um “sistema de relações que constitui de modo organizado as línguas de sinais” (FAULSTICH, 2012 *apud* TUXI, 2017, p. 51); e, por sua vez, a expressão sinal-termo é, ainda segundo Faulstich (2012), um termo da Libras

que representa conceitos com características de linguagem especializada, próprias de classe de objetos, de relações ou de entidades. 2. Termo criado para, na Língua de Sinais Brasileira, denotar conceitos contidos nas palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento e do saber. 3. Termo adaptado do português para representar conceitos por meio de palavras simples, compostas, símbolos ou

fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento da Língua de Sinais Brasileira.

Para melhor diferenciação entre sinal e sinal-termo, a Figura 1, abaixo, evidencia o item lexical *coração* usado em distintos contextos. Essa Figura foi retirada da dissertação de Costa (2012), intitulada *Proposta de modelo de enciclopédia bilingue juvenil: Enciclolibras*, na qual, segundo Prometi et al. (2015, p. 1), se deu a primeira aparição da expressão sinal-termo.

Figura 1: Sinal e Sinal-termo de *coração*



Fonte: Costa (2012, p. 32)

Assim, convém ressaltar que, assim como em línguas orais, as línguas de sinais são constituídas de signos linguísticos que podem assumir a função de sinal ou sinal-termo, a depender do contexto de interação. Além disso, é pertinente evidenciar que o sinal poder ser um sinal-termo e vice-versa, como é o exemplo do sinal(termo) *eletricidade* que é usado em linguagem geral e em linguagem especializada.

Face ao exposto, ressalta-se a pertinência dos estudos terminológicos para a comunidade surda brasileira, pois esses estudos dão importantes contribuições para a comunicação dos sujeitos usuários de Libras e, ainda mais, para o seu empoderamento e construção de uma identidade profissional.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

O *locus* da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, *campus* São Luís/Monte Castelo, onde foram selecionados sujeitos surdos dos cursos técnicos relacionados à eletricidade: Eletromecânica, Eletrotécnica, Eletrônica e Engenharia Elétrica.

A pesquisa foi desenvolvida via *Google Meet*, em reuniões individuais e com o auxílio de alguns instrumentos como termo de participação livre e esclarecido, slides em *power point* com reálias para a coleta dos dados e ficha dos informantes para a coleta organizada dos dados dos participantes pertinentes ao estudo.

Para este trabalho, foram considerados os dados fornecidos por quatro sujeitos surdos usuários de Libras, divididos, igualmente, por sexo, os quais serão identificados como M1ENG, M2EL, H1ELT, H2EL. A saber: *M1ENG* é técnica em Eletrônica e graduanda do 9º período de Engenharia Elétrica, mulher, possui surdez profunda e utiliza implante coclear; *M2EL* é estudante do curso técnico em Eletrônica, mulher, e possui surdez profunda bilateral; *H1ELT* é técnico em Eletrotécnica e graduando do 5º período de Licenciatura em Física, homem, e possui surdez severa do lado direito e profunda do lado esquerdo; e *H2EL* é estudante do curso técnico em Eletrônica, homem, e possui surdez severa no ouvido direito e profunda no ouvido esquerdo.

Na análise dos dados aparece uma descrição dos sinais-termos com base nos parâmetros constituintes das unidades em Libras: configuração de mão (CM), ponto de articulação (PA), movimento (M), orientação (OR), expressões não-manuais (ENM). Como esclarecimentos pontuais, a CM é a forma que a mão assume na execução do sinal/sinal-termo; o PA é local, no corpo ou no espaço, onde é executado o sinal/sinal-termo; o M é autoexplicativo, alguns sinais/sinais-termos possuem movimento, outros não; a OR refere-se à orientação da palma, indicando se a mesma está para cima, para baixo ou para os lados; e, por último, as ENM são as manifestações de expressões faciais e/ou corporais.

Para a análise que se apresenta, foram selecionados quatro itens – Fase, Rede Monofásica, Bobina e Tensão – que esboçam bem a diversidade dos sinais-termos no discurso especializado no domínio da eletricidade.

A VARIAÇÃO DENOMINATIVA NO ÂMBITO DA ELETRICIDADE EM LIBRAS

Ancorado nos pressupostos da Socioterminologia, considerando o termo/sinal-termo como um signo linguístico, este estudo, a partir daqui, expõe um recorte de dados coletados sobre o léxico especializado da eletricidade em Libras, em São Luís – Maranhão.

Esta análise está dividida em dois momentos: um primeiro de apresentação da variação denominativa, mostrando os sinais-termos e os descrevendo e, em seguida, é feita uma análise dos resultados considerando os fatores sociais que geraram a variação em foco.

A diversidade denominativa

Os dados esboçam a diversidade dos sinais-termos no discurso especializado no domínio da eletricidade. Para os quatro itens selecionados – fase, rede monofásica, bobina e tensão –, foram encontrados nove sinais-termos.

O primeiro item, *Fase*, aparece com duas possibilidades de denominação. Uma, vista na Imagem 1, com a forma-base em Y (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 95), mostrando uma relação com o sinal-termo *eletricidade*, e a outra com a CM em F, relacionando à escrita da denominação em língua portuguesa. Este foi um sinal-termo fornecido por H1ELT.

O segundo sinal-termo (Imagem 2), fornecido por M1ENG, possui uma forma sem movimento e com uma CM em O em frente à CM em F. Para este item, encontrou-se apenas a relação com a língua portuguesa.

Imagem 1: Fase 1



Fonte: Os autores (2021).

Imagem 2: Fase 2



Fonte: Os autores (2021).

O próximo sinal-termo refere-se à *Rede monofásica* e, também, aparece com duas possibilidades. A primeira, Imagem 3, fornecida por H1ELT, mostra um sinal-termo relacionado à constituição real de uma rede monofásica, isto é, uma rede monofásica é formada por dois cabos, uma fase e um neutro, e isso aparece representado no referido sinal-termo, cuja forma sugere as letras F e N dos termos em português. A Imagem 4, fornecida por MIENG, mostra uma forma também relacionada à língua portuguesa, sugerida pela CM em M, e não se encontrou uma relação direta com a definição ou forma física do referente.

Imagem 3: Rede monofásica 1



Fonte: Os autores (2021).

Imagem 4: Rede monofásica 2



Fonte: Os autores (2021).

Para *Bobina* também foram encontrados dois sinais-termos, um (Imagem 5) fornecido por H1ELT e o outro (Imagem 6) fornecido por M1ENG. A primeira denominação, constitutiva da Imagem 5, parte da forma-base em Y, sugerindo uma relação com o item *eletricidade*, e uma CM em B, relacionando a denominação à escrita em língua portuguesa. O segundo sinal-termo (Imagem 6), não possui nenhuma relação com a língua portuguesa, pelo contrário, sua forma demonstra uma relação direta com o objeto real (bobina), cuja composição usa aspirais.

Imagem 5: Bobina 1



Fonte: Os autores (2021).

Imagem 6: Bobina 2



Fonte: Os autores (2021).

Por último, o item mais produtivo, no que se refere à variação denominativa, foi *Tensão*, com três possibilidades denominativas, fornecidas por H2EL (Imagem 7), M1ENG (Imagem 8) e M2EL (Imagem 9). Os sinais-termos das Imagens 7 e 9 são muito similares, possuem relação com a escrita do português e se diferenciam apenas na forma-base. Diferentemente, o sinal-termo da Imagem 8, por sua CM em V, mostra uma relação com a unidade de medida, o Volt. Essa afirmação se dá com base no comentário da informante quando disse que este sinal-termo “é o mesmo sinal de Volt” (M1ENG).

Imagem 7: Tensão 1



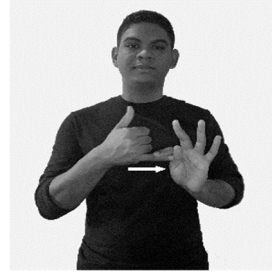
Fonte: Os autores (2021).

Imagem 8: Tensão 2



Fonte: Os autores (2021).

Imagem 9: Tensão 3



Fonte: Os autores (2021).

O que mostram os dados

Haja vista que o fenômeno de variação é algo intrínseco a toda e qualquer língua natural e que a linguagem especializada é compreendida como parte do sistema linguístico, sendo a comunicação especializada, portanto, uma forma natural de interação, entende-se a variação terminológica “como um tipo de variação linguística igualmente condicionada por fatores intra e extra-sistêmico” (FINATTO, 2001, p. 150).

Face ao exposto, os dados corroboram a noção de variação em contexto real de comunicação especializada e vão de encontro ao ideal tradicional de univocidade e padronização. Nota-se que, de fato, existem fatores que condicionam as produções linguísticas/terminológicas, especialmente, neste trabalho, dos profissionais da eletricidade e usuários de Libras.

Os dados evidenciam que, mesmo que esses sujeitos compartilhem o mesmo ambiente, o IFMA/Monte Castelo, as experiências de cada um dos sujeitos interfere em sua produção. Nota-se que fatores como o grau de especialidade, a condição sensorial e nível de letramento em língua portuguesa, são os principais fatores que condicionaram a variação denominativa.

Assim, foi perceptível que os sujeitos M1ENG e H1ELT apresentaram mais resultados e conheciam mais possibilidades, pois possuem um grau de especialidade maior que os demais. M1ENG é técnica

em Eletrônica e graduanda, em fase final, de Engenharia Elétrica, e o H1ELT é técnico em Eletrotécnica e graduando de Licenciatura em Física – área que lida, entre outras coisas, com a eletricidade. A engenheira em formação forneceu todos os sinais-termos pesquisados e o acadêmico em física informou três dos quatro. Isso mostra que esses sujeitos, por estarem em nível superior e por já terem formação técnica na área, tendem a criar e utilizar sinais-termos com mais relação com os conceitos ou com os objetos físicos.

Outro fator que merece destaque é a condição sensorial dos participantes da pesquisa, isto é, o nível de surdez dessas pessoas também interfere nas produções terminológicas. Nesse sentido, constatou-se que os sujeitos que apresentaram um nível menor de surdez tenderam a usar a língua portuguesa em sua modalidade oral, conseqüentemente, isso contribui para que os sinais-termos tomem formas relacionadas ao português, haja vista o constante contato entre as duas línguas.

Paralelamente a esse fator, o letramento em língua portuguesa também é um condicionante do processo neológico e da variação e diversidade de sinais-termos. Esclarecendo, quanto menor o nível de surdez e maior o nível de letramento em português, maior a possibilidade de criação de sinais-termos relacionados à escrita em língua portuguesa.

Face ao exposto, entende-se que os sinais-termos representados nas Imagens 2, 4 e 8, fornecidos por M1ENG, por exemplo, utilizam CMs que se relacionam com a forma escrita em português, pelo fato de que a informante, em função do implante coclear, é oralizada (utiliza o português oral/falado), tem um menor nível de surdez, e faz uso constante da língua portuguesa.

Vale ressaltar, também, que o fator sexo não se mostrou um condicionador decisivo no tocante à variação denominativa da eletricidade em Libras, pois verificou-se que tanto homens como mulheres apresentaram, praticamente, as mesmas unidades denominativas. Entretanto, as mulheres se mostraram mais conhecedoras das terminologias e forneceram resultados para todos os itens. Isso pode sugerir que elas são mais preocupadas em dominar e utilizar as terminologias, pois isso passaria uma maior credibilidade e fortaleceria sua identidade profissional.

Por fim, nota-se que muitos são os condicionadores da variação terminológica, em especial, da denominativa. A linguagem especializada do âmbito da eletricidade, em Libras, mostra algumas particularidades no que se refere aos fatores condicionantes da variação, como é o caso do nível de surdez e a relação com a língua portuguesa.

Nesta análise, tornou-se evidente também que, por serem línguas em contato e pelo fato dos surdos serem, necessariamente, sujeitos bilíngues (Libras/Português), muitos sinais-termos sofrem a influência da escrita, o que suscita uma noção de que o processo neológico dos sinais-termos parte, sobretudo, da escrita em português e não, necessariamente, da relação com o referente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho reforçam a perspectiva teórica de que a variação é um fenômeno inerente a todas as línguas naturais e de que a Libras é, sim, uma língua natural. Além disso, salientaram que a comunicação especializada é uma forma natural de interação e que o léxico utilizado nesses contextos são parte do sistema linguístico e que, portanto, a variação terminológica, seja no campo conceptual ou no denominativo, é naturalmente possível.

Os estudos socioterminológicos consideram os aspectos sociais das terminologias e contribuem para a valorização e respeito à diversidade terminológica oriunda da heterogeneidade dos falantes em suas diversidades de identidades, valores e crenças. Esse ramo da Terminologia tem garantido o acesso ao âmbito especializado sem descartar a carga de conhecimento e construção identitária dos sujeitos, pois considera as possibilidades sem a pretensão de prescrever uma forma padrão, única e engessada.

Esta pesquisa demonstrou que mesmo para sujeitos de uma mesma comunidade discursiva, isto é, da mesma área profissional que compartilham os mesmos objetivos, as terminologias variam em função de seu condicionamento a uma série de fatores que [re]configuram as formas dos sinais-termos. As experiências, o nível de surdez, a relação com a língua portuguesa, a forma de perceber e representar o mundo, o grau de

especialidade e todas as especificidades dos indivíduos são impressas nas produções linguísticas/ terminológicas em forma de variação.

Foi possível notar, também, que o léxico especializado no âmbito da eletricidade, em Libras, é muito diversificado e ainda há um vasto universo terminológico a ser investigado, analisado e catalogado.

Espera-se que este trabalho contribua para os estudos terminológicos e socioterminológicos desenvolvidos em Libras, que colabore com a comunicação especializada utilizada na área da eletricidade por parte dos sujeitos surdos profissionais e aspirantes, e para os profissionais tradutores e intérpretes de Libras, e, ainda, almeja-se, com este trabalho, fomentar futuras pesquisas terminológicas e socioterminológicas que venham a ampliar essas discussões tão pertinentes para o reconhecimento e respeito à diversidade linguística/terminológica em Libras.

REFERÊNCIAS

BARROS, L. A. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

CABRÉ, M. T. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. In: *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y outros artículos*. 1995. Versão Kindle.

COSTA, M. R. *Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: enciclolibras*. 2017. Dissertação (Mestrado em linguística) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2012.

FAULSTICH, E. A Socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*. São Paulo; v. 58, n. 2, p. 27-31, 2006.

FINATTO, M. J. B. Unidade e variação na língua portuguesa: a variação em terminologia. In: Krieger, M. G; Marciel, A. M. B. (orgs). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade (UFRGS) Humanistas (USP), 2001.

GAUDIN, F. La socioterminologíè. In: *Langages*, n. 157, p. 80- 92, 2005.

KRIEGER, M. G; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria & prática*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2020.

PONTES, A. L. Terminologia científica: o que é e como se faz. *Rev. de Letras*, v. 19, n.1/2, 1997.

PROMETI, D.; COSTA, M. R.; TUXI, P. *Sinal-termo, língua de sinais e glossário bilíngue: atuação da universidade de Brasília nas pesquisas terminológicas*. In: Anais do I Congresso Nacional de LIBRAS da Universidade Federal de Uberlândia- Uberlândia, 2015.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TUXI, P. S. *A terminologia na língua de sinais brasileira: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue*. 2017. 232 f. Tese (doutorado em linguística) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2017.

A LEMATIZAÇÃO DO LÉXICO DE ESPECIALIDADE: ANÁLISE DO DICIONÁRIO DA LÍNGUA DE SINAIS DO BRASIL, A LIBRAS EM SUAS MÃOS

Leandro Andrade Fernandes

Lucas Eduardo Marques-Santos

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, os estudos linguísticos revelaram que o poder da palavra é algo indiscutível, logo, nomear a realidade se tornou um processo comum às comunidades humanas em seus inúmeros contextos socioculturais. De acordo com Biderman (2001, p. 13) “A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras”. Isto posto, entende-se que a palavra possibilita a representação linguística de diversas categorias cognitivas construídas a partir de nossas experiências. Por conseguinte, o conjunto destas categorias incorporadas por nossas experiências e expressas a partir das palavras geram o léxico, pois conforme aponta Antunes (2012, p. 27), “o léxico de uma língua em uma definição mais geral, pode ser visto como o amplo repertório de palavras de uma língua, ou o conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação”.

A Língua Brasileira de Sinais – Libras, do mesmo jeito que as demais línguas de sinais e outros sistemas linguísticos orais, possui especificação quanto à elaboração de seu léxico, ou seja, a Libras é constituída por signos linguísticos que propiciam as relações humanas e estes são elaborados respeitando aspectos próprios ao sistema. Destarte, os signos das línguas de sinais são viso-espaciais, isto significa que, ao invés da utilização do aparelho fonador para gerar sons, com significados e a audição para ouvir e compreender a mensagem, na Libras, há a utilização do corpo, tendo como

maior forma de expressividade as mãos, para emitir uma mensagem e o aparelho visual para captar e compreender o que está sendo comunicado.

O léxico da Libras, assim como o das línguas orais, manifesta-se por meio de signos linguísticos, sejam eles de natureza geral ou especializado. Portanto, o léxico geral é definido por Pavel e Nolet (2002, p. 124), como o “sistema de comunicação oral e escrita de uso cotidiano e geral em uma comunidade linguística”, ou seja, aquele compartilhado e utilizado por toda a sociedade, sendo pesquisados, coletados e descritos a partir da Lexicografia. Já o léxico de especialidade, como mencionado anteriormente, está relacionado aos estudos da Terminologia, pois conforme alude Cabré (1993, p. 52), “A terminologia é, antes de tudo, um estudo do conceito e dos sistemas conceptuais que descrevem cada matéria especializada [...]”. Logo, a Terminologia ocupa-se dessa parcela do léxico, os que concebem as linguagens especializadas.

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar a lematização de verbetes terminológicos no *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos*, de Capovilla *et al*, (2017). Desse modo, tencionamos salientar questões referentes à seleção da nomenclatura apresentada pelos autores nesta obra, bem como analisar a forma de organização e inserção desses verbetes no referido dicionário. Logo, serão elucidados – a partir da coleta de algumas imagens da obra analisada – possíveis problemas lexicográficos presentes na obra.

PANORAMA HISTÓRICO DOS ESTUDOS TERMINOLÓGICOS DA LIBRAS

O léxico é o principal componente que possibilita a interação e as trocas sociais entre utentes de uma determinada língua. Assim, o entendemos como um sistema aberto, ou seja, o léxico se modifica por diferentes motivos, como a necessidade, o tempo, entre outros, segundo. Historicamente, os surdos nem sempre estiveram presentes no meio acadêmico, diante disso, ao analisar as primeiras obras relacionadas à representação do signo linguístico da Libras, como a de Gama (1875), intitulada *A Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudo*, a de Oates (1969),

Linguagem das mãos, percebe-se que o registro do léxico da Libras, quase que em sua maioria, abarcava unicamente unidades linguísticas gerais da língua.

A partir da publicação da lei 10.436, reconhecendo a Libras como a língua de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileira e do decreto 5.626, que teve como objetivo regulamentar a supracitada lei, a Libras começa a ser notada como uma língua de fato inclusiva e por conseguinte, o surdo passa a ser inserido de forma constante no ensino superior. Como consequência, surgiu a necessidade não apenas da criação de sinais/termos para as diferentes áreas da ciência, como a Biologia, Geografia, Cinema, Linguística, Literatura, Dança, Administração, Direito e várias outras, mas também a validação, o registro e a divulgação dessas unidades.

À vista disso, é possível perceber o crescente interesse de pesquisadores em estudos lexicográficos e terminológicos em Libras, como a tese de Nascimento (2009) intitulada *Representações lexicais da Língua de Sinais Brasileira: uma proposta lexicográfica*. Em relação ao trabalho da supracitada autora, Fernandes (2018) discorre que:

[...] a autora efetua um estudo aprofundado acerca da construção e expansão do léxico na Libras, apresentando uma proposta para a representação iconográfica da Libras, uma para organização onomasiológica e semasiológica, baseada nas CM, uma proposta geral para repertórios impressos e digitais e uma com fins educacionais, estabelecendo, ainda, distinções na organização do léxico para cada uma destas propostas. (FERNANDES, 2019, p. 26)

Retratamos, ainda, o trabalho de Costa (2012), denominado como *Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: Enciclolibras*, o autor expõe um *corpus* relacionado ao corpo humano, propondo a criação de sinais/termos específicos para alguns referentes. Barros (2012) apresenta a dissertação *Políticas linguísticas: a terminologia da Libras como veículo de cultura em concursos públicos*, o trabalho explora sinais/termos da área do Direito Administrativo relacionados a concursos públicos. Ribeiro (2013) desenvolveu a dissertação *Glossário bilíngue da língua portuguesa: criação de sinais termos da música*. Castro-Junior (2014), em sua tese *VarLibras*,

elabora um banco de dados relacionado as áreas da Biologia, Física, História, Matemática, Português e Química.

Concluindo a apresentação de alguns dos trabalhos relacionados à terminologia em Libras, a partir da elaboração de uma ficha lexicográfica e/ou terminológica, Fernandes (2018) defende sua dissertação intitulada *Bases linguísticas e lexicográficas para a construção de um glossário Bilingue em Libras/ELiS-Português e Português x Libras/ELiS*. O supracitado autor apresenta sua proposta de ficha lexicográfica a partir de um *corpus* da área da Linguística. Vale ressaltar que para a representação do léxico da Libras, Fernandes (2018) utiliza o Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais – ELiS, diferenciando, assim, dos demais trabalhos, devido ao modo de representar o léxico da Libras, sendo este unicamente em sua modalidade escrita. Friedrich (2019) defende em sua dissertação a elaboração do *Glossário em Libras: uma Proposta de Terminologia Pedagógica (Português-Libras)* no Curso de Administração da UFPel.

Nota-se que, mesmo que seja crescente o número de pesquisas de teses e dissertações destinadas a criações e análises de glossários e/ou dicionários, muito ainda há de se estudar. Dentre as inúmeras pesquisas, destacamos o aprimoramento das metodologias para a criação de glossários e dicionários, sejam eles gerais, infantis, especializados e outros. Avançando quanto à forma de seleção e lematização do léxico especializado arrolados em dicionários gerais da língua, entre outros.

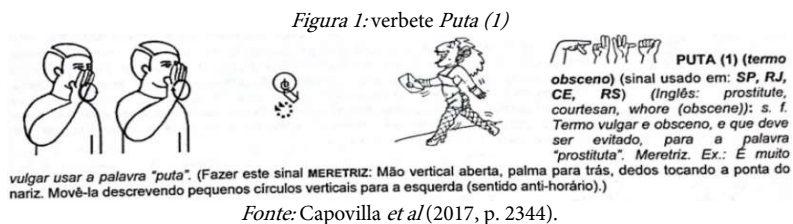
BREVE DISCUSSÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DE DICIONÁRIOS DE LIBRAS

A Lexicografia, segundo Hernández (1989), é a ciência que tem como propósito a elaboração de dicionários, e está dividida em Lexicografia, que tem como finalidade a própria criação de dicionários e a Metalexicografia, que tem como objetivo os estudos relacionados ao dicionário. Neste sentido, o mercado apresenta diversas obras dicionarísticas em língua portuguesa, os monolíngues, os bilíngues, os multilíngues, os dicionários infantis, os minidicionários, os especializados, entre outros. Já em Libras, há três obras que trazem em seus títulos o termo dicionário, o de Brandão (2011), o de

Ferraz (2019) e o dicionário aqui a ser analisado, intitulado *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos*, de Capovilla *et al* (2017), que está em sua quarta edição. São muitas as discussões relacionadas às tipologias dos dicionários, não desejamos, neste momento, nos aprofundar sobre as diferenças e similitudes relacionadas às distintas obras, no entanto, é válido ressaltar questões sobre o dicionário a ser destacado nesta pesquisa.

O *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos* tem como propósito basilar apresentar o léxico viso-espacial da Libras e seu equivalente em língua portuguesa. Conquanto, esta obra pode ser identificada como um dicionário trilingue, pois, apresenta o equivalente não apenas em língua portuguesa, mas também na língua inglesa.

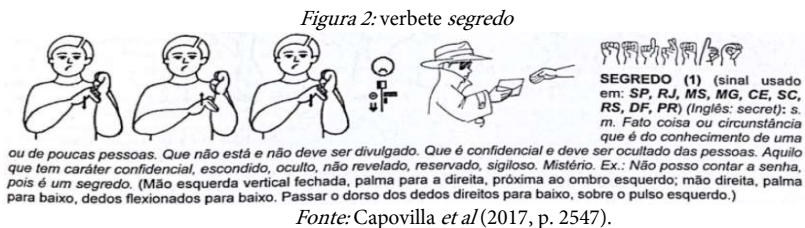
Dito isso, Capovilla *et al* (2017, p. 24) deixa subentendido que o dicionário é destinado ao público infantil, pois como indicam “ao lado da soletração digital do verbete aparece a ilustração do significado do sinal, para permitir à criança surda apreender diretamente o sentido ou significado do sinal sem depender da leitura do português”. Todavia, ao verificarmos sua complexidade, compreendemos que esta obra funciona mais como uma espécie de dicionário geral do que, especificamente, infantil. Capovilla *et al* (2017) ostenta, uma nomenclatura extensa, contendo lexemas que não fazem parte do universo infantil, como pode ser observado a seguir:



Considerando a entrada *Putá (1)*, entende-se que o mesmo, conforme descrição dos autores, refere-se a um termo obsceno¹, logo, não

¹ A lexia puta conforme enunciado do próprio verbete (ver figura 1), pode ser considerada uma expressão vulgar ou conforme Aulete (2012, p. 720), uma lexia “Tabu”. Contudo,

faz parte do léxico do universo infantil. Outro ponto constatado está relacionado às definições inseridas junto aos verbetes que, muitas das vezes, não manifestam uma linguagem simples e de fácil compreensão ao público-alvo



O enunciado definatório é construído com uma linguagem destinada a consulentes que dominam a leitura e a escrita, bem como, para aqueles que já possuem um conhecimento aprofundado do léxico, por conter unidades linguísticas como: *fato*, *circunstância*, *confidencial*, *ocultado* e outros. Contudo, os autores do dicionário não especificam claramente qual é a fase de aprendizagem ou idade do público-alvo, já que, conforme PNLD (2012) os dicionários escolares destinados ao público infantil podem variar, desde a aquisição da leitura e da escrita até a formação do ensino médio.

À vista disso, para elucidar a disparidade do enunciado lexicográfico – definição – consoante ao público-alvo – infantil – descritos em Capovilla et al (2017), selecionamos o verbe *segredo*, para assim, comparamos a definição tanto no *Dicionário Infantil Ilustrado Evanildo Bechara* (2011), quanto a apresentada em Capovilla et al (2017), vejamos:

Segredo: (se-gre-do) Um *segredo* é uma coisa que você sabe, mas não quer ou não pode contar para ninguém” Bechara (2011, p. 100).

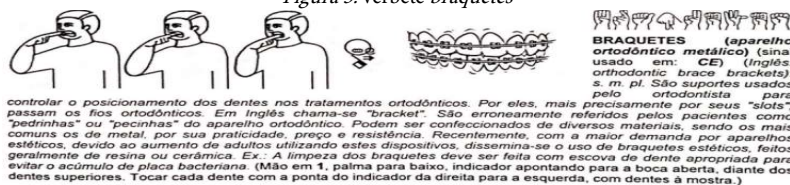
Segredo: fato coisa ou circunstância que é do conhecimento de uma ou de poucas pessoas. Que não está e não deve ser divulgado. Que é confidencial e deve ser ocultado das pessoas. Aquilo que tem caráter

independentemente da marca de uso presente nesta unidade linguística, não é indicada sua lematização em dicionários infantis.

confidencial, escondido, oculto, não revelado, reservado, sigiloso” Capovilla *et al* (2017, p. 2547).

A partir do excerto anterior, é possível perceber o quão diferente são os textos definitórios alusivos à entrada *segredo*. Uma vez que, ao considerar o público-alvo – infantil, percebe-se o quão complexa e detalhada é a definição presente em Capovilla *et al* (2017), já a definição estabelecida em Bechara (2011), utiliza uma linguagem simples e acessível. Outro ponto a se destacar é a presença de entradas de termos de uma área específica, vejamos:

Figura 3: verbete braquetes



Fonte: Capovilla *et al* (2017, p. 459).

A presença do termo *braquetes* reforça nossa posição ao compreender o dicionário como uma obra geral da língua, pois a entrada em questão pertence à uma área específica do conhecimento, a odontologia e a depender do público-alvo, esse e outros verbetes arrolados na obra se tornam desnecessários. Devido aos aspectos evidenciados, defendemos, neste texto, a natureza dessa obra como um dicionário geral, de modo a descartar a possibilidade deste dicionário ser destinado ao público infantil.

Isto posto, entendemos que a Libras, por ser um sistema linguístico recentemente reconhecido, muito ainda há que se pesquisar e compreender sobre sua estrutura. É compreensível que as primeiras obras dicionarísticas abarquem não apenas o léxico geral – aquele compartilhado por toda a sociedade, mas também o especializado – lexias próprias de uma área do conhecimento. Portanto, reconhecemos a importância deste tipo de dicionário para o uso social e para a área da (meta)Lexicografia. Logo, esperamos que os pesquisadores comecem a pensar em elaborar dicionários específicos para cada público, contendo cada obra a nomenclatura que lhe é necessária. Na próxima sessão, discutiremos como são tratadas as unidades do léxico de especialidade no *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos*.

O REGISTRO DO LÉXICO DE ESPECIALIDADE NO DICIONÁRIO DA LÍNGUA DE SINAIS DO BRASIL: A LIBRAS EM SUAS MÃOS

A lexicografia e a terminologia são áreas de estudo das ciências do léxico, ambas possuem como objetivo o registro e a descrição do léxico de uma língua, ou, dependendo do propósito da obra, mais de uma língua. Assim sendo, a lexicografia ocupa-se do léxico geral da língua, no entanto, uma parcela do léxico especializado, geralmente os mais básicos, de diferentes áreas da ciência e da tecnologia podem e são incluídas nestas obras.

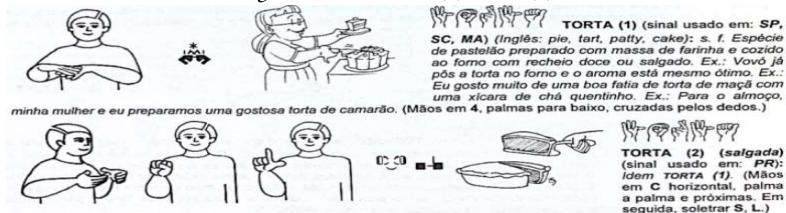
Por conseguinte, nos atentaremos ao léxico de especialidade arrolados no *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos*, que possui a estrutura de um dicionário geral, pois apresenta não apenas o léxico geral, mas também, uma parcela do especializado. Contudo, o tratamento da lematização de termos especializados em dicionários gerais, escolar, ou outros que não sejam específicos de uma determinada área da ciência, como: Linguística, Literatura, Direito, Psicologia, entre outros, não tem sido o foco de estudos na língua portuguesa e por extensão na Libras, como aponta Krieger (2011):

Mesmo que a lexicografia tenha se estabelecido como campo de reflexão cujos subsídios visam orientar a prática, há ainda uma grande carência de estudos e de orientações metodológicas para o tratamento das terminologias em dicionários gerais sejam eles de grande porte sejam versões reduzidas. De fato, praticamente inexistente literatura sobre o registro de termos técnicos em dicionários de língua. (KRIEGER, 2011, p. 76)

Posto isso, em relação ao dicionário de Capovilla *et al* (2017), ressaltamos inicialmente a seleção das entradas terminológicas que compõem a obra. Não há, no conjunto dos textos externos, uma explicação que oriente os consulentes sobre a metodologia utilizada para a seleção e exclusão dos termos técnicos, bem como, sobre a falta de informação sobre quais áreas da ciência podem ser encontradas na nomenclatura, como: Biologia, Informática, Literatura, Linguística e outras, assinalando, assim, as áreas privilegiadas na obra.

Quanto aos textos externos, os autores definem o detalhamento de uma das informações expostas nos verbetes como *Explicação sistemática dos verbetes*, este, concerne à todas as informações presentes entre parênteses após o signo entrada, como pode ser observado a seguir:

Figura 4: Verbetes *torta* (1) e *torta* (2)



Fonte: Capovilla et al (2017, p. 2730)

O verbete *torta* (1) não exibe o elemento *Explicação sistemática dos verbetes*, já a entrada *torta* (2) o inclui, de modo a denotar a informação que distingue o sabor salgado do doce. Interessante destacar que esse recurso pode incluir uma informação, uma descrição, um sinônimo, uma marca de uso diatécnica, diastrática, diavaluativas, entre outras. Assim sendo, esse item pode exteriorizar qualquer tipo de informação que tenha como objetivo contribuir para a compreensão do signo entrada pelos consulentes.

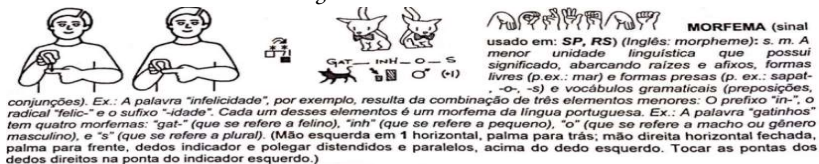
Dentre os possíveis elementos indicados pelos autores, que podem compor este microparadigma, acentuamos o item 5.1.3. denominada como *“Explicação ou complemento, entre parênteses após o verbete”*, Capovilla et al (2017, p. 32). Levando em consideração o objetivo deste trabalho, destacamos que em determinados lemas-entrada este elemento informativo manifesta a pertença da unidade linguística a uma determinada área da ciência, ou seja, um tecnicismo, e por este motivo o compreendemos como uma marca de uso – diatécnica.²

Entretanto, esta informação não é marcada como tal, uma vez que não há qualquer tipo de orientação em textos externos que indique a natureza dessas entradas. Da mesma forma, o corpo do verbete carece de

² Hausmann (1977, p. 112-143) organiza as possíveis marcas de uso presentes em dicionários, dentre elas a diatécnica que se refere à “linguagem técnica ou tecnoleto”.

tais especificações, de modo a diferenciar o léxico de especialidade do léxico comum. Vejamos a figura a seguir:

Figura 5: verbete morfema



Fonte: Capovilla et al (2017, p. 1892)

Como pode ser observado, o verbete *morfema*, unidade terminológica pertencente a área da Linguística, não possui o elemento *explicação ou complemento*, ou seja, a marca de uso - diatécnica. Porém, é possível perceber em outras entradas terminológicas a designação do lema-entrada à uma área da ciência ou da tecnologia.

Figura 6: verbete romantismo



Fonte: Capovilla et al (2017, p. 2473).

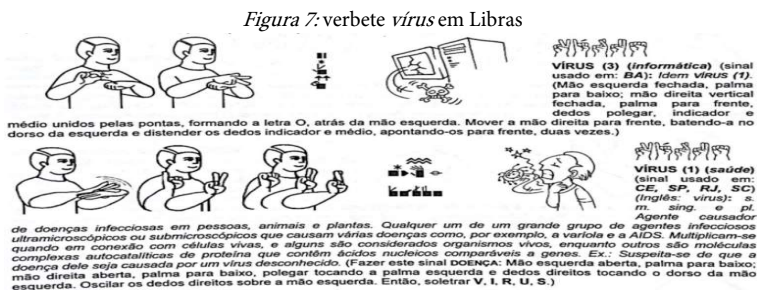
Devido ao fato de algumas entradas terminológicas apresentarem a marca de uso diatécnica (Linguística, Biologia, Geografia, Informática e outras) e sua ausência em outras, fica evidente a falta de padronização e sistematização do léxico de especialidade na obra analisada. À vista disso, além dos impasses já mencionados, como: a) a não elucidação da metodologia utilizada para a seleção dos termos técnicos e b) a não apresentação das áreas privilegiadas na obra, apontamos, ainda, a falta de organização das informações presentes na microestrutura, uma vez que alguns verbetes terminológicos dispõem da marcação e outros não.

Contudo, se compararmos a organização do léxico da língua portuguesa e da Libras em obras dicionarísticas, é possível perceber que uma mesma entrada incorpora as significâncias gerais e especializadas,

como se nota na unidade léxica *janela*, que é definida em Caudas Aulete (2012), como:

Janela (ja.ne.la) *sf.* 1 Abertura na parede de um edifício ou na de um veículo (trem, automóvel, avião etc.) a certa altura do piso que permite a iluminação e/ou o arejamento do ambiente e dá vista para o exterior. 2 Caixilho ou peça de madeira ou de metal que fecha essa abertura. 3 *Pop.* Qualquer tipo de abertura feita numa superfície. 4 *Bras.* Tempo livre de uma aula entre duas outras. 5 *Inf.* Área retangular da tela de uma unidade de exibição visual destinada a facilitar o acesso a um programa ou função particular [...]. (AULETE, 2012, p. 518, grifos do autor)

Assim, no excerto anterior constata-se que os signos homônimos costumam ser inseridos em um mesmo verbete, e suas significâncias são marcadas a partir de seu contexto de uso, indicando aos consulentes as diferentes naturezas que o lema-entrada pode acolher. Logo, pode ser observado cinco (5) acepções, dentre elas: 1 e 2 relacionada ao léxico geral, 3 marcada como uma lexia popular – Pop., 4 marcada como um brasileirismo – Bras. e 5 marcada como uma terminologia da área da Informática – Inf. Contudo, ao analisar o registro do léxico da Libras, é possível constatar o registro das diferentes acepções sejam elas do léxico geral ou terminológico em entradas próprias, como pode ser observado na figura a seguir, vejamos:



Fonte: Capovilla et al (2017, p. 2877).

No entanto, é necessário levar em consideração as particularidades do léxico da Libras, posto que, nas línguas orais, em específico a língua portuguesa, uma mesma unidade linguística pode representar tanto uma unidade linguística do léxico geral, quanto do léxico especializado como pode ser observado em Aulete (2012, p. 121): verbete *bolsa* “1 recipiente em

forma de saco, sacola, carteira etc.[...] 4 *Econ.* Instituição onde se compram e vendem títulos de empresas, ações, obrigações etc. [Tb. Bolsa de valores]”. Já na Libras, como pode ser observado ao longo deste artigo, a construção do léxico se dá de forma diferenciada, pois, nem sempre um mesmo signo linguístico é representado por uma única lexia, logo o que se percebe é que os semas, na maioria dessas lexias, são levados em consideração, gerado assim unidades linguísticas distintas, como pode ser visto no verbete empregado a seguir:

Figura 8: verbetes *Bolsa* e *Bolsa de valores* em Libras



Fonte: Capovilla et al (2017, p. 440 - 441).

Como se nota em Aulete (2012), a entrada *bolsa* por ser uma unidade polissêmica, acolhe, organiza e apresenta as distintas acepções em um mesmo verbete. Já na Libras, os verbetes *bolsa* e *bolsa de valores*, são arroladas em diferentes entradas e não como infralemas³, uma vez que, estas não são homônimas, mas sim, unidades distintas.

Os dicionários de Libras, consequentemente, devido à sua modalidade linguística- viso-espacial, necessitam realizar o registro destas derivações, flexões e outros, em verbetes próprios, uma vez que, o sinal *bolsa* – e vários outros – nem sempre é utilizado da mesma forma, pois são contextualmente variadas as possibilidades de utilização do signo, como em *abrir*, que apresenta as seguintes significâncias *abrir conta de banco*, *abrir*

³ Conforme elucida Durão et al (2018, p. 51-52) “Hausmann e Werner (1981, p. 2729) propuseram o termo infralema em oposição ao termo sublema, que designa aquelas unidades léxicas formadas por palavras da mesma família léxica que a cabeça do lema (como ‘carne’, ‘carnívoro’, ‘carnificina’, etc.), ao passo que o termo infralema incluiria unidades lexicais compostas e complexas na qual contasse a palavra-chave do lema principal”.

garrafa, *abrir janela* e outros, expostas no dicionário e assim como o verbete *bolsa*, acabam apresentando modificações em suas sinalizações, impossibilitando, assim, sua inserção em uma única entrada.

Compreendemos que a organização de um dicionário é uma tarefa difícil, e que o lexicógrafo precisa tomar decisões alinhadas ao objetivo que se propõe e ao público-alvo. Logo, ao analisarmos a lematização do léxico de especialidade no dicionário selecionado, objetivamos iniciar estudos e práticas alusivas aos cuidados e critérios para a seleção, organização e apresentação destas unidades em dicionários gerais de Libras. Assim como, contribuir de forma significativa para os estudos e pesquisas dos estudos da Lexicografia e da Terminologia da Libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, apontamos que há uma crescente investigação relacionada à elaboração de glossários e/ou dicionários que objetivam registrar e descrever o léxico da Libras, principalmente no que tange o léxico de especialidade, ocasionando a criação de diferentes glossários temáticos em estudos realizados em programas de mestrado e doutorado espalhados em todo território nacional.

Logo, pudemos concluir ao longo desta pesquisa que não há, até o presente momento, obras que possuem uma divisão marcada entre a representação tanto geral, quanto especializado do léxico na Libras. Assim, compreendemos a obra de Capovilla *et al* (2017) como um dicionário geral da língua, por apresentar em sua nomenclatura unidades linguísticas diversas, sendo elas do léxico geral ou especializado. Além de conter em sua definição uma interpretação dissemelhante e complexa, que limita o entendimento do público infantil.

Isto posto, ao analisarmos a presença do léxico de especialidade no *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos*, foi possível identificar a insuficiência de informações sobre a obra. Visto que, não há em textos externos informações sobre quais as áreas da ciência foram privilegiadas na obra, da mesma forma que não há uma padronização de um dos elementos presentes em *informação ou complemento* – apontado, aqui,

como uma marca de uso de natureza diatópica. Como pode ser observado, alguns dos termos técnicos apresentam a marca de uso e outros não, o que revela a falta de sistematização, refinamento organizacional e padronização em relação a apresentação de tais unidades e seus enunciados lexicográficos.

Contudo, a falta de uma metodologia detalhada e critérios para a seleção dos termos técnicos em dicionários gerais é uma realidade não apenas para a Libras, mas também para a língua portuguesa. Destarte, tencionamos despertar em pesquisados da área da Lexicografia e da Terminologia da Libras, a necessidade de elaboração de uma metodologia específica para a seleção do léxico de especialidade integrado à nomenclatura de dicionários gerais. Assim como a importância da explicação de tais metodologias e das decisões tomadas pelo lexicógrafo durante a construção da obra a ser disponibilizada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Editora Parábola, 2012.

BARROS, Rejane Lourêdo. *Política linguística: a terminologia da Libras como veículo de cultura em concursos públicos*. 2012. 62 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília – UNB: Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13234>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BECHARA, Evanildo. *Dicionário infantil ilustrado Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Introdução: as ciências do Léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. ISQUERDO, Aparecida Negri (org). *As ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2ª ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p. 13-22.

BRANDÃO, Flavia. *Dicionário Ilustrado de Libras: língua brasileira de sinais*. São Paulo: Global, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da*

União. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

_____. Decreto nº 5.626, 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

CAPOVILLA, Fernando Cesar *et al. Dicionário da língua de sinais do Brasil: a Libras em suas mãos*. São Paulo: Editora USP, 2017. 3 v.

CASTRO-JUNIOR, Gláucio. *Projeto VARIBRAS*. 2014. 259 f. Tese (doutorado em Linguística) Universidade de Brasília – UNB: Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17728>. Acesso em: 15 fev. 2021.

COSTA, Messias Ramos. *Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil*: Encicliolibras. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília – UNB: Brasília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13558/1/2012_MessiasRamosCosta.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri *et al. Design de verbete de substantivo para um dicionário bilíngue português-Libras*. São Paulo: Editora Pontes, 2018.

FERNANDES, Leandro Andrade. *Bases linguísticas e lexicográficas para a construção de um glossário bilíngue em Libras/ELiS-Português x Português-Libras/ELiS*. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal de Goiás – UFG: Catalão, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/570/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Leandro_Andrade.pdf. Acesso em: 05 out 2020.

FERRAZ, Charles Lary Marques. *Dicionário de configurações das mãos em Libras*. Bahia: Editora UFRB, 2019.

- FRIEDRIH, Márcio Aurélio. *Glossário em Libras: uma Proposta de Terminologia Pedagógica (Português-Libras) no Curso de Administração da UFPel*. 2019. 262 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas: 2019. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/4480>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- GAMA, Flausino José da Costa. *Iconografia dos signaes dos surdos-mudos*. Rio de Janeiro: Tipographia Universal de E. & S. Laemmert, 1975.
- GEIGER, Paulo (org.). *Dicionário escolar da língua portuguesa*: Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- HAUSMANN, Franz Josef. *Einführung in die Benutzung neufranzösischer Wörterbücher*. Tübingen: Niemeyer, 1977.
- HERNÁNDEZ, Hernández Humberto. *Los diccionarios de orientación escolar*. Tubinga: Max Niemeyer, 1989.
- KRIEGER, Maria da Graça. Termos técnicos-científicos em minidicionários: problemas de inclusão e de definição. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Sabóia. MARCOS, Bagno (org). *Dicionários escolares*: políticas, formas e usos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 73-85.
- NASCIMENTO, Sandra Patrícia de Faria do. *Representação da língua de sinais brasileira: uma proposta lexicográfica*. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade de Brasília – UNB: Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6547>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- OATES, Eugenio. *Linguagem das mãos*. Rio de Janeiro: Editora Livro, 1969.
- PAVEL, Silvia; Nolet, Diane. *Manual de terminologia*. Tradução de Enilde Faulstich. Gatineau: Quebec, 2002. Disponível em: <https://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-terminologia.pdf>. Acesso e: 05 maio 2021.
- RIBEIRO, Daniele Prometi. *Glossário bilíngue da Língua de Sinais Brasileira: criação de sinais dos termos da música*. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília: Brasília, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33547572.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ESTUDOS DO LÉXICO GERAL

ESTUDOS LEXICAIS: LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E METALEXICOGRAFIA ¹

Melissa Heberle Diedrich

LEXICOLOGIA OU ESTUDO DO LÉXICO

Evidenciadas as relações existentes entre a língua e a cultura, a identidade, a memória e o patrimônio, o léxico reflete o ambiente social e físico dos diferentes povos. (DIEDRICH, 2020b; DIEDRICH, 2020c)

Assim, como veremos a seguir, nem sempre é fácil delimitarmos as fronteiras entre as diferentes áreas que são compreendidas pelo rótulo de ‘Estudos Lexicais’. Por essa razão, um trabalho que se propõe a descrever propriedades relevantes dos itens lexicais, independentemente do tipo de unidade lexical que estiver sendo observado, necessita, de início, delimitar as fronteiras que molduram os limites de observação, que recortam claramente a unidade lexical que se está analisando e que clarificam o ponto de vista teórico que será adotado. É o que passaremos a fazer.

Para que possamos compreender o que se entende por ‘Lexicologia’, vamos nos valer do ponto de vista de importantes pesquisadores da área: Rey (1977), Cabré (1993), Niklas-Salminen (1997), Barbosa (2002), Polguère (2003) e Krieger e Finatto (2004).

De acordo com Rey (1977, p. 169), a Lexicologia pode ser considerada como uma “ciência de cruzamento das disciplinas antropológicas e de domínio da atividade pragmática sobre a linguagem”, o autor ressalta que esta disciplina é “dominada metodologicamente pela

¹ Artigo atualizado e adaptado a partir do capítulo 1 da dissertação de mestrado de Heberle (2008), orientada pela professora Dra. Sabrina Pereira de Abreu, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

linguística”, mas “seu objeto excede e engloba a linguística; como a metodologia deverá também englobá-lo”. Compartilhando da mesma ideia e ampliando-a, Niklas-Salminen (1997, p. 13) também considera a Lexicologia através de um cruzamento de setores da linguística, abordando sua vinculação com a Fonologia e a Morfologia em relação à “forma das palavras”, com a Semântica em relação à “significação” das palavras e com a Sintaxe “pelas suas propriedades combinatórias”. Desta forma, o autor ressalta que o léxico, “em vez de formar um sistema restrito, constitui um conjunto aberto e não autônomo”.

Trata-se de “uma ciência relativamente recente”, apresentando métodos que constituem “objeto de constantes discussões e resultados ainda parciais”. A Lexicologia também se configura como “um ramo da Linguística que estuda as unidades lexicais, as palavras de uma língua” (NIKLAS-SALMINEN, 1997, p. 5 e 13).

Com base em Polguère (2003) e Niklas-Salminen (1997), a Lexicologia é a disciplina que estuda os fenômenos lexicais como sendo o braço matriz da Linguística, ocupando-se do estudo da semântica e do léxico de uma língua (HEBERLE, 2008; DIEDRICH, 2020a; DIEDRICH, 2020c).

Outra autora que conceitua a Lexicologia como um dos ramos da Linguística que realiza o estudo científico do léxico é Barbosa (2002, p. 3). Segundo a autora, à Lexicologia cabem múltiplas tarefas, visto que a unidade lexical resulta da articulação de aspectos morfossintático-semânticos muito complexos. Entre as diversas tarefas da Lexicologia apresentadas por Barbosa, destacamos: a) definição de “conjuntos e subconjuntos lexicais – universo léxico, conjunto vocabulário, léxico efetivo e virtual, vocabulário ativo e passivo”; b) conceituação e delimitação da “unidade lexical de base” – a palavra -, além da elaboração de “modelos teóricos subjacentes às suas diferentes denominações”, análise e descrição das estruturas destas unidades, “tipologia” e possibilidades de combinação; c) exame das “relações do léxico de uma língua com o universo natural, social e cultural”; d) abordagem da palavra como “instrumento de construção e detecção” de “uma ideologia, de um sistema de valores”; e e) análise e descrição das “relações entre a expressão e o conteúdo das palavras” e as relações

associativas que decorrem destas (polissemia, homonímia, sinonímia, hiperonímia, hiponímia, antonímia, entre outros).

Os aspectos listados acima estão situados de acordo com a autora, no âmbito da ‘Lexicologia descritiva’. Contudo, segundo Barbosa, a ‘Lexicologia aplicada’ também “se tem revelado importante” em muitos campos e práticas como, por exemplo, no “ensino de língua materna ou estrangeira”, “processos de tradução automática ou mecânica” e “técnicas de documentação, tratamento da informação” (BARBOSA, 2002, p. 4).

O objetivo da Lexicologia, conforme Cabré (1993, p. 78), constitui a construção de um modelo do componente lexical da gramática, que retome “conhecimentos implícitos” relacionados às palavras e ao “uso que os falantes fazem delas”, que “preveja mecanismos sistemáticos e adequados de conexão” entre o componente lexical e os outros componentes gramaticais, prevendo também a “possibilidade real” de formação de novas unidades, de acordo com regras “estruturais sistemáticas”, que têm os falantes de qualquer língua. “O conjunto de todos os dados sobre as palavras deve poder explicar os conhecimentos léxicos do falante, independentemente de que sua língua seja uma ou outra”.

Krieger e Finatto (2004, p. 43-44) apontam para a tendência de a Lexicologia “ser compreendida de modo difuso”. Neste sentido, esclarecem que:

[...] os estudos lexicais tardaram a ser valorizados em virtude da concepção de que o léxico só comporta irregularidades. Essa equivocada visão relaciona-se largamente ao dinamismo do componente lexical das línguas que amplia e se transmuta conforme crescem e se alteram as necessidades de referência designativa e conceitual das sociedades. Com isso, os repertórios lexicais dos sistemas linguísticos são universos ilimitados.

Assim, vemos que as pesquisadoras relacionam tal tendência às diferentes “visões e interesses” que perpassam a Lexicologia, bem como à “complexidade” e à “multiplicidade” de abordagens que a noção de palavra faculta.

Lara (2005, p. 19-20) chama a atenção para o fato de que, nas últimas décadas, as teorias relacionadas aos Estudos do Léxico conferiram à Lexicologia “o *status* de nível de análise linguística”, embora historicamente

esta área tenha sido considerada “suplementar e/ou subsidiária aos demais níveis de análise”, afirmando que

nossa tradição em Ciência da Linguagem não nos legou uma teoria lexical estruturalista, gerativista ou funcionalista nos mesmos moldes em que podemos falar de uma sintaxe ou fonologia estruturalista, gerativa, etc., mas concepções de *item lexical* e de *léxico* estruturalista, gerativista e funcionalista. Esse histórico é justificado no fato de que a lexicologia e a lexicografia têm como problema fundamental a sua própria definição, “a sua própria identidade”.

O autor, assim, destaca que a problemática fundamental que envolve a Lexicologia e a Lexicografia diz respeito à definição de cada uma dessas áreas e, conseqüentemente, de sua finalidade.

Vimos até aqui que Rey (1977), Cabré (1993), Niklas-Salminen (1997), Barbosa (2002), Polguère (2003) e Krieger e Finatto (2004) concordam que a Lexicologia é um ramo da Linguística, é uma disciplina que trata dos fatos lexicais de uma língua e que, portanto, realiza o estudo científico do léxico. Em consonância com esses autores, estamos assumindo que a Lexicologia constitui uma disciplina linguística que realiza o estudo científico do léxico, tendo por objetivo a análise das unidades lexicais. Concordamos também com a caracterização da Lexicologia como disciplina vinculada a outros setores da Linguística, tal como a Fonologia e a Morfologia, a Semântica e a Sintaxe. Nesta perspectiva, estamos assumindo que o léxico é um sistema aberto, isto é, que se renova constantemente.

Feita a caracterização da disciplina em si, é preciso caracterizar o seu objeto, ou seja, a unidade lexical. Como veremos, essa também não é uma tarefa simples porque “palavra” é uma unidade do sistema linguístico que apresenta natureza complexa e que pode ser observada a partir de várias abordagens (ortográfica, fonológica, morfossintática, entre outras).

Em relação ao conceito de “palavra”, Cabré (1995, p. 293) ensina-nos que se trata de “uma unidade descrita por um conjunto de características linguísticas sistemáticas e dotada da propriedade de referir-se a um elemento da realidade”. Assim, sob o ponto de vista linguístico, “a palavra se caracteriza por possuir uma forma fônica e gráfica, uma estrutura morfológica, uma caracterização gramatical e um significado”, o qual

descreve a classe de um dado objeto. Ainda de acordo com Cabré (1993, p. 78), “um dos módulos básicos de qualquer gramática de uma língua é o módulo léxico, que inclui a lista de palavras da língua em questão e as regras que explicam a criatividade do falante”.

Vê-se, então, que o objeto da Lexicologia, a “palavra” ou unidade lexical, apresenta várias facetas. Esse fato gera problemas para a análise porque ao se conceituar o item lexical, deve-se considerar a existência dos seus níveis fônico, gráfico, morfológico, gramatical e semântico. Naturalmente, esses problemas acarretam dificuldades para se caracterizar o conjunto de palavras ou de unidades lexicais, o que impõe que o ponto de vista de observação de tais unidades seja delimitado. Niklas-Salminen (1997, p. 13 e 17) ilustra bem esse fato. Para ele, o léxico se apresenta como “um todo extremamente caótico”, pois reagrupa as unidades que se distribuem sobre os múltiplos níveis: “o nível dos morfemas, o nível das palavras e o nível das expressões”.

Conforme vimos nesta seção, há consenso entre os autores em considerar a Lexicologia como uma disciplina da Linguística que se dedica ao estudo das unidades lexicais. Além disso, destacamos que o objeto de estudo da Lexicologia, isto é, a “palavra” ou unidade lexical, é uma entidade que apresenta diferentes aspectos em sua constituição. Por essa razão, os estudos lexicológicos fazem interface com outras áreas da Linguística. Na próxima seção, abordaremos a disciplina Lexicografia.

Lexicografia ou Ciência dos dicionários

A Lexicografia² ou ‘Ciência dos dicionários’ pode ser entendida como a prática de elaboração de dicionários, a qual, para que realmente seja eficaz, deve se apoiar nos estudos lexicológicos. Conforme Niklas-Salminen (1997, p. 94), a Lexicografia pode ser definida ao mesmo tempo como o domínio que tem por objetivo levar a efeito as técnicas para a confecção de

² Acreditamos ser necessário esclarecer que, entre os estudiosos que se preocuparam em descrever a Lexicografia, há alguns que utilizam diferentes denominações para esta disciplina, tais como Lexicografia Teórica, Dicionarística e Metalexigrafia.

dicionários e como a disciplina que propõe uma reflexão sobre os métodos que esta exige. Pode-se, assim, dizer que a Lexicografia “é ao mesmo tempo *uma prática e uma ciência*”. É também bastante dependente da dimensão utilitária, sendo conduzida a indicar as condições de empregos das diferentes palavras em função dos níveis da língua. A definição das unidades lexicais é sua atividade essencial.

Outra autora que acentua o caráter prático da Lexicografia é Andrade (1998, p. 192). Esta autora apresenta a Lexicografia como o “aspecto prático” da Lexicologia, que, por sua vez, constitui o referencial teórico da prática lexicográfica. De acordo com a autora, a Lexicografia “parte de uma lista de *palavras*, que constitui o inventário de uma obra lexicográfica e passa a descrevê-las semanticamente, por meio das definições”, através de um processo semasiológico³.

Segundo Rey (1977), como a Lexicografia, em sua essência, constitui uma atividade de aplicação, existe uma tradição em compreendê-la mais como uma arte do que como um exercício teórico metodologicamente orientado. Esta concepção liga-se ao fato de que a Lexicografia prática, desde sua origem, correlaciona palavras aos seus significados, sendo vista em maior escala como técnica de interpretação semântica e menos como método descritivo. O autor aponta que a Lexicografia compreende as técnicas utilizadas na confecção de dicionários.

Quemada (1987, p. 235) apresenta a distinção entre a disciplina Lexicografia, que, segundo o estudioso, caracteriza-se “como a atividade de compilação e de estudos dos dados lexicais, não desembocando necessariamente somente na produção de dicionários” e a ‘Dicionarística’, “disciplina que visa especificamente à produção de dicionários”. Desta forma, o autor propõe um novo termo, ‘Dicionarística’, para conceituar esta prática muito antiga, a saber, a elaboração de dicionários, e propõe que o termo ‘Lexicografia’ seja utilizado para designar a análise dos dados lexicais.

³ O processo semasiológico parte da palavra, do signo, para buscar suas diferentes significações, ao passo que o processo onomasiológico parte do conceito, ideia, para buscar os diferentes signos linguísticos que o exprimem.

Também Boulanger (2001), da mesma forma que Quemada (1987, p. 8-9), apresenta o termo ‘Dicionarística’ que, para ele, constitui “a disciplina da linguística que engloba tudo o que se relaciona à elaboração dos dicionários de todos os gêneros”. Já o termo ‘Lexicografia’ é utilizado quando “remete à atividade dicionarística relativa ao léxico da língua geral”, podendo também ser designado de ‘Lexicografia geral’.

No entanto, nem tudo é consenso entre os autores. Polguère (2003, p. 196), divergindo de Quemada, apresenta a sua preferência em continuar adotando o termo ‘Lexicografia’ para se referir à “atividade de redação dos dicionários”, realizada pelo lexicógrafo, e propõe a discussão sobre um novo termo referente à análise e recenseamento dos dados lexicais, como “lexicoanálise”, por exemplo.

No entendimento de Welker (2004, p. 11), o termo Lexicografia apresenta dois sentidos: na primeira acepção, para a qual se pode usar, segundo o autor, também a expressão ‘Lexicografia prática’, designa a ‘ciência’, ‘técnica’, ‘prática’ ou até ‘arte’ de elaboração de dicionários; já na segunda acepção, refere-se à ‘Lexicografia teórica’, para a qual se emprega com frequência o termo ‘Metalexigrafia’.

No presente trabalho, estamos assumindo, na esteira do que afirma Welker (2004), que a Lexicografia, enquanto ‘práxis’ da Lexicologia, constitui a disciplina que se ocupa da construção dos dicionários, comportando dois sentidos, um prático e um teórico. Porém, aqui o sentido teórico da Lexicografia será abordado como uma disciplina específica, a Metalexigrafia, conforme veremos mais adiante, na seção 1.3.

Para exemplificar a complexidade do trabalho do lexicógrafo, destacamos que, na realização da prática lexicográfica, é preciso dar conta de todas as unidades que compõem o léxico a ser descrito. Isto significa que o lexicógrafo deve tratar das palavras lexicais e das palavras gramaticais, e mais: deve compreender o funcionamento, em todos os níveis linguísticos do léxico que está descrevendo. Isso significa dizer que, para que possa tomar decisões corretas acerca do registro de um item léxico, o lexicógrafo deverá compreender as diferentes possibilidades de atualização desse item lexical em todos os níveis do sistema linguístico.

Agora, vamos tratar das convergências e divergências das disciplinas apresentadas até o presente momento, Lexicologia e Lexicografia, procurando ressaltar as especificidades de cada uma.

Embora saibamos da complexidade que os Estudos do Léxico impõem, de acordo com o que mostramos nas seções anteriores, concordamos com o fato de que “as pesquisas nas áreas da Lexicologia e da Lexicografia têm revelado avanços significativos e suscitado reflexões a respeito das suas divergências e convergências” (BORGES, 2005, p. 17). Sendo assim, passaremos a discutir sobre como cada uma dessas disciplinas caracteriza o seu objeto de estudo, ou seja, a palavra.

Para mostrar mais claramente o quanto os pesquisadores distanciam ou aproximam essas duas disciplinas, elaboramos o quadro a seguir, a fim de facilitar a compreensão dos vários pontos de vista em relação às disciplinas Lexicologia e Lexicografia discutidos nas seções 1.1 e atual.

Observemos o quadro.

Quadro 01 - Concepções de Lexicologia e Lexicografia

<i>PESQUISADOR</i>		<i>NO</i>	<i>LEXICOLOGIA</i>	<i>LEXICOGRAFIA</i>
	Rey	977	Disciplina que tem por objeto de estudo o fato lexical.	Atividade de aplicação que compreende as técnicas utilizadas na confecção de dicionários.
	Cabré	995	Preocupa-se com a análise e descrição da competência lexical do falante. Realiza o estudo das palavras.	Ramo aplicado da Lexicologia que se ocupa da elaboração de dicionários.
	Niklas-Salminen	997	Constitui um ramo da Linguística que estuda as unidades lexicais.	Domínio que tem por objetivo levar a efeito as técnicas para a confecção de dicionários. Disciplina que propõe uma reflexão sobre os

				métodos que a prática lexicográfica exige. É ao mesmo tempo uma prática e uma ciência.
	Andrade	998	Estudo científico do léxico; tem por objetivo a definição de um vocábulo, realizando sua caracterização funcional e semântica.	Aspecto prático da Lexicologia. Realiza a descrição semântica das palavras, por meio das definições.
	Quesada	001	-	Constitui a práxis da Lexicologia. Não se limita à compilação de dicionários, pois engloba também estudos teóricos (<i>Lexicografia teórica</i>).
	Barbosa	002	Ramo da Linguística que realiza o estudo científico do léxico. Estuda o universo de todas as palavras (estruturação, funcionamento e mudança).	Estuda os vocábulos e os vocabulários de normas linguísticas.
	Polguère	003	Disciplina que analisa os fenômenos lexicais como sendo o braço matriz da Linguística, ocupando-se do estudo da semântica de uma língua e do estudo	Atividade de redação dos dicionários; é realizada pelo lexicógrafo.

			científico de seu léxico.	
	Krieger e Finatto	004	Disciplina que se ocupa dos aspectos formais e semânticos das unidades lexicais de determinada língua.	Apresenta caráter semasiológico.
	Welker	004	-	Apresenta dois sentidos: 1. 'Lexicografia prática', designando a "ciência", "técnica", "prática" ou mesmo "arte" de elaboração de dicionários. 2. 'Lexicografia teórica' ou Metalexicografia.

Fonte: Heberle (2008)

Com base nas informações evidenciadas no quadro, percebemos que os autores associam a Lexicologia ao Estudo do Léxico, dos fatos lexicais, e a Lexicografia à elaboração de dicionários, nota-se também que a Lexicologia é concebida como “disciplina”, “ciência” ou “estudo científico”, de acordo com Rey (1977), Niklas-Salminen (1997), Andrade (1998), Barbosa (2002), Polguère (2003) e Krieger e Finatto (2004); ao passo que a Lexicografia é abordada como “atividade”, “arte”, “prática”, conforme Rey (1977), Quesada (2001) e Polguère (2003).

Por outro lado, observamos que alguns pesquisadores compreendem a Lexicografia como uma parte da Lexicologia, tal como Cabré (1995), Andrade (1998) e Quesada (2001); enquanto outros a tratam como uma disciplina autônoma, como é o caso de Niklas-Salminen (1997), Barbosa (2002) e Welker (2004).

Entre outros autores, Barbosa (2002, p. 4) entende que a Lexicografia “se define como uma tecnologia de tratamento” da palavra, “de compilação, classificação, análise e processamento”, resultando na produção de

dicionários e vocabulários. Vejamos como a autora sintetiza a distinção entre as duas disciplinas:

[...] a Lexicologia estuda o universo de todas as palavras, vistas em sua estruturação, funcionamento e mudança, enquanto a Lexicografia [...] estuda os vocábulos e os vocabulários de normas linguísticas, dando-lhes tratamento específico. (BARBOSA, 2002 p. 7)

Dessa forma, Barbosa demarca a abrangência dos estudos lexicológicos (o estudo de todas as palavras) e dos estudos lexicográficos (o estudo e tratamento dos vocábulos e vocabulários de normas linguísticas).

Segundo Krieger e Finatto (2004, p. 48), a tarefa lexicográfica constitui um “empreendimento imenso”, à medida que o dicionarista realiza uma pesquisa intensa até chegar à nomenclatura geral da obra e à estruturação dos verbetes. Para as autoras, o lexicógrafo precisa buscar as unidades lexicais, analisando sua frequência no interior dos diferentes discursos, para, após, “adentrar no mundo da significação”. Aí, então, o lexicógrafo apreende os “valores significativos nucleares e virtuais” das unidades lexicais, realizando a sua definição, considerada pelas autoras “uma difícil e complexa equação semântica”, além de traçar “a rede de acepções” de uma mesma palavra, de realização polissêmica.

Como se vê, há uma interface entre as disciplinas Lexicologia e Lexicografia, pois uma complementa o trabalho da outra. Ou seja, não se pode realizar uma boa prática lexicográfica sem levar em conta as propriedades fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas do item lexical que será compilado. Assim, a Lexicografia não pode prescindir da Lexicologia. No entanto, a Lexicologia também não pode prescindir da Lexicografia, pois os léxicos descritos lexicograficamente retroalimentam as pesquisas lexicológicas. Isto significa que há uma interface nítida entre essas duas disciplinas da Linguística. E esta interface, hoje, está claramente alicerçada no objeto de estudo da Metalexicografia, como veremos em seguida.

Nesta seção, procuramos evidenciar o fato de que não há consenso entre os autores abordados sobre o que realmente é da alçada da disciplina da Lexicografia e sobre as atribuições inerentes ao trabalho lexicográfico. Ainda que, como vimos, esta disciplina constitua o ramo prático da

Lexicologia para vários autores, ou seja, está associada apenas à confecção dos dicionários; para outros, além desse caráter prático, a Lexicografia comporta também uma ciência de reflexão sobre a teoria e a metodologia que apoiam a construção de dicionários. Além disso, procuramos dar visibilidade às questões que aproximam e distanciam a Lexicologia e a Lexicografia, através da comparação dos pontos de vista de diferentes autores. Na próxima seção, trataremos de forma específica da conceituação e dos princípios que fundamentam a abordagem metalexigráfica, área de estudos em que se insere o presente estudo.

Metalexigrafia ou Lexicografia Teórica

Ao sintetizar as diferenças entre a Lexicologia e a Lexicografia, Quesada (2001, p. 43) afirma que a Lexicografia é uma disciplina que “não se limita à compilação de dicionários”, mas que apresenta outra faceta que articula um conjunto de estudos de caráter teórico. Esses estudos, segundo ele, são chamados de metalexigráficos. Nessa perspectiva, podemos entender que a Metalexigrafia é uma área de estudos do léxico que lança luzes sobre a produção lexicográfica a partir de um ponto de vista teórico. Nos termos de Barbosa (2002, p. 4), a Metalexigrafia é a “epistemologia da ciência lexicográfica”.

A Metalexigrafia é vista por Fernández (2003, p. 44) como o lado teórico da Lexicografia, ocupando-se dos “princípios metodológicos” que norteiam a confecção das obras lexicográficas e do “estudo científico dos dicionários”, tanto sob a perspectiva descritiva como a histórica.

Essa posição de Fernández (2003) está em ressonância com as ideias de Quesada (2001, p. 43), para quem a Metalexigrafia possui um amplo campo de estudos, no qual se analisa aspectos como a história, estrutura, tipologia e finalidade dos dicionários e a forma como estes se relacionam com disciplinas como Lexicologia, Sociolinguística, Semântica, Informática e Estatística, bem como os métodos de elaboração dos dicionários e a crítica de tais obras.

Apresentamos, agora, um quadro com as concepções de Metalexigrafia até aqui abordadas:

Quadro 02 - Concepções de Metalexigrafia

<i>PESQUISADOR</i>	<i>NO</i>	<i>METALEXICOGRAFIA</i>
Quesada	001	Analisa aspectos como a história, estrutura, tipologia e finalidade dos dicionários e a forma como estes se relacionam com outras disciplinas, bem como os métodos de elaboração dos dicionários e a crítica de tais obras lexicográficas.
Barbosa	002	Realiza a análise e descrição da ciência lexicográfica.
Fernández	003	Parte teórica da Lexicografia; ocupa-se dos “princípios metodológicos” que norteiam a confecção das obras lexicográficas e do “estudo científico dos dicionários”.
Welker	004	Engloba o estudo de problemas relacionados à elaboração de dicionários, a crítica de dicionários, a pesquisa da história da Lexicografia e do uso de dicionários.

Fonte: Heberle (2008).

Observando o quadro, percebemos que a Metalexigrafia é compreendida pelos estudiosos como a área teórica da Lexicografia, sendo que sua finalidade é, basicamente, realizar a crítica aos dicionários. No entanto, é preciso que se entenda o significado da palavra “crítica” nesse contexto. ‘Crítica’ origina-se da palavra latina *crítica*, que significa ‘apreciação, julgamento’. Nesse sentido, a Metalexigrafia tem como atividade o exame e a avaliação de uma obra dicionarística não para ressaltar seus problemas, mas para apresentar novos caminhos. Assim, entendemos que a “crítica aos dicionários” é uma atividade construtiva.

Nesta seção, vimos o campo de atuação da Metalexigrafia, sua definição, fundamentos e atribuições. Este capítulo objetivou apresentar um panorama das concepções existentes a respeito das disciplinas de Estudos Lexicais. Enfim, procuramos situar as disciplinas Lexicologia, Lexicografia e Metalexigrafia no âmbito dos Estudos Linguísticos.

Para tanto, na primeira seção, apresentamos as características da Lexicologia. Na segunda seção, caracterizamos a Lexicografia, fazendo também um contraponto entre essas duas disciplinas. Concluímos, na terceira seção, com a definição da interface existente entre a Lexicologia e a Lexicografia, caracterizada pela Metalexigrafia.

Acreditamos ter configurado de forma suficiente para os objetivos desta investigação, através do quadro comparativo apresentado, as bases da distinção e confluência entre a Lexicologia e a Lexicografia. Além disso, pensamos ter conseguido esclarecer o que constitui uma abordagem metalexigráfica dos estudos de cunho lexical.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de.; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 1998, p. 189-198. 263 p.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. *Simpósios da RITerm – Actas 1988 - 2002*. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.riterm.net/actes/2simposio/barbosa2.htm>>. Acesso em: 13 de fev. 2008.

BORGES, C. E. *De inusitatis praepositionibus: um estudo das preposições essenciais em textos lexicográficos*. 2005. 208 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, 2005.

BOULANGER, J. Convergências e divergências entre a lexicografia e a terminografia. In: *Terminologia e ensino de segunda língua: Canadá e Brasil*. Porto Alegre: Núcleo de Estudos Canadenses, Instituto de Letras, UFRGS, 2001. p. 7 – 27.

CABRÉ, M. T. *La terminología: teoria, metodologia, aplicaciones*. Barcelona: Antartida, 1993. 529 p. : il.

_____. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 24, n.3, p. 289-298, set./dez. 1995.

DIEDRICH, M. H. O reconhecimento de locuções verbais segundo Gaston Gross. In: Gabriela Soares Nogueira Andreatti; Leonardo Vinícius Sfordi da Silva. (Org.). *Perspectivas para o Ensino de Línguas*. 1ªed. Rio de Janeiro: Mares Editores, 2020a, v. 1, p. 106-137.

_____. Registro de expressões idiomáticas em dicionário eletrônico. In: Marina Magalhães de Moraes; Ivo Batista Conde; Nathalia Bezerra da Silva Ferreira; Leonardo Pereira Tavares. (Org.). *Comunicação e educação: perspectivas e*

transformações na era digital. 1ªed.Campina Grande: Amplla, 2020b, v. 1, p. 147-167.

_____. *Topônimos e História Ambiental no Rio Grande do Sul*. 358 f. 2020. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade do Vale do Taquari Univates, Lajeado, 2020c.

FERNÁNDEZ, D. A. La lexicografía como disciplina lingüística. In: GUERRA, Antonia María Medina (Org.). *Lexicografía española*. Barcelona: Ed. Ariel, 2003, p. 31-52.

HEBERLE, M. *Expressões idiomáticas de natureza verbal no DEH (Dicionário Eletrônico Houaiss)*. 2008. 230f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria & prática*. São Paulo: Contexto, 2004. 223 p.

LARA, L. Z. *Da descrição lexicográfica: o caso dos adjetivos estéticos no português brasileiro* [manuscrito]. 2005. 283 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, 2005.

NIKLAS-SALMINEN, A. *La lexicologie*. Paris: Armand Colin, Coll. Cursus, 1997. 188 p.

POLGUÈRE, A. *Lexicologie et sémantique lexicale: notions fondamentales*. Montréal: Les presses de L'Université de Montreal, 2003. 261 p.

QUEMADA, B. Notes sur lexicographie et dictionnaire. *Cahiers de lexicologie*, v. 51. n. 2, p.229-242, 1987.

QUESADA, M. M. G. de. *Estructura definicional terminográfica en el subdominio de la oncología clínica*. Universidad de Granada, 2001. Disponível em: <elies.rediris.es/elies14/cap141.htm>. Acesso em: 1 de mar. de 2008.

REY, A. *Le lexique: images et modèles. Du dictionnaire à la lexicologie*. Paris: Armand Collin, 1977. 307 p.

WELKER, H. A. *Dicionários - uma pequena introdução à lexicografia*, Brasília: Thesaurus, 2004. 287 p.

OS DICIONÁRIOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA PNLD E A REALIDADE DO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO L2 PARA ESTUDANTES SURDOS ¹

Joyce Cristina Souza

Gladis Maria de Barcellos Almeida

INTRODUÇÃO

É comum o entendimento de que língua materna seja aquela falada em casa e compartilhada no seio familiar. Acredita-se, ainda, que seja aquela língua que se aprende primeiro em casa, por intermédio dos pais. Entretanto, para considerar essa definição, deve-se levar em consideração inúmeros fatores que podem ser linguísticos ou não-linguísticos. Segundo Spinassé (2006, p. 5),

a caracterização de uma Língua Materna como tal só se dá se combinarmos vários fatores e todos eles forem levados em consideração: a língua da mãe, a língua do pai, a língua dos outros familiares, a língua da comunidade, a língua adquirida por primeiro, a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva, a língua do dia-a-dia, a língua predominante na sociedade, a de melhor *status* para o indivíduo, a que ele melhor domina, língua com a qual ele se sente mais à vontade [...]. (SPINASSÉ, 2006, p. 5)

Assim, para se definir uma primeira língua (L1), todos os aspectos apresentados são determinantes e devem ser levados em consideração. Para a autora, a L1 é caracterizada pelo fato de que a criança aprende “aparentemente sem esforço, gradualmente e automaticamente, conforme

¹ O presente capítulo é proveniente dos resultados apresentados na dissertação de mestrado intitulada *Dicionários bilíngues português-Libras no ensino para surdos: usos e funções*, de autoria de Joyce Cristina Souza, com orientação de Gladis Maria de Barcellos Almeida. O texto integral está disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13218>, acesso em 27 março 2021.

vai se desenvolvendo mental e fisicamente” (SPINASSÉ, 2006, p. 05). Não necessariamente os termos “língua materna” e “primeira língua” representam a língua da mãe, tampouco a primeira língua que se aprende.

Vigotski (2008 apud LACERDA; LODI, 2010) reitera que os primeiros indícios de fala de uma criança se apresentam por volta de um ano, idade em que ocorrem muitas trocas dialógicas, e essa exposição à língua faz com que a criança realize suas primeiras tentativas de uso das palavras para estabelecer comunicação com os indivíduos com os quais ela convive. Porém, essa realidade só é factível caso a criança não apresente nenhum impedimento para acessar a língua e fazer uso dela naturalmente nas relações estabelecidas, sobretudo, no seio familiar.

No que tange à criança surda, há um impedimento do ponto de vista físico/biológico que interfere no desenvolvimento da língua falada em casa. Isso porque a grande maioria das crianças surdas nasce em famílias ouvintes, que têm como língua materna e primeira língua a língua oral falada no país, a língua portuguesa (LACERDA; LODI, 2010).

Desse modo, quanto à língua oral, pode-se afirmar que a primeira língua ou língua materna da criança surda nem sempre lhe é uma língua possível, dadas as barreiras de participação nas interações por meio do canal auditivo. Para que uma criança surda se desenvolva em sua plenitude, torne-se imprescindível que ela seja exposta o quanto antes a uma língua que independa da oralidade. De acordo com Moura (2014), a língua de sinais se apresenta como a possibilidade de maior eficácia para o desenvolvimento da criança nessas condições.

Considerando a caracterização de língua materna e primeira língua apresentada por Spinassé (2006), apesar de não contemplar alguns aspectos, tais como ser a língua da mãe, do pai ou dos familiares, ou até mesmo a língua da comunidade majoritária, no caso da pessoa surda, a língua de sinais certamente ocupa este lugar de primeira língua, uma vez que esta representa a língua com a qual o indivíduo estabelece uma relação afetiva, da qual ele tem melhor domínio, empregada no seu cotidiano, fazendo com que se sinta mais à vontade para se comunicar.

Do ponto de vista geográfico, quem nasce no Brasil é brasileiro, e de acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a língua oficial

do país é o português. Logo, todo brasileiro teria como primeira língua a língua portuguesa. No entanto, essa realidade não se aplica às pessoas surdas. Sendo assim, se o português não é a primeira língua do surdo e ele é brasileiro, isto é, nasce e cresce neste território, qual seria o lugar da língua oral falada no Brasil na vida desse sujeito?

Mesmo sendo a língua de sinais a primeira língua da pessoa surda, o contato com a língua oficial do país é crucial e inevitável. Em casa, nas ruas, na escola, no trabalho, na sociedade em geral, o português está posto e se manifesta de diferentes formas, seja pela oralidade ou pela escrita.

Portanto, não há como negar a importância dessa língua na vida do surdo, haja vista que eles compartilham da mesma nacionalidade e convivem no mesmo território que as pessoas ouvintes, falantes dessa língua. Ainda assim, aprender o português não é uma tarefa fácil e simples para os surdos, isso porque o ensino dessa língua para esses alunos requer outra lógica de funcionamento, considerando-se que se trata do ensino como segunda língua (L2) e não como língua materna.

Assim, este capítulo visa problematizar o lugar da língua portuguesa e da Libras na educação de surdos, considerando-se, sobretudo: i) os materiais lexicográficos oferecidos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD); ii) em que medida essas obras atendem às necessidades do contexto de ensino de português como L2 para esse alunado. Para desenvolver essa linha argumentativa, é necessário, antes, discorrer sobre a situação do bilinguismo compulsório da criança surda.

O BILINGUISMO SURDO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS PRÁTICAS DE ENSINO DO PORTUGUÊS COMO L2

As práticas de ensino do português para surdos diferem das práticas adotadas para o ensino da língua para ouvintes em inúmeros aspectos, visto que os processos de alfabetização e aprendizagem da escrita compreendem complexidades importantes em se tratando do alunado surdo.

Para Formagio e Lacerda (2016, p. 171), as práticas descontextualizadas de treinamento das habilidades orais-auditivas, ensino de palavras isoladas do contexto enunciativo, memorização e estruturas

gramaticais, entre outras estratégias de ensino não se aplicam à educação de surdos. Defende-se que o ensino do português para o alunado surdo deva ser conduzido de modo que a essência dialógica da linguagem seja preservada, para que o aprendizado dessa língua escrita seja efetivo.

Para isso, um currículo embasado nos pressupostos do ensino bilíngue seria ideal. Esses pressupostos seriam: a) orientar o trabalho das escolas – sobretudo o do professor em sala de aula –, a fim de construir um aprendizado que preconize a Libras como primeira língua e a língua portuguesa (na modalidade escrita) como segunda língua; b) orientar a elaboração/disponibilização de materiais didáticos e lexicográficos, voltados para essa mesma abordagem.

É evidente a importância social do aprendizado da língua oficial do país pelos surdos na condição de segunda língua, visto que a própria lei que dispõe sobre a Libras e a reconhece como forma de comunicação, expressão e como um sistema linguístico, do qual os surdos fazem uso para transmitir ideias e fatos, defende em seu parágrafo único que “a Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002).

Segundo Spinassé (2006), a aquisição de uma L2, por sua vez, se dá quando o indivíduo já domina em parte ou totalmente a sua L1, dando condições para que ele possa fazer o uso dessa segunda língua em situações de comunicação diária, em que a língua desempenhe um papel na integração em sociedade.

No caso do indivíduo surdo, para que o português seja aprendido como segunda língua, é preciso que este já tenha adquirido a Libras como primeira. No entanto, não é raro que haja crianças surdas em fase de ingresso escolar sem uma língua efetivamente constituída e que apresente lacunas significativas. Em situações como essa, a escola tem sido a única responsável pela aquisição e desenvolvimento da língua de sinais (GÓES, 1999; LACERDA; LODI, 2010) e, conseqüentemente, pelo ensino da língua portuguesa. Portanto, torna-se essencial a existência de políticas e programas educacionais que apoiem a realidade dessas escolas.

Segundo Quadros (2016), o resultado do contato entre essas duas línguas faz com que o surdo se torne um sujeito bilíngue. Todavia, o

bilinguismo, para o surdo, implica lidar com duas línguas de modalidades distintas, o português – que apesar de ser uma língua de natureza oral-auditiva, na perspectiva do bilinguismo surdo é trabalhado na modalidade escrita – e a Libras, uma língua de modalidade tridimensional, envolvendo os aspectos visual, espacial e gestual.

Nesse caso, as competências do sujeito surdo bilíngue seriam diferentes, se compararmos as duas línguas: no português escrito, ele pode desenvolver duas habilidades linguísticas: a leitura e a escrita; e na língua de sinais, tais habilidades se dão no âmbito da produção (sinalizar), recepção (ver), escrita (utilizando-se da escrita de sinais) e leitura (também por meio da escrita de sinais).

Segundo Tostes (2018), ao fazer uso das duas línguas, o sujeito bilíngue as utiliza em diferentes proporções, com diferentes propósitos, em diferentes contextos, com interlocutores e níveis de proficiência distintos. Tal afirmação contrapõe a ideia de que o sujeito possui a mesma competência linguística nas duas línguas, sugerindo a noção de equilíbrio, como se nesse mesmo sujeito habitassem outros dois, monolíngues e fluentes em cada uma das línguas.

Trazendo para o contexto da educação bilíngue para surdos, a Libras e o português podem e devem estar presentes concomitantemente em sala de aula. Um exemplo disso é quando se tem o conteúdo em português na modalidade escrita na lousa e o mesmo conteúdo é transmitido pelo professor para explicá-lo.

A relação estabelecida entre essas duas línguas no ambiente escolar e na vida social da pessoa surda é indissociável. O material didático, o registro das atividades, a avaliação etc. acontecem em português, entretanto, a língua de sinais é essencial para a compreensão de todos esses eventos, e é, sobretudo, a língua de instrução e de fala de/para os alunos surdos.

Pensar no ensino do português para surdos exige algumas reflexões sobre a concepção tradicional que se tem sobre o ensino desta língua para ouvintes – seja na condição de falantes nativos como primeira língua, seja para falantes de outras línguas, na condição de aprendizes do português como segunda língua/estrangeira/adicional. Segundo Fernandes (2003, p. 94), o processo de ensino de língua portuguesa escrita será caracterizado por

realidades diferentes para alunos ouvintes – falantes nativos da língua – e para os surdos, para os quais o português será uma segunda língua, sem referências linguísticas auditivas ou naturais. Em razão disso, a língua de sinais desempenha um papel essencial na aquisição do português pelo surdo, já que esta última será adquirida como segunda língua, preferencialmente na modalidade escrita (PEREIRA, 2017).

De acordo com Karnopp (2017), essa escrita não deve ser tratada apenas como uma forma de produção e registro da língua, mas sim como uma prática social, que pode e deve ser utilizada como um ato político, social, mental e linguístico. Brasil (2002) salienta, ainda, que os surdos estão inseridos na cultura nacional, o que implica dizer que o ensino da língua portuguesa deve contemplar temas que favoreçam a afirmação e ampliação das referências culturais que os identificam como cidadãos brasileiros.

As línguas apresentam funções distintas e em cada uma delas o falante faz manifestações e usos distintos. Uma primeira língua, por exemplo, serve ao falante como língua constitutiva e identitária do ponto de vista pessoal, regional, étnico e cultural. Já uma L2 é adquirida sob a necessidade de comunicação dentro de um processo de socialização. “Para o domínio de uma SL² é exigido que a comunicação seja diária e que a língua desempenhe um papel na integração da sociedade” (SPINASEÉ, 2006, p. 6).

Tendo sido exposto esse cenário, cabe agora discorrer sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

PNLD-DICIONÁRIOS: IMPACTOS NO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO L2

No espaço da sala de aula, podem-se considerar úteis para o aprendizado da língua dois relevantes instrumentos linguísticos: a gramática e o dicionário. Neste texto, o foco serão os dicionários e em que medida eles podem ser coadjuvantes para o ensino do português como L2 para o alunado surdo.

² Abreviatura utilizada por Spinassé (2006) para referir-se à segunda língua.

Ao abordar esse tema, é preciso citar a iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que, por meio da Secretaria da Educação Básica (SEB), instituiu o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985. Posteriormente, foi incorporado o termo “material” na nomenclatura, passando a ser chamado de Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Segundo o Decreto Federal nº 9.099 de julho de 2017, o PNLD tem como objetivos:

avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, para as escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual, municipal e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. (BRASIL, 2017)

Todo material distribuído às escolas públicas de educação básica passa por uma avaliação, e somente as obras aprovadas podem ser distribuídas. As obras inscritas devem atender a critérios previamente estabelecidos em edital e avaliadas por especialistas das diferentes áreas do conhecimento, sob a coordenação do MEC, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da SEB.

De acordo com o Decreto nº 9.099/17, o processo de aquisição de materiais didáticos ocorre de forma periódica e regular, de modo a atender todas as etapas e segmentos da educação básica, classificados em (i) educação infantil; (ii) primeiro ao quinto ano do ensino fundamental; (iii) sexto ao nono ano do ensino fundamental; e (iv) ensino médio. Segundo Krieger (2006b), esses materiais correspondem às disciplinas que integram os currículos dessas etapas de ensino, tais como: português, matemática, história, geografia, ciências, entre outras.

Segundo Krieger (2006b), a partir de 2001, o PNLD passou a integrar em seu programa os dicionários e, desde então, estabeleceu critérios de seleção e avaliação para as obras lexicográficas. Com isso, os dicionários foram incorporados nos editais e passaram a ser distribuídos nas escolas para o uso dos professores e alunos de todas as etapas de ensino. Quanto à participação dos dicionários neste novo cenário, cabe o seguinte esclarecimento:

Embora os dicionários de língua não possam ser classificados como livros didáticos *stricto sensu*, seu potencial pedagógico é indubitável, pois ajudam o aluno a ler, a escrever, a expressar-se bem, oferecendo-lhe informações sistematizadas sobre o léxico, seus usos e sentidos, bem como sobre o componente gramatical das unidades que o integram. Em razão disso, os dicionários de língua, a mais prototípica das obras lexicográficas, contribuem para a alfabetização e o desenvolvimento da competência de leitura. (KRIEGER, 2006b, p. 236)

Diante dessa iniciativa política, os dicionários foram legitimados como um tipo específico de material didático e, ao lado do já reconhecido e prestigiado livro didático, foi conferido a eles um caráter de recurso didático-pedagógico fundamental (RANGEL, 2011).

Corroborando essa ideia, Gomes (2011) admite que o dicionário é um livro escolar, que deve estar presente diariamente no ambiente pedagógico. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Maldonado (1998) defende que o dicionário é um tipo de livro, que se caracteriza enquanto material de apoio e uma importante fonte de informações. O autor classifica o dicionário como um *livro de consulta*, diferindo-se dos *livros de leitura* e dos *livros didáticos*.

Assim, com a justificativa de que o dicionário é “um lugar privilegiado de lições sobre a língua” (KRIEGER, 2003, p. 71), o dicionário de língua materna foi incluído no escopo do PNLD, “traduzindo diretrizes de uma importante política pública, de âmbito nacional, no plano da lexicografia e, em particular, no da lexicografia direcionada para a escola” (KRIEGER, 2006b, p. 236).

A partir de 2006, o PNLD incluiu no edital os dicionários, estabelecendo novos parâmetros direcionados à indústria editorial, a fim de que essa formulasse propostas lexicográficas mais alinhadas com o perfil do público visado. Tais parâmetros serviram como critério para a seleção e aquisição dos dicionários de português nos editais subsequentes.

Em 2012, o PNLD publicou um novo edital, convocando a indústria editorial a participar do processo para a avaliação de dicionários de português, indicados para os alunos da rede pública brasileira. Neste segundo edital, foi notável o aprimoramento dos elementos que compõem os critérios para a seleção de obras adequadas às necessidades do alunado.

No entanto, o deslocamento do dicionário para o uso em sala de aula e o reconhecimento do seu papel pedagógico não garantem o uso consciente e adequado desse instrumento, para contribuir de fato na alfabetização e na aprendizagem dos alunos. Diante disso, o professor torna-se uma peça essencial nesse processo, haja vista que sem o conhecimento sobre a potencialidade didática/pedagógica e das possibilidades de uso do dicionário, este grande instrumento linguístico torna-se quase ineficaz.

Contudo, há de ser considerado o fato de que essas mesmas escolas que recebem esses materiais atendem uma diversidade de alunos, e dentre essa diversidade há aqueles que não são falantes do português como língua materna, como é o caso dos surdos, público para o qual o português é a segunda³ língua. Inclui-se também nessa diversidade aqueles alunos que possuem alguma limitação de “natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (BRASIL, 2015), que necessitam de recursos extras e/ou complementares para viabilizar a sua participação e aprendizagem.

É importante ressaltar que tal diversidade é amparada por inúmeros dispositivos oriundos de políticas públicas e legislação, e a escola deve não apenas receber e acolher a todos, como também promover um espaço de ensino-aprendizagem favorável às suas necessidades. Do mesmo modo, os programas subsidiados pelo Governo Federal devem fazer o mesmo. No caso do PNLN, o Decreto nº 9.099, de julho de 2017, apresenta no artigo 2º os seus objetivos:

- I. aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a conseqüente melhoria da qualidade da educação;
- II. garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;
- III. democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;

³ Cabe destacar que, em alguns casos de alunos indígenas, provenientes de regiões de fronteira, o português é a terceira língua, cabendo ao espanhol o lugar de segunda. Exemplo disso ocorre em São Gabriel da Cachoeira, cidade localizada na Amazônia, exatamente na fronteira com a Colômbia e a Venezuela. A população desse município é 90% indígena. Dentre várias etnias, destacam-se os povos Baniwa, Tukano e Baré (mais informações podem ser obtidas no Instituto Socioambiental – ISA em <www.socioambiental.org>. Acesso em 23 março 2021).

- IV. fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
- V. apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor;
- VI. apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular. (BRASIL, 2017).

Valendo-se do item III exposto no referido Decreto, tem-se que as fontes de informação e cultura devem ser democratizadas, isto é, tornarem-se acessíveis à maior parte da população. Compõe o escopo de fontes de informação no ambiente escolar todo e qualquer material utilizado para disseminar conhecimento, seja sobre os conteúdos escolares, seja sobre outras questões que circulam nesse ambiente.

Da mesma forma, a democratização do acesso é garantida pela Lei nº 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Trazendo essa discussão para o âmbito da proposta do PNLD, objetiva-se, aqui, identificar as ações destinadas a contemplar uma parcela desse público estudantil, que compõe o quadro discente matriculado nas escolas regulares, os surdos. Assim, investigou-se de que maneira o Programa tem se articulado para atender os alunos que demandam algum tipo de acessibilidade nas obras selecionadas e disponibilizadas às escolas, fundamentalmente, os estudantes surdos, público-alvo da educação bilíngue.

Ao analisar os editais dos anos 2012, 2018, 2019 e 2020, lançados pelo PNLD, identificou-se uma seção que trata das questões de acessibilidade nas obras. Dos pontos mencionados neste tópico do edital, nota-se uma tentativa de atender a algumas especificidades de alunos com deficiência visual e auditiva⁴ por meio de recursos tecnológicos e tecnologias assistivas⁵.

⁴ Neste trabalho optou-se por utilizar o termo surdo e não deficiente auditivo, pois levou-se em consideração não a deficiência, mas sim a diferença linguística do referido público.

⁵ Tecnologia Assistiva é um termo ainda novo, utilizado para designar o agrupamento de dispositivos, recursos, serviços, técnicas e processos que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover uma melhor qualidade de vida, autonomia e inclusão.

No ano de 2020, além do edital de convocação geral, houve também a publicação de um edital de convocação para o processo de produção em braille e EPUB3⁶ de obras didáticas, que foi intitulado PNLD 2020 – Acessibilidade. Na Tabela 1 a seguir, é possível observar tanto os recursos como os diferentes públicos a serem atingidos em cada edital.

Tabela 1 – Acessibilidade nas obras didáticas do PNLD de acordo com os editais

	Edital 2012	Edital 2018	Edital 2019	Edital 2020
Público	alunos e professores cegos nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.	alunos e professores com deficiência	alunos e professores com deficiência	alunos e professores com deficiência
Recurso	obras dos tipos 3 e 4 em formato acessível digital MecDaisy ⁷ , apresentadas em DVD, dicionários do tipo 1 e 2 acessíveis em Braille , formato digital bilíngue – língua portuguesa/LIBRAS	obras em formato acessível EPUB3 (EPUB 3.0.1), produção em Braille , formato digital acessível – Libras /língua portuguesa	obras em formato acessível EPUB3 (EPUB 3.0.1), produção em Braille , formato digital acessível – Libras /língua portuguesa	obras em formato acessível EPUB3 (EPUB 3.0.1), produção em Braille , formato digital acessível – Libras /língua portuguesa

Fonte: elaborado pelas autoras

⁶ Tecnologia que permite a produção de livros digitais com vários recursos de acessibilidade, além da possibilidade de inclusão de vídeos, áudios, audiodescrição, exercícios interativos, *links* internos e externos (disponível em: <http://www.maosemmovimento.com.br/tag/pnld/>. Acesso em 23 mar. 2021).

⁷ Trata-se de uma solução tecnológica que permite a produção de livros em formato digital acessível, no padrão Daisy. O Mecdaisy possibilita a geração de livros digitais falados e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado (disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/mecdaisy/>. Acesso em 23 março 2021).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta algum impedimento de longo prazo. Tal impedimento pode ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Exceto no Edital de 2012, que citou explicitamente o tipo de deficiência para a qual seriam destinados os recursos de acessibilidade, no caso a deficiência visual, os outros editais optaram por utilizar a expressão “alunos e professores com deficiência”.

Do ponto de vista operacional, utilizar expressões generalistas como esta pode ocasionar o efeito contrário ao que se espera, pois considerando a diversidade de deficiências e as especificidades de cada uma delas, ao tentar contemplar todas, pode-se não contemplar nenhuma. Nesse caso, seria ideal que as deficiências atendidas com os recursos fossem explicitadas, a fim de que o elaborador da obra, seja ela um livro didático ou um dicionário, tenha ciência e, a partir daí, tome as devidas providências para tornar verdadeiramente acessível o material.

De acordo com a Lei 10.753/2003, que institui a Política Nacional do Livro, é assegurado às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (Art.1º, inciso XII) e que os livros impressos no Sistema Braille sejam previstos e reconhecidos do ponto de vista legal como livro. O Decreto 9.099/2017, por sua vez, no capítulo primeiro, § 3º, afirma que o PNLD garantirá o atendimento aos estudantes, aos professores e aos gestores das escolas beneficiadas, previamente cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica, mas não traz nenhuma especificação sobre o atendimento aos estudantes e professores com alguma necessidade especial, que possa vir a ser requerida em virtude de alguma deficiência.

O referido Decreto também cita o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais enquanto uma das diretrizes do PNLD. É essencial que a diversidade linguística seja considerada nesse documento, pois, dessa forma, a reivindicação por medidas providenciais relacionadas à presença

da língua de sinais nas obras e materiais didáticos, assim como nos dicionários, seria atendida.

Ressalte-se, ainda, a possibilidade de haver dicionários que possam ser utilizados em sala de aula para o ensino do português, não como língua materna – pois no caso dos surdos, a língua materna, ou matriz, é a Libras –, mas sim como segunda língua, como bem retrata algumas legislações (BRASIL, 2002; 2005; 2015). Vale lembrar que o português não é considerado língua estrangeira para o surdo, e sim L2.

Percebe-se, também, que há uma importante diferença entre os editais no que se refere a consulentes bilíngues: a direção da obra. No edital de 2012, está referido “**língua portuguesa**/Libras”, já nos editais de 2018, 2019 e 2020, está mencionado “**Libras**/língua portuguesa”. Além disso, em todos os editais há as palavras “acessibilidade” ou “acessível”, no entanto, em momento algum são dadas informações sobre o suporte ou mesmo sobre os mecanismos a serem adotados para tornar os materiais devidamente acessíveis.

De acordo com a Assessoria de Comunicação Social do FNDE, no ano de 2007, pela primeira vez, estudantes das primeiras séries (assim denominado na época) do Ensino Fundamental com deficiência auditiva receberam um livro digital em Libras para fins de alfabetização. Na ocasião, foram distribuídos 16 mil exemplares nas escolas de todos os estados com alunos surdos matriculados.

Antes disso, segundo a responsável pela Secretaria Nacional de Educação Especial na época, Cláudia Dutra, o MEC já havia disponibilizado textos de literatura em Libras e dicionários trilingües – inglês, português e Libras nas escolas, os quais, a propósito, tiveram uma boa repercussão. A secretária afirmou, ainda, que os exemplares foram formatados em mídia CD-ROM e que o material continha também atividades ou questões em português, mas que, se clicado em um ícone específico da tela, uma janela com um tradutor-intérprete de Libras se abriria, apresentando o respectivo conteúdo na língua do aluno. Além do CD-ROM, os alunos recebiam um livro na versão impressa para auxiliar no aprendizado do português escrito.

Segundo Freitas (2016), esse livro didático ainda é pouco utilizado na sala de aula, tendo em vista alguns equívocos comuns ao ensino de uma

segunda língua. Pressupõe-se que os mesmos equívocos ocorram quanto ao uso dos dicionários nesse mesmo contexto. Freitas (2016) revela que os livros mencionados na entrevista com a secretária Cláudia Dutra fazem parte de uma coleção chamada Pitangüá, que foi editada em papel pela Editora Moderna. Os livros desta coleção abrangem as quatro séries iniciais do ensino fundamental e contemplam as disciplinas de português, matemática, história, geografia e ciências.

No que se refere ao dicionário trilingue mencionado anteriormente, segundo Klimsa (2016), no ano de 2006, as escolas públicas passaram a receber o *Dicionário enciclopédico trilingue - Libras/português/inglês*, elaborado por Capovilla e Raphael (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001). A referida obra foi bem-vista pelo seu público como um material didático importante para o trabalho do professor em sala de aula e para os próprios alunos surdos. No ano seguinte (2007), com a ampliação da distribuição do dicionário, alunos do ensino fundamental II e ensino médio passaram a ser contemplados.

Além das duas iniciativas apresentadas acima, não foram encontradas outras ações que fomentassem o mercado editorial (envolvendo livros didáticos e dicionários) voltadas para a produção de obras (livros/materiais didáticos e dicionários) para o uso escolar envolvendo o alunado surdo.

Como se pôde observar, as iniciativas do PNLD para atender às demandas dos alunos surdos que estão em fase de aquisição da língua portuguesa escrita ainda são tímidas no tocante aos dicionários, mesmo tendo sido reconhecido, por instrumentos legais, os direitos linguísticos das pessoas surdas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inquestionável que o dicionário seja um instrumento de grande importância para as sociedades de cultura, haja vista que ele é o único lugar que contém, de forma sistemática, o léxico de uma língua (KRIEGER, 2006a). É inegável, também, que esse instrumento tenha sido criado para servir às necessidades linguísticas de um determinado coletivo em um

determinado contexto. Isso tudo faz do dicionário um componente significativo no ambiente escolar e, se bem-organizado e utilizado, pode colaborar com o ensino-aprendizagem de língua nesse contexto.

Entretanto, observou-se que os dicionários que chegam até os alunos surdos em classes bilíngues têm uma série de limitações que dificultam a consulta, uma das principais delas é a direção português-Libras, já que o acesso se dá pela palavra em português, o que inviabiliza a busca caso o consulente desconheça a representação gráfica da palavra buscada.

Urge, pois, ampliar o escopo do PNLD de forma a atender, de fato, essa demanda há muito reprimida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. *Constituição da república federativa do Brasil*.

Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 20 mar. 2021.

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. *Língua brasileira de sinais* –

Libras e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em 20 mar. 2021.

_____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Lei nº 10.436, de 24

de abril de 2002, *Língua Brasileira de Sinais* – Libras [art. 18 da Lei nº

10.098, de 19 de dezembro de 2000]. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 20 mar. 2021.

_____. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da

Pessoa com Deficiência. *Estatuto da pessoa com deficiência*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 20 mar. 2021.

_____. Decreto 0.099, de 18 de julho de 2017. *Programa nacional do livro e do material didático*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm>. Acesso em 20 mar. 2021.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua brasileira de sinais*. Volume I: sinais de A a L e volume II: sinais de M a Z. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2001.

FERNANDES, R. M. C. *Educação bilíngue para surdos: identidade, diferenças, contribuições e mistérios*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná, 2003.

FOMAGIO, C. L. S.; LACERDA, C. B. F. Ensino de português como segunda língua e a centralidade da Libras. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F.; MARTINS, V. R. O. (orgs). *Escola e diferença: caminhos para educação bilíngue de surdos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

FREITAS, L. A. G. O livro didático na educação dos surdos: uma releitura sobre as atividades propostas. PUCRio. *Pesquisas em discurso pedagógico*, 2016. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26719/26719.PDFXXvmi=>>. Acesso em 03 jun. 2020.

GÓES, M. C. R. *Linguagem, surdez e educação*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

GOMES, P. V. N. A aquisição lexical e uso do dicionário escolar em sala de aula. In: CARVALHO, O. L. S.; BAGNO, M. *Dicionários escolares: políticas, formas & usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

KARNOPP, L. B. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI, A. C. B. et al. *Letramento e minorias*. 8ª. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2017.

KLIMSA, S. B. F. *Proposta de dicionário infantil bilíngue Libras/português*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba, 2016.

KRIEGER, M. da G. Dicionário de Língua: um instrumento didático pouco explorado. In: TOLDO, C. S. (org.) *Questões de linguística*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

_____. Tipologias de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias. *Calidoscópio*, v. 4, n. 3, p. 141-147, set. / dez., 2006a.

_____. Políticas públicas e dicionários para escola: o programa nacional do livro didático e seu impacto sobre a lexicografia didática. *Cadernos de Tradução Florianópolis*, n.18, p. 235-252, 2006b.

- LACERDA, C. B. F.; LODI, A. C. B. A inclusão escolar de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: LACERDA, C. B. F.; LODI, A. C. B. *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização* (pp. 11-32). Porto Alegre: Mediação, 2010.
- MAHER, T. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. In: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO, S. (Orgs.). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 67-94.
- MALDONADO, C. *El uso del diccionario em la aula*. Madrid: Arco, 1998.
- MOURA, M. C. Surdez e linguagem. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira. *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos*. São Paulo: EdUFSCar, 2014. p. 13-26.
- PEREIRA, M. C. C. *Papel da língua de sinais da aquisição da escrita por estudantes surdos*. In: LODI, A. C. B. et al. (orgs.). 8. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2017.
- QUADROS, R. M. *Documentação da língua brasileira de sinais*. Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística. GARCIA, M.V. C. (orgs.) Brasília, DF: Iphan, 2016, p. 157-174.
- RANGEL, E. O. Dicionários escolares e políticas públicas em educação: a relevância da proposta lexicográfica. In: CARVALHO, O. L. S.; BAGNO, M. *Dicionários escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- SPINASSÉ, K. P. Os Conceitos de língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. *Revista Contingentia*, v. 1, 2006.
- TOSTES, S. R. *A atuação de psicólogo bilíngue no atendimento terapêutico à pessoa surda*. São Carlos, 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, 2018.

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA LÍNGUA BRASILEIRA
DE SINAIS – *UM ESTUDO DO CAMPO SEMÂNTICO*
PROFISSÕES EM SÃO LUÍS-MA¹

Matheus da Silva Lopes

Zuleica de Sousa Barros

INTRODUÇÃO

O léxico é uma das partes mais importantes de uma língua, afinal, trata-se de seu repertório vocabular, ou seja, dos signos que a compõem. Dessa forma, o léxico apresenta não apenas palavras isoladas que possibilitam a comunicação, mas, também, a própria história cultural e social de um povo (OLIVEIRA; ISQUERDO, 2001). Essa relação é tão íntima que, em certas ocasiões, os aspectos históricos e socioculturais mesclam-se com o vocabulário e tornam-se partes uns dos outros. Dado que a língua é uma das formas de comunicação e linguagem, é evidente que ela esteja conectada à cultura – ou melhor, que seja parte desta – uma vez que os usuários categorizam e classificam o mundo e suas experiências (individuais e coletivas) por meio da língua – mais especificamente, do léxico.

A língua brasileira de sinais (libras) é uma língua relativamente nova, considerando que seus estudos linguísticos se iniciaram na década de 80 (BRITO, 2010) e vêm sendo realizados desde então. Assim, por ser uma língua jovem, cujo reconhecimento legal se deu há 16 anos, ainda existem temas pouco abordados dentro dessa área e uma carência de materiais que

¹ Recorte do Trabalho de Conclusão de Curso, de mesmo título, apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras-Libras, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) por Lopes (2019).

comportem as discussões acerca do uso e da estruturação linguística da libras.

Dentre os temas que apresentam maior relevância e, curiosamente, poucos materiais analítico-descritivos, está a variação linguística. As pesquisas sociolinguísticas sobre as línguas de sinais são de extrema relevância para a compreensão de fatores que ocasionam o surgimento de variantes pelo país, bem como para catalogar os sinais da mesma forma como são feitos os registros de palavras em línguas orais. Ademais, ter conhecimento do processo variacionista em uma língua de sinais pode reforçar seu caráter linguístico, uma vez que a descrição e análise do tema permite aos pesquisadores e usuários da língua assimilar as diversas formas de expressão contidas no sistema, bem como perceber o papel que os condicionadores internos e externos (COELHO *et al.*, 2015) têm sobre a língua.

Nesta perspectiva, o presente trabalho é motivado pela necessidade de investigação e análise das variações linguísticas que ocorrem no uso da língua brasileira de sinais, bem como pela supracitada carência de estudos que fundamentem a temática escolhida. Sabendo do atual *status* linguístico que a libras possui, é natural e urgente que as pesquisas voltadas a essa língua sejam expandidas para campos ainda pouco explorados, como o sociolinguístico. Esta pesquisa objetivou a investigação da variação linguística nos sinais relacionados ao campo semântico *profissões*, com a posterior criação de um glossário com as variantes catalogadas, e os fatores condicionantes desse fenômeno. Para atingir tais objetivos, algumas perguntas norteadoras foram feitas: há diferenças entre a sinalização dos usuários de libras em São Luís e os sinais das profissões registradas no dicionário-base (CAPOVILLA *et al.*, 2017)? Se há variações, estas encontram-se dicionarizadas na obra de referência? Quais são os fatores que influenciam nas possíveis variações de sinalização em São Luís? Homens e mulheres diferem na sinalização dos itens pesquisados (advogado, bombeiro, dentista, enfermeiro, motorista e policial)? Essas são questões que buscamos responder no decorrer do estudo.

Os estudos realizados com a libras atestam claramente a diferença regional encontrada nos estados do Brasil. Essa diferença é marcada pelo

uso de sinais variados para um mesmo referente. O interessante é que alguns sinais das línguas de sinais apresentam traços socioculturais específicos das comunidades que as utilizam, evidenciando a realidade dos usuários e a percepção/categorização da realidade feita por eles (STROBEL; FERNANDES, 1998).

Considerando essas informações, realizamos um estudo sociolinguístico e lexicológico da libras à luz de autores como Labov (2008), Quadros; Karnopp (2004) e Coelho *et al.* (2015), que subsidiam as discussões aqui levantadas e permitem identificar, analisar e comparar os dados coletados durante as entrevistas com os disponíveis no *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil* (CAPOVILLA *et al.*, 2017).

Assim, o principal objetivo aqui apresentado foi de comparar alguns sinais do campo semântico *profissões*, documentados no *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil* (CAPOVILLA *et al.*, 2017), com os mesmos sinais utilizados pela comunidade surda ludovicense, comparação esta que originou um pequeno glossário com as variantes encontradas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de apresentarmos o percurso metodológico da pesquisa e seus respectivos resultados, cumpre fundamentar o trabalho com os dois campos disciplinares que possibilitaram as bases científicas desta e de outras pesquisas com a língua de sinais. Trata-se da Lexicologia e da Sociolinguística, cujas contribuições foram essenciais para a compreensão de alguns fenômenos da língua, que envolvem também as questões geográficas e socioculturais da comunidade analisada.

Para Polguère, “A *Lexicologia* é um ramo da Linguística que estuda as propriedades das unidades lexicais da língua, denominadas *lexias*” (2018, p. 49, grifos do autor). Dessa forma, o autor pondera a dificuldade isolar a noção de lexia com um simples conceito, dado que essa mesma noção está interligada a outros aspectos da língua e, conseqüentemente, da Lexicologia. Além disso, a justificativa pela escolha do termo *lexia* é a complexa e imprecisa definição de *palavra* numa língua, somado ao fato de que, ao ter um objeto de estudo, a Lexicologia se circunscreve num campo mais

científico e técnico, com sua própria investigação entre os ramos da Linguística (POLGUÈRE, 2018).

Assim, para o autor, a lexia pode ser um *lexema* ou uma *locução*, ambas dotadas de significado e com uma importante relação semântica com os demais constituintes da língua. Nosso intuito aqui não é o de conceituar as noções da Lexicologia já estudadas por Polguère e outros pesquisadores, mas, sim, delinear algumas questões que servem como alicerce teórico de nossa pesquisa e que podem ser transpostas à libras, contribuindo para o aprofundamento em sua estrutura. Nesse sentido, as lexias em língua de sinais, seriam equivalentes aos sinais utilizados para a estruturação de sentenças e posterior comunicação, levando em conta os variados sentidos que um mesmo sinal pode carregar dentro da língua, que, a depender de seu contexto de uso, gerará uma significação específica para os interlocutores.

Nisso, ressaltamos que a Lexicologia e a Semântica trabalham lado a lado para o estudo e compreensão das particularidades do léxico de uma língua, resultando, portanto, na chamada Semântica Lexical. É interessante pontuar, ainda, que o estudo das lexias pressupõe uma série de outros apontamentos a elas relacionados e que permitem o entendimento mais claro do referido objeto de estudo. Contudo, neste trabalho, o olhar estará voltado para uma perspectiva também sociolinguística, uma vez que seus pressupostos foram utilizados para a construção e – sobretudo – para a coleta dos dados que compõem esta pesquisa. Desta forma, a Lexicologia dá suas contribuições para o presente estudo de forma a analisar, teoricamente, os dados obtidos, pois estes fazem parte da linguagem comum, corriqueira e, como tais, estão inseridos no léxico da língua brasileira de sinais.

Por estarmos falando de léxico, entendemos que esta é uma área vasta da língua, apresentando muitas categorias que se encontram mais abertas à criatividade dos falantes (POLGUÈRE, 2018) e que são influenciadas por fatores linguísticos e socioculturais variados (OLIVEIRA; ISQUERDO, 2001; LABOV, 2008), resultando, assim, num processo de variação linguística comentado, inclusive, por Polguère (2018). Essa abertura linguística à variação estabelece um *link* entre Lexicologia e Sociolinguística, ponte que utilizamos em nosso estudo, direcionando as noções de ambas as áreas à libras.

No que tange à Sociolinguística, Coelho *et al* (2015, p. 12) definem esse campo teórico como “a área da Linguística que estuda a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos”. A principal ideia da Sociolinguística, na qual um dos principais expoentes é William Labov após a publicação de sua obra *Padrões sociolinguísticos* em 1972, é a de que a língua apresenta variação, sendo esta uma característica inerente a ela e um dos traços que a nomeiam como língua, de fato. Isso significa dizer que, pelo fato de ser dinâmica, a língua apresenta diferentes formas de expressão para os mesmos referentes e, em certas situações, essas formas deixam de variar e se concretizam em uma *mudança linguística*. Isso é corroborado por teorias como a de Saussure (2012), que trabalhou com a *langue*, em função da sua “não-variabilidade” em detrimento da *parole*, de caráter mais individual e assistemático/variacionista.

A partir de estudos como os empreendidos por Labov (2008), percebeu-se a relação íntima entre língua e sociedade e seus desdobramentos a nível empírico e científico. A língua está submetida a forças que estão para além dos limites linguísticos, chamados de *condicionadores* (COELHO *et al*, 2015), que ajudam na ocorrência da variação. Esses fatores podem ser vistos como idade, escolaridade, condição socioeconômica, sexo e localidade dos indivíduos, por exemplo, todos eles impactando diretamente no uso da língua. No entanto, vários autores afirmam que a existência da variação só se dá em virtude de um padrão estabelecido para a língua e que esse fenômeno não ocorre de forma aleatória e espontânea, mas, como mencionado, depende de influências internas e externas à língua – dado que esta é um sistema organizado e heterogêneo, cujas regras permitem ou barram determinadas construções (COELHO *et al*, 2015).

Além disso, para se investigar a variação, é necessária uma metodologia apurada e específica, que abrange vários passos – desde a escolha do tema à análise dos dados – visando confirmar ou refutar hipóteses quanto a determinado aspecto no uso da língua. É de uma parte desse percurso que nos utilizamos neste trabalho, aplicando-o à libras no campo semântico selecionado e de acordo com as variáveis que resolvemos controlar em nossa observação.

Ao aplicarmos os conhecimentos da Sociolinguística e da Lexicologia à libras, reforçamos não somente seu caráter linguístico, como também podemos observar fenômenos semelhantes aos que ocorrem em línguas orais e, mais ainda, especificidades do sistema espaço-visual ainda pouco explorados no ambiente acadêmico. Da Lexicologia, trazemos as observações teóricas sobre as lexias e suas propriedades; da Sociolinguística, a metodologia de coleta e análise que perpassa pela influência dos fatores socioculturais. Tudo isso aplicado a uma variedade linguística e a um campo semântico ainda pouco trabalhado nas pesquisas científicas e obras de referência: a variedade ludovicense em contraste com a variedade apresentada por Capovilla *et al* (2017) no *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil*.

A seguir, apresentaremos os aspectos metodológicos que nos guiaram na realização desta pesquisa no ano de 2019.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Introduzindo a metodologia adotada nesta pesquisa, comentaremos brevemente sobre os estudos sociolinguísticos enquanto trabalhos metodológicos e procedimentalmente orientados. Em seguida, apresentaremos as etapas da referida pesquisa – tais como a escolha do campo semântico, das teorias de referência, dos informantes e das próprias lexias, entre outros passos – que serão explicitadas de forma mais detalhada nas seções seguintes.

SELEÇÃO DO CORPUS E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

A seleção do *corpus* inclui a escolha da localidade, do campo semântico, dos informantes (e a definição dos critérios para tal escolha), dos itens lexicais e – resumidamente – a forma como os dados foram coletados.

A presente pesquisa foi realizada no município de São Luís, localizado ao norte do estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil. Os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo se desenvolveram na comunidade surda que habita a cidade.

Os informantes foram selecionados após a definição do campo lexical e das lexias a serem pesquisadas. Os perfis foram construídos a partir de critérios estabelecidos pelos pesquisadores, conforme diretrizes da pesquisa sociolinguística (TARALLO, 2007; LABOV, 2008; COELHO *et al.*, 2015).

Os critérios são os seguintes:

- *Sexo*: os indivíduos participantes da pesquisa são, respectivamente, 03 (três) homens e 03 (três) mulheres;
- *Idade*: todos os entrevistados possuem mais de 18 anos;
- *Condição neurossensorial*²: todos os entrevistados possuem surdez adquirida, cujo grau (leve, moderado, severo e profundo) não foi necessariamente controlado;
- *Condição linguística*: todos os informantes utilizam a libras como primeira língua (L1) e são fluentes no código, de modo que, em termos de sinalização, não houve influência da língua portuguesa;
- *Localidade*: a maioria dos entrevistados reside no município de São Luís ou não se afastaram deste por mais de 1/3 da vida. (CARDOSO, 2010)

A opção pelo campo semântico “profissões” se deu após constatações empíricas das variações na sinalização de usuários da libras em São Luís. Os sinalizantes apresentaram algumas diferenças em relação ao léxico previamente registrado por Capovilla *et al.* (2017), representando, portanto, uma variedade não catalogada da língua de sinais do Brasil. Por ser um campo que mostrava um índice interessante de variações, assim como por pertencer ao campo da linguagem cotidiana, as profissões foram escolhidas como objeto de estudo desta pesquisa.

A seleção das lexias ocorreu de acordo com o índice empírico de variações. Originalmente, estabelecemos uma quantidade máxima de unidades lexicais a serem pesquisadas: 06 (seis) lexias. São elas *advogado (a)*, *bombeiro (a)*, *dentista*, *enfermeiro (a)*, *motorista* e *policial*. No entanto,

² O termo *neurossensorial* foi escolhido mediante seu amplo uso na área médica para designar uma deficiência ou perda de um dos sentidos. Assim, por entender que esse vocábulo expressa a mesma condição à qual aqui nos referimos, optamos por utilizá-lo.

somente uma dessas será analisada neste artigo. A justificativa para essas escolhas vem da observação empírica – a respeito das diferentes formas utilizadas no dia a dia dos surdos ludovicenses para se referirem a essas profissões – e de observações científicas – a obra selecionada como referência apresenta para quase todos esses itens mais de uma possibilidade sinalização.

Para a realização da pesquisa, alguns instrumentos foram selecionados a fim de tornar viável o estudo e a coleta dos dados. Os instrumentos foram: questionário estruturado (GEHARDT; SILVEIRA, 2009), réalias (imagens correspondentes aos itens lexicais), Termo de Consentimento e Livre Participação e ficha lexicográfica – sendo esta última para registro formal das variantes catalogadas e posterior organização do glossário.

A aplicação ocorreu por meio de entrevistas com os informantes surdos de São Luís, mediadas pelo questionário estruturado. Os encontros foram realizados no segundo semestre de 2019. Esses espaços foram: um *campus* do Instituto Federal do Maranhão, um polo EaD de uma instituição de ensino superior (IES) e a Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA).

Os dados foram registrados em uma ficha lexicográfica baseada na ficha utilizada por Prometi (2013), sendo adaptada para os propósitos deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em consideração que a variação aqui trabalhada diz respeito ao léxico da libras, as variantes foram analisadas com atenção aos parâmetros. Neste artigo, optamos por trazer apenas algumas das realizações linguísticas dos informantes, a título de informação, focando no item lexical *bombeiro*, em virtude da quantidade maior de variação.

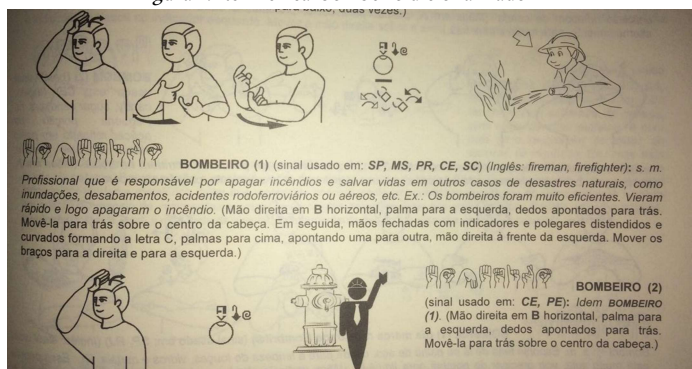
A análise foi feita de forma alternada, ou seja, um informante do sexo feminino seguido por um informante do sexo masculino. Para tanto, convençionamos a seguinte legenda: I, representando a categoria *informante*; o número da sequência de entrevistados (de 01 a 06); e as letras

F e M para identificação dos gêneros *feminino* e *masculino*, respectivamente.

ITEM LEXICAL BOMBEIRO E SUAS VARIAÇÕES

O item lexical seguinte é *bombeiro*, que no *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil* encontra-se registrado das seguintes formas:

Figura 1: Item lexical bombeiro dicionarizado



Fonte: Capovilla et al (2017).

O primeiro sinal é composto, representando o capacete utilizado pelos bombeiros e a mangueira que tem como função canalizar a água para extinguir o fogo. Não há, além desses traços de iconicidade, nenhum aspecto que simule a sonoridade da água ou algo semelhante. Portanto, trata-se de um sinal icônico (SAUSSURE, 2012; STROBEL E FERNANDES, 1998), ou seja, um sinal que reflete características visuais que possuem relação direta com o referente.

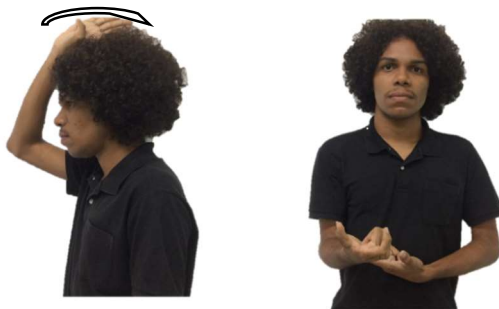
Já o segundo sinal representa apenas o capacete do bombeiro, sendo uma forma mais simplificada do primeiro sinal.

A seguir, veremos quais foram as realizações dos informantes pesquisados.

Informante I01F

A informante 01 apresentou a seguinte sinalização:

Figura 2: realização do item lexical *bombeiro* pela informante 01



Fonte: o autor.

Neste sinal não há diferença entre o sinal dicionarizado e o sinal obtido por intermédio da informante. A sinalização é clara e não há traços que exija movimento dos lábios para explicitar o conceito. Assim, o sinal descrito pela informante 01 caracteriza-se como padrão, levando em consideração a obra de Capovilla *et al.* (2017).

Informante I02M

O entrevistado seguinte produziu o sinal abaixo:

Figura 3: realização do item lexical *bombeiro* pelo informante 02



Fonte: o autor.

O caso acima ilustra uma realização não-padrão da lexia apontada. Dois dos parâmetros diferem totalmente da variedade catalogada pelos autores e as semelhanças estão na locação, no movimento e na orientação da mão. Além disso, esse sinal é classificado como simples, uma vez que não há nenhum outro anterior ou posterior que complemente o seu sentido. A escolha da configuração de mão número 21³ é interessante porque marca um traço linguístico que não foi percebido nas demais sinalizações, configurando uma variedade até então não conhecida. Dessa forma, o sinal pode ser considerado uma variação da entrada (2) do dicionário.

4.1.1. Informante I03F

A informante 03 nos forneceu o seguinte sinal:

Figura 4: realização do item lexical bombeiro pela informante 03



Fonte: o autor.

Esse sinal também coincide com uma das possibilidades se encontram dicionarizadas. Embora os parâmetros sejam os mesmos, ainda

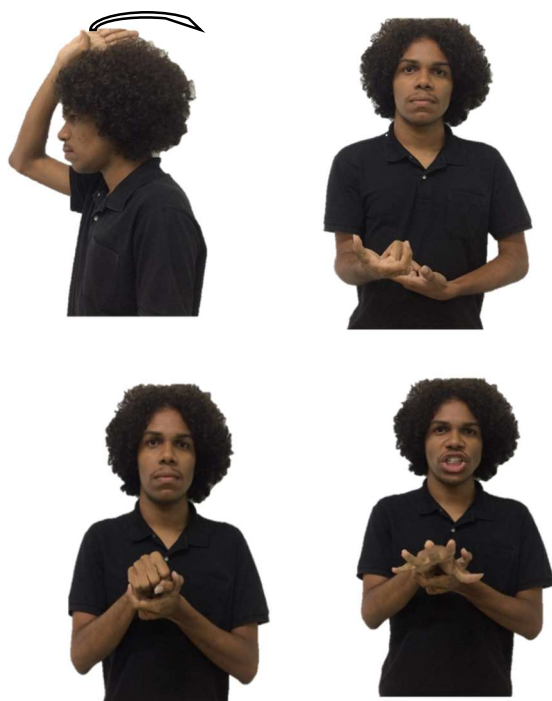
³ De acordo com a tabela de configurações de mão do Instituto Nacional de Educação de Surdos (2014), utilizada como referência para este trabalho. Disponível em <[| 185](https://www.google.com/search?q=tabela+de+configura%C3%A7%C3%A3o+de+m%C3%A3o+ines&sxsrf=ALeKk01KwayLI1AZhnGESBbTtAGN2U6akg:1597975442361&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwj2y-e0mqvrAhU6HbkGHXzjBiUQ_AUoAnoECAwQBA&biw=1360&bih=625#imgsrc=ARDpZMcG3KXy1M&imgdii=E994UPFdBKGfcM>.>></p></div><div data-bbox=)

se trata de um sinal simples, que não vem acompanhado de nenhum outro que explique o significado contido no primeiro. Assim, podemos pensar que, para esta informante, uma descrição mais detalhada do conceito seria facultativa, pois o sinal que remete ao capacete já seria suficientemente inteligível ao interlocutor.

4.1.2. Informante I04M

O informante 04, ao ser questionado sobre a lexia *bombeiro*, produziu o seguinte sinal:

Figura 5: realização do item lexical bombeiro pelo informante 04



Fonte: o autor.

Diferente das sinalizações anteriores, este informante apresenta uma possível preocupação com o entendimento de seu interlocutor, pois o sinal

por ele realizado é composto por três sinais menores que não apresentam significado em si. Assim, a descrição “capacete + mangueira + jato de água” torna muito claro o significado pertencente àquela lexia. É possível que, devido ao seu contato significativo com pessoas ouvintes (sinalizadoras ou não), este informante tenha desenvolvido uma ênfase nos conceitos de sua sinalização, de modo a levar os ouvintes (ou até mesmo outros surdos) à compreensão clara e direta de seu discurso. Isso é evidenciado, sobretudo, pelo uso de um sinal icônico que faz referência ao jato de água expelido pela mangueira de um bombeiro. De forma simultânea a essa articulação manual, a expressão facial remete à ideia de um barulho forte, de alta pressão – o barulho típico de um grande jato de água.

Portanto, diferente do registro de Capovilla *et al.* (2017), este sinal torna todo o significante visual, não deixando margens aparentes a outras interpretações de sentido.

4.1.3. Informante I05F e Informante I06M

Ambos os entrevistados produziram o sinal que se confere a seguir:

Figura 6: realização do item lexical bombeiro pelos informantes 05 e 06



Fonte: o autor.

A principal diferença entre este sinal e o sinal registrado é a configuração de mão. Os demais parâmetros permanecem inalterados. A escolha da configuração 04 em lugar da configuração 03 pode ser encarada

como uma diferença de “pronúncia”, uma vez que é uma alteração simples que não muda o significado do sinal (XAVIER; BARBOSA, 2014).

Estes informantes, aparentemente, não demonstram preocupação em evidenciar todos os aspectos semânticos contemplados pelo sinal, isto é, não parece haver uma ênfase ou uma descrição detalhada do que seria um *bombeiro*, pois não há traços que simulem sonoridade ou outros elementos visuais mais elucidativos, como sinalizados pelo informante 04.

4 ANÁLISES ESTATÍSTICAS

A partir dos dados analisados, é possível verificar alguns aspectos peculiares que pudemos notar nos sinais informados. Esses aspectos dizem respeito à quantidade de variações encontradas para cada item lexical, o grupo que mais apresentou variação – homens ou mulheres – e o parâmetro que mais sofreu alteração durante a articulação dos sinais. As referidas informações podem ser traduzidas em gráficos e tabelas que mostram mais claramente as estatísticas obtidas por meio da presente pesquisa.

Na tabela a seguir, podemos conferir a quantidade de variações encontradas para cada sinal pesquisado e também qual dentre eles apresentou o maior quantitativo de variação:

Tabela 1: relação de sinais pesquisados e quantidades de variações encontradas para cada item

SINAIS PESQUISADOS	QUANTIDADE DE VARIAÇÕES
ADVOGADO	03
BOMBEIRO	05
DENTISTA	04
ENFERMEIRO	03
MOTORISTA	02
POLICIAL	02

Fonte: o autor.

Assim, de acordo com a tabela, o sinal que mais apresentou variação foi o item lexical *bombeiro (a)*, conforme demonstrado pelos informantes.

Essa quantidade inclui também a realização linguística que coincide com aquela que está dicionarizada.

Outra estatística revela que os homens entrevistados apresentaram maior variação do que as mulheres entrevistadas, o que nos leva a crer que, em geral, elas tendem a ser mais conservadoras do que eles em relação ao uso de formas linguísticas diferentes do “padrão” (COELHO *et al.*, 2015). A média de variações por item lexical entre os homens é de 2,3 sinais, enquanto a média das mulheres é de 2 variações por item pesquisado.

Já em termos de unidades mínimas, isto é, os parâmetros, a principal variação se encontra na configuração de mão dos sinais. Nas seções anteriores, percebemos e comentamos a respeito desse aspecto e, mais uma vez, reforçamos que, embora essa variação na CM aconteça, ela não prejudica a carga semântica do sinal, uma vez que não se trata de um traço distintivo que carrega o significado do item (QUADROS; KARNOPP, 2004). O motivo para tal situação, no entanto, ainda não é totalmente claro e não há espaço aqui para tal discussão, porém, esse debate pode ocorrer em trabalhos futuros, que abordem os traços que configuram variação na libras.

Com esse resultado, podemos supor que as configurações de mão, dentre os cinco parâmetros, representam, teoricamente, o grupo mais aberto à variação na libras. É possível que isto ocorra por este parâmetro estar mais relacionado ao léxico propriamente dito, mas é apenas uma suposição da causa desse efeito observado em nosso trabalho.

Uma pesquisa mais aprofundada pode ser feita a partir das informações aqui descritas, mas, por ora, acreditamos que esta análise cumpra o propósito do presente estudo.

CONSIDERAÇÕES

Resumidamente, os resultados responderam às perguntas de pesquisa iniciais, demonstrando que os homens têm mais suscetibilidade a utilizar as variações linguísticas do que as mulheres, uma vez que eles apresentaram maior grau de formas não-padrão durante a coleta dos dados. Ademais, pudemos notar que, dentre os parâmetros que compõem os sinais em libras, a configuração de mão foi a que mais variou no decorrer de nosso

estudo, o que pode significar que essa unidade mínima tende a ser mais inventiva e alterada do que os parâmetros restantes. E, por fim, dentre os itens lexicais pesquisados, *bombeiro* apresentou mais possibilidades de realização – algumas mais “explícitas”, isto é, mais detalhadas, e outras, mais simplificadas.

Por ora, finalizamos este estudo de forma a não o tornar completamente fechado, mas de, por meio dele, abrir caminho a futuras pesquisas na área da Lexicologia e da Sociolinguística que envolvam a libras e suas especificidades. É possível estudar a influência das configurações de mão na formação dos sinais e elencar os motivos que as levam a não ser o parâmetro no qual a carga semântica dos sinais descritos aqui está contida. Essas motivações podem ser objeto de estudo para pesquisas futuras que agreguem conhecimento e relevância para os trabalhos realizados com a língua de sinais do Brasil. Relembramos, a tempo, que esta pesquisa é preliminar e, posteriormente, poderá ser refeita, estendida ou alterada, considerando que a língua é viva e dinâmica e que o processo de variação pode ser o prenúncio de uma mudança no sistema da língua, que é tão ativo quanto às próprias experiências dos usuários que o utilizam.

REFERÊNCIAS

BRITO, Lucinda Ferreira. *Por uma gramática das línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

CAPOVILLA, Fernando César [et al.]. *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil – a Libras em suas mãos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

COELHO, Izete Lehmkuhl. [et al.]. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. *Tabela de configurações de mão*. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em <https://www.google.com/search?q=tabela+de+configura%C3%A7%C3%A3o+de+m%C3%A3o+ines&sxsrf=ALeKk01KwayLI1AZhnGESBbTtAGN2U6akg:1597975442361&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwj2y-e0mqvrAhU6HbkGHXzjBiUQ_AUoAnoECAwQBA&biw=1360&bih=625#>

imgrc=ARDpZMcG3KXY1M&imgdii=E994UPFdBKGfcm>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2ª edição. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.

PROMETI, Daniela. *Glossário bilíngue da língua de sinais brasileira – criação dos sinais dos termos de música*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 27ª edição. São Paulo: Cultrix, 2012.

STROBEL, Karin Lilian; FERNANDES, Sueli. *Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais*. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED, SUED, DEE, 1998.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.

XAVIER, André Nogueira; BARBOSA, Plínio Almeida. Diferentes pronúncias em uma língua não sonora? Um estudo da variação na produção dos sinais da Libras. *D.E.L.T.A.* v.30.2, p. 371-413. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v30n2/0102-4450-delta-30-02-0371.pdf>>. Acesso em: 24 de novembro de 2019.

DO HOMOSSEXUALISMO À HOMOSSEXUALIDADE: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA LEXICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Claudiene Diniz da Silva

Joana Darc Rodrigues da Costa

Waldemar Duarte de Alencar Neto

INTRODUÇÃO

Interessados em investigar a organização e o funcionamento do léxico levando em conta fatores históricos e sociais, linguísticos e extralinguísticos, a Lexicologia sócio-histórica, proposta por Cambraia (2013), fundamenta-se no fato que um item surge para significar uma nova realidade, ou melhor, uma nova percepção desta.

Este aparato teórico-metodológico permite-nos investigar o processo de mudança de *homossexualismo* para *homossexualidade*, mudança que começa a ascender a partir da década de 50, levando em consideração os fatores históricos e sociais.

Para o desenvolvimento de nossa proposta, faremos, inicialmente, uma breve exposição das concepções sob as quais a homossexualidade é defendida (pecado, doença, “modo de ser”) e como essas concepções nomeiam o fato. Em seguida, com o objetivo de situar o nosso estudo lexical, explicaremos por que se trata de uma pesquisa onomasiológica e caracterizaremos o método proposto por Cambraia.

Após esses esclarecimentos, apresentaremos uma discussão sobre os dados que compõem o *corpus*, quais sejam, os textos coletados do periódico *Jornal do Brasil* (RJ). Essa discussão tem como objetivo perseguir o processo de mudança das formas e explicá-las levando em consideração a ocorrência, o meio textual em que ela ocorre e a sua relação com as palavras que coocorrem.

SOBRE HOMOSSEXUALISMO/HOMOSSEXUALIDADE

Muitas são as formas utilizadas para se referir à relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, seja de acordo com a época, cultura ou discursos vigentes: ato de *sodomia*, *inversão*, *perversão*, *homossexualismo* e *homossexualidade*. Elegidos os itens *homossexualismo* e *homossexualidade* como objeto de estudo, discorreremos brevemente sobre os discursos vigentes que explicam o uso dos termos, para daí dialogarmos com os usos desses itens nos textos jornalísticos.

De acordo com Rios (2001), a homossexualidade é historicamente apresentada sob quatro concepções: 1) homossexualidade como pecado; 2) homossexualidade como doença; 3) homossexualidade como diferenciação; e 4) homossexualidade como construção social¹.

Enquanto considerada como pecado, a prática de atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo é qualificada como moralmente reprovável. Dessa forma, o que está em questão é o cometimento ou não de tal ato, não sendo interesse, por essa concepção, padrões de classificação dos indivíduos entre homossexuais e heterossexuais, já que o objetivo é mesmo condenar todas as manifestações sexuais extraconjugais e as práticas não reprodutivas. Como afirma Rios (2001),

Nota digna nesta concepção, referente à orientação sexual, é a inexistência das categorias heterossexuais ou homossexuais para a constituição de identidades sexuais. A distinção aqui é marcada a partir da obediência ou da transgressão às leis divinas. (p. 36)

Saindo do âmbito religioso para o objeto de estudo da medicina, no fim do século XVIII e início do século XIX, os atos homossexuais são vistos como sintomas de doença que acomete o indivíduo, cuja presença identifica-o como “homossexual”, em contraposição a uma condição normal tida como saudável, denominada de heterossexualidade (Cf. RIOS, 2001, p. 38).

¹ Ressaltamos que contextualizaremos aqui apenas os pontos de discussão que coadunam com o nosso de interesse: o uso das palavras homossexualismo e *homossexualidade*.

Dentre as consequências do predomínio da mentalidade científica sobre a religiosa, destaca-se o abandono da perspectiva condenatória do ato homossexual para a adoção de uma classificação dos indivíduos mediante o binômio heterossexual/homossexual, a fim de identificá-los com uma dessas características.

É nessa fase, então, que são cunhados os termos “homossexual”, em 1869, por Karoly Maria Benkert, e “heterossexual”, em 1888, por James G. Kiernan. Nesse mesmo ambiente, ainda em 1860, Benkert cria o termo “homossexualidade” para designar todas as formas de relação carnal entre pessoas do mesmo sexo (BENKERT *apud* NAPHY, 2006, p. 220).

Ainda de acordo com as explicações de Rios (2001), a primeira grande marca do discurso médico-científico sobre a sexualidade irrompe na chamada “medicina das perversões”², pela obra do médico Richard Von Kroff-Ebing (*Psychopathia Sexualis with Especial Reference to Antipathic Sexual Instinct a Medico - Forensic Study*, de 1897). Trata-se de um catálogo sobre as consideradas perversões sexuais. À sua obra juntam-se outros cientistas no alvorecer desta “ciência do sexo”, como Havelock Ellis, Iwan Bloch, Magnus Hirschfeld e Sigmund Freud.

Segundo D. Greenberg (1999), a homossexualidade enquanto perversão sexual foi explicada através da teoria da degeneração: esta doença seria derivada de uma degeneração na forma pré-natal do sujeito, pela qual, no conflito entre os elementos sexuais masculino e feminino, resultava uma inconsistência entre o sexo anatômico e o instinto sexual.

No começo do século XX, o termo *homossexualismo* passou a ser usado com a conotação de doença, tendo a efeminação como sintoma. Nas sociedades ocidentais, principalmente, a medicina indicava que a doença podia ser prevenida e “curada”. Mais de um século depois, essa ideia vem sendo combatida e o termo ainda é usado indevidamente, principalmente por pessoas que têm uma visão negativa da homossexualidade.

² Deve-se considerar que, no século XIX, o sexo se tornou objeto de pesquisa científica no Ocidente, especialmente aquele praticado entre pessoas do mesmo sexo.

Conforme esclarecido no Manual de Comunicação LGBT (2010, p. 11), em 1973, os Estados Unidos retiraram *homossexualismo* da lista dos distúrbios mentais da *American Psychology Association*, e passaram a usar o termo *homossexualidade* para se referir às relações entre pessoas do mesmo sexo, já que o sufixo *-ismo* era considerado como indicador de doença. Em 09 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina aprovou a retirada, no Brasil, do Código 302.0 (Homossexualismo) da CID (Classificação Internacional de Doenças), referente aos desvios e transtornos sexuais. Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a retirada do Código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde. A nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas a partir de 1º de janeiro de 1993. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou a Resolução 001/99, considerando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, que “há, na sociedade, uma inquietação em torno das práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio culturalmente” (qual seja, a heterossexualidade), e, especialmente, que “a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações”. Assim, tanto no Brasil como em outros países, cientificamente, a homossexualidade passou a não ser definida como doença.

A partir da segunda metade do século XX, o termo *homossexualidade* trouxe a ideia de que ser homossexual é um modo de ser do indivíduo. A palavra dá ênfase aos aspectos psíquicos e afetivos. Coincidência ou não, o termo *homossexualidade* trouxe a valorização do indivíduo e, junto com ele, a defesa dos direitos dos homossexuais e a condenação da homofobia.

Em síntese, podemos dizer que há mais de 20 anos, o Código Internacional de Doenças (CID) deixa de classificar o homossexualismo como doença mental. Além da retirada da lista da OMS, o novo entendimento em relação à opção sexual também eliminou o sufixo *-ismo*, que remete à enfermidade. No entanto, 76 países ainda criminalizam uma pessoa LGBT (lésbica, gay, bissexual e transgênero), e “outras cinco nações punem com a pena de morte”, observa o presidente da Associação Brasileira

de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), Toni Reis. Segundo relatório anual da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), a pena de morte para o segmento é adotada no Irã, na Arábia Saudita, no Iêmen, na Nigéria e em Uganda.

Diante de tais avanços e da confusão no uso dos termos *homossexualismo* e *homossexualidade*, o grupo ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) publicou, em 2010, um Manual de Comunicação LGBT com o propósito de orientar os profissionais da área de comunicação, no sentido de reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam LGBTs. Para o grupo, o termo *homossexualismo* deve ser extinto, ficando apenas homossexualidade. Contudo, essa mudança ainda não está tão clara para muitos usuários da língua.

Ao procurarmos a definição de *homossexualidade* no dicionário, encontramos como resposta a palavra *homossexualismo*. Já em *homossexualismo*, a definição apresentada é “atração sexual entre pessoas do mesmo sexo” (HOUAISS, 2009, p. 397). Embora tais unidades lexicais sejam usadas por alguns usuários da língua como sinônimas, a homossexualidade vem ocupando o lugar de homossexualismo, substituição motivada, principalmente, pela busca da conscientização, por parte dos militantes, de que a orientação sexual por pessoas do mesmo sexo não é doença, mas uma orientação sexual que deve ser respeitada. Ao observarmos esse caso de neologismo de sentido, esse artigo tem a pretensão de analisar a influência dos fatores históricos e sociais no processo de mudança de homossexualismo para homossexualidade.

ESTUDO DO LÉXICO: UMA ANÁLISE ONOMASIOLÓGICA

Conforme Geeraerts (2010), as mudanças semânticas podem ser estudadas através de dois mecanismos: o mecanismo Semaseológico, aquele em que o pesquisador se ocupa em estudar uma única forma linguística e os significados agregados a tal forma, isto é, a investigação se dá nos significados que um item adquire em um espaço de tempo e situações; e o mecanismo Onomaseológico, cujo objetivo é buscar novos significantes

para o mesmo significado, ou seja, um conceito passa a ser expresso por um item lexical novo ou alternativo. Esse novo item pode resultar de fenômenos como formação de palavras, clivagem, mesclagem e empréstimo.

Como abrimos o tópico anterior, muitos são os itens criados para se referir ao interesse por pessoas do mesmo sexo. A criação e uso desses itens obedecem a critérios como crença, época e cultura, dentre outros. Dessa forma, ao escolhermos investigar as motivações e sentidos dos usos dos itens *homossexualismo* e *homossexualidade*, enquadramo-nos em uma pesquisa onomasiológica.

Para conduzirmos nossa pesquisa, adotamos como ponto de vista teórico-metodológico aquele defendido por Cambraia (2013) em sua proposta de uma Lexicologia Sócio-Histórica, por acreditarmos que os elementos que influenciam as mudanças semânticas são de natureza sociais e históricas, de uma dada realidade e de um determinado tempo.

LEXICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A Lexicologia Sócio-Histórica é uma teoria que visa, segundo Cambraia (2013), um modelo de organização e funcionamento do léxico, levando em conta fatores linguísticos e extralinguísticos, ou seja, trata-se de um estudo do léxico sob a perspectiva social.

Sua base teórica é fruto da amálgama dos pressupostos de Georges Matoré, fundador da Lexicologia Social, e de William Labov, criador da Sociolinguística Variacionista. O primeiro propõe uma análise do léxico que considere as transformações do mundo real, como por exemplo, a forma de organização de uma sociedade. Já o segundo, propõe um estudo que englobe as diferenças sociais, tais como o gênero do falante, sua idade, classe social, escolaridade, localização geográfica etc.

CONTRIBUIÇÕES DE G. MATORÉ PARA A LEXICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Segundo Cambria (2013), a questão central defendida por Matoré baseia-se no fato de que a criação de uma palavra equivale à formação de

um conceito, concretizando uma abstração do pensamento. Embora essa criação seja uma ação individual, essa palavra deixa de ser exclusiva de um indivíduo quando um grupo social começa a difundir-la. O que era de um falante passa a ter uso coletivo, mostrando, assim, o caráter social da palavra.

Segundo Matoré (*apud* Cambraia 2013, p. 161), “uma palavra, seja abstrata seja concreta, tem sempre um valor social mais ou menos racional ou afetivo: é por esse aspecto da significação que se interessa a lexicologia”. Por esse motivo, ele defende que as palavras são o “o reflexo de um estado da sociedade”, e que é possível compreender uma sociedade através do seu vocabulário.

Outro ponto importante abordado por Matoré refere-se às relações associativas de uma palavra. Para esse autor, uma palavra não acontece sozinha, mas aparece num contexto com palavras que se assemelham a ela, ou pela forma, ou pelo sentido. O que o difere de outros autores é o fato de defender que relações estabelecidas pelas palavras não são de ordem morfológica, mas sim de origem sociológica. Matoré declara que a melhor forma de estudar a função semântica de uma palavra é levar em conta as questões sociais, como por exemplo, o tempo.

CONTRIBUIÇÕES DE LABOV PARA LEXICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Assim como Matoré, William Labov também considera os fatores extralinguísticos nas suas análises linguísticas. A Teoria da Variação e Mudança desenvolvida por Labov parte do princípio de que a variação é inerente à língua, mas que não é caótica e pode ser descrita através da relação de dados linguísticos e sociais. Labov (1972) propõe a descrição da variação e mudança através de fatores sociais como idade, escolaridade, sexo, classe social e de fatores linguísticos (diretamente relacionados ao fenômeno em questão) para mostrar essa sistematicidade e regularidade da variação.

Segundo Labov (1994, p. 3), “para entender as causas da mudança, é necessário conhecer em que ponto da estrutura social a mudança se origina,

como ela se espalha para outros grupos sociais e quais os grupos que se mostram mais resistentes a ela”. No caso desse estudo, que aborda itens lexicais em textos jornalísticos, alguns fatores intra e extralinguísticos se mostram importantes: a posição da palavra na cadeia referencial, o gênero textual e o sexo do informante.

Sobre o sexo do informante, Labov afirma que formas inovadoras não estigmatizadas tendem a ser usadas primeiramente pelas mulheres, mas se a forma inovadora sofrer algum tipo de estigma social, as mulheres apresentam um comportamento mais conservador. Isso levanta uma questão: a forma inovadora *homossexualidade* sofre algum tipo de estigma social? Nos textos utilizados em nossa pesquisa, quem primeiro utiliza a forma inovadora? Pretendemos, neste artigo, buscar resposta para essas e outras questões.

DE *HOMOSSEXUALISMO* À *HOMOSSEXUALIDADE*: ANALISANDO AS OCORRÊNCIAS

Por volta da década de 40, no Brasil, difunde-se a expressão Homossexualismo (HM) com o sentido de que o interesse por pessoas do mesmo sexo é uma doença e, como tal, deve ser tratada. Uma década depois, difunde-se a expressão Homossexualidade (HD), palavra que também é usada para se referir ao interesse sexual e/ou afetivo por pessoas do mesmo sexo, mas criada com a intenção de retirar a ideia de doença tão fortemente marcada nesse fato. Considerando esse histórico e em razão do nosso recorte explicado adiante, tomaremos a análise a seguir como um estudo de caso cujo objetivo central é analisar a influência dos fatores históricos e sociais no processo de mudança do item lexical *homossexualismo* para *homossexualidade*.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto por esse estudo, seguimos um rigoroso método de análise, dividido em várias etapas. Tendo em vista que partimos da ideia de que *homossexualidade* (forma inovadora) está

tomando o lugar de *homossexualismo* (forma antiga), precisamos primeiro verificar a veracidade dessa afirmação.

A verificação dessa mudança foi realizada na base de dados do periódico *Jornal do Brasil* (RJ), disponível no endereço eletrônico <<http://hemerotecadigital.bn.br/jornal-do-brasil/030015>>. Confirmada nossa hipótese inicial, passamos para as próximas etapas do método.

Seguindo as recomendações de Cambraia (2013), identificamos as datas distais máximas, isto é, delimitamos nosso *corpus* a partir da data da primeira ocorrência da forma e da última ocorrência da forma antiga. A primeira ocorrência de *homossexualidade* encontrada no *Jornal do Brasil* (RJ) foi em 24 de agosto de 1956, enquanto a última ocorrência de *homossexualismo* foi em 30 de agosto de 2010.

Após a delimitação temporal do nosso estudo, de 1956 até 2010, dividimos esse espaço de tempo em cortes de 5 anos (1-5 e 6-0), isso porque consideramos, nos termos de Cambraia (2013, p. 169), “uma faixa de 5 anos: não tão curta a ponto de dificultar a percepção de tendências gerais, nem tão extensa a ponto de impedir a percepção de qualquer tendência”. Com isso, fizemos a contagem do número de ocorrências por corte sincrônico, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Cortes sincrônicos e as ocorrências de Homossexualismo e Homossexualidade

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS		
Cortes sincrônicos	Homossexualismo (HM)	Homossexualidade (HD)
1) 1956-1960	10	8
2) 1961-1965	37	10
3) 1966-1970	225	37
4) 1971-1975	335	439
5) 1976-1980	260	64
6) 1981-1985	452	80
7) 1986-1990	678	291
8) 1991-1995	411	246

9) 1996-2000	565	290
10) 2001-2005	344	406
11) 2006-2010	164	254
Total	3481	2125

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Pela análise da Tabela 1, podemos ver, em um período de 54 anos, a possibilidade de 11 cortes sincrônicos. Através desses 11 cortes, pudemos perceber o declínio de uso da forma antiga (*homossexualismo*) e a ascensão da forma nova (*homossexualidade*), o que atesta nossa ideia central de mudança de uma forma por outra.

Feita a contagem das ocorrências, transformamos os números absolutos em porcentagens. Essa transformação fez-se necessária para o procedimento seguinte: converter os percentuais para base de 10, e coletar as primeiras ocorrências de cada forma por período tomando como referência esse resultado.

Tabela 2: Porcentagem e base de 10 das ocorrências
Porcentagem (%) Base de 10

Cortes	HM	HD	M	D
1) 1956-1960	5	4		
	5%	5%		
2) 1961-1965	7	2		
	8%	2%		
3) 1966-1970	8	1		
	6%	4%		
4) 1971-1975	4	5		
	3%	7%		
5) 1976-1980	8	2		
	0%	0%		
6) 1981-1985	8	1		
	5%	5%		
7) 1986-1990	7	3		
	0%	0%		
8) 1991-1995	6	3		
	3%	7%		
9) 1996-2000	6	3		
	6%	4%		
10) 2001-2005	4	5		
	6%	4%		

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

A partir dos dados convertidos em base de 10, foi possível coletar os textos necessários para as análises. Tendo em vista que nosso referencial teórico propõe uma análise que leve em conta fatores históricos e sociais, a coleta também considerou o autor do texto coletado, seja ele autor do artigo, da citação, da fala em entrevista do texto jornalístico em questão, o gênero e outras informações de cunho sociolinguístico.

Coletados os textos, tanto da forma antiga, quanto da forma inovadora, recorremos à um programa computacional, o ABBYY *FineReader* 9.0 Sprint, que transformou os arquivos do Jornal do Brasil (salvos em formato JPEG) para o formato de texto. Após essa conversão, foi feita uma revisão dos textos, com a pretensão de corrigir possíveis falhas.

Textos corrigidos, utilizamos outra ferramenta computacional, o *AntConc* 3.2.4w (*Windows*), programa capaz de listar as palavras mais recorrentes nos textos. O objetivo dessa etapa foi encontrar as palavras que coocorrem com as formas *homossexualismo* e *homossexualidade*, para definir, assim, suas redes semânticas.

A última etapa do método consiste na análise das variáveis linguísticas e extralinguísticas. Para nossa pesquisa, as variáveis linguísticas consideradas foram: a posição do item lexical na cadeia referencial e o gênero textual; quanto às variáveis extralinguísticas, o gênero do informante (masculino e feminino) e a escolaridade (alta escolaridade). Sobre a escolaridade, acreditamos que todos os informantes tenham nível superior, haja vista os textos terem sido extraídos de jornal, cujo âmbito de produção exige formação superior.

ANÁLISE DOS DADOS

Começaremos nossa análise apresentando as primeiras ocorrências de *homossexualismo* e *homossexualidade* encontradas no Jornal do Brasil (RJ).

A primeira ocorrência de *homossexualismo* no *corpus* foi em 3 de abril de 1946. Vejamos:

O êxito no estrangeiro de um livro brasileiro

Quem lê português encontrará alimento para pensar em “Perversão Sexual e Câncer” do professor Paulo Coelho Neto. A obra tem menos de 60 páginas, mas encerra capítulos elucidativos, tais como: O flagelo do século XX, a marcha do Câncer através dos tempos, Câncer e prazeres epicuristas, Câncer e hormônios sexuais. Neto menciona as diversas teorias prevaledoras da causa do câncer, salientando que o aparecimento desse terrível mal tem quase duplicado nos Estados Unidos desde 1900, quase triplicado na Inglaterra, desde 1860, e aumentou no Brasil em proporções alarmantes. Depois da Primeira Grande Guerra, os homens fadigados ou atingidos por psicoses ou psiconeuroses consequentes, voltaram a filosofia epicuristas da vida. Autores como Freud, Forel e Havelock Elis ocuparam-se da sodomia, tribadismo, **homossexualismo**, ninfomania e exibicionismo. (Jornal do Brasil. 03/04/1946) (grifo nosso)

Nessa notícia percebemos que a palavra homossexualismo se refere a um distúrbio sexual. Conforme Matoré, segundo o qual uma palavra não acontece sozinha, mas num contexto com palavras semelhantes, sejam semelhanças semânticas ou morfológicas, nesse fragmento encontramos essas duas semelhanças: a primeira é um campo semântico relacionado à doença (câncer, psicoses, psiconeuroses, Freud) e similaridades morfológicas, como o compartilhamento do sufixo *-ismo* por tribudismo, homossexualismo e exibicionismo.

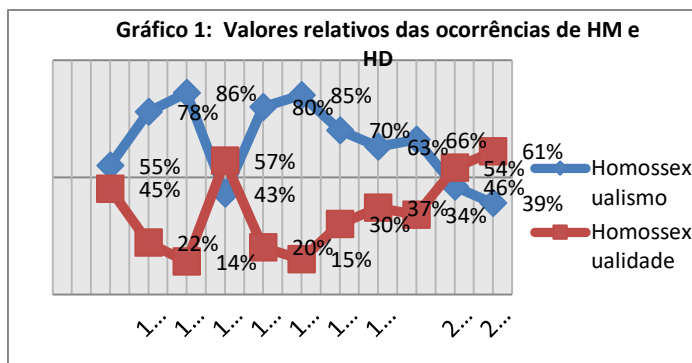
Na década de 1940, só houve uma ocorrência de homossexualismo, já supracitada. Já na década de 1950, as ocorrências totalizam 10 aparições. O número de ocorrências de homossexualismo começa a crescer na década de 1960, como mostram os dados da Tabela 1.

A primeira ocorrência de HD no *corpus* aparece na década de 50, no ano de 1956, em um pequeno espaço destinado a homenagear a psicanalista Iracy Doyle, depois de seu falecimento, por sua importância no desenvolvimento da psicanálise aqui no Brasil. O texto, mesmo de forma breve, relata seus títulos, organizações e publicações, nas quais HD aparece, como título de uma de suas obras:

Publicista: Obras – Sentido do movimento psicanalista; Introdução à Medicina Psicológica; Nosologia Psiquiátrica; Contribuição ao estudo da **Homossexualidade** Feminina; Modernas contribuições à Psicanálise. (Jornal do Brasil. 24.08.1956, grifo nosso)

Nessa primeira aparição, observamos que a palavra homossexualidade, aqui considerada como forma inovadora, aparece como sinônimo de homossexualismo. Estendendo o nosso olhar para o contexto em a palavra está inserida e a sua relação com as outras palavras, constatamos o sentido de doença.

Para mostrar o aparecimento da forma inovadora, como também a frequência de uso das duas formas estudadas, apresentamos um gráfico a seguir:



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

No Gráfico 1, temos a frequência de uso das formas *homossexualismo* e *homossexualidade* a partir de 1956, ano da primeira aparição da forma inovadora. Nesse gráfico, podemos ver os altos percentuais de uso de homossexualismo até o corte 1996-2000. Nos cortes que se sucedem, há uma inversão e a forma inovadora começa a apresentar percentuais mais altos. Ainda sobre esse gráfico, percebemos algumas peculiaridades, como por exemplo, no quarto corte (1971-1975), há uma inversão entre os percentuais das duas formas, o que levanta o seguinte questionamento: aconteceu algum fato histórico que justifique o uso da forma inovadora com percentual maior que a forma antiga nessa década?

Para respondermos a essa pergunta devemos considerar algumas observações. Primeiramente, devemos lembrar que não há uma precisão sobre a criação dos termos homossexualidade/homossexualismo, nem data nem de significados. Não podemos afirmar que o termo homossexualidade

passa a circular somente depois da exclusão de homossexualismo da lista de CID, prova disso é, como já falamos, o fato de a palavra homossexualidade ter sido cunhada em 1869, e ainda assim, o termo homossexualismo ser usado, como em uma obra de Freud, publicada em 1920. Sendo assim, vale ressaltar que homossexualidade passa a representar a ideia de “modo de ser” na década de 70, quando os militantes começam a lutar por essa mudança em contradição ao que se tinha antes, isto é, homossexualismo na lista de doenças, juntamente com outras também terminadas em *-ismo*, como, por exemplo, vaginismo.

Voltando aos dados, embora o gráfico aponte uma grande frequência de *homossexualidade*, verificamos que alguns desses usos ainda estão com o sentido de doença:

Em lançamento da Editora Mestre Jou, O Ato Sexual Normal e Psicopatologia Sexual, um volume que reúne trabalhos de vários ginecológicos franceses dirigidos pela Dra. Hélene Michel Wolfromm. O livro aborda os seguintes assuntos: o ato sexual; o estudo do casal, vaginismo e dispareunia; a **homossexualidade** feminina. (Jornal do Brasil. 02.02.71, caderno B, grifo nosso)

Droga cura doença sexual

O paciente em causa tinha um longo histórico clínico que incluía exibicionismo, **homossexualidade** e necessidade de relações sexuais diárias. (Jornal do Brasil. 08.05.71, grifo nosso)

Vemos aqui que HD coocorre com palavras que corroboram com o sentido de doença: psicopatologia, vaginismo, dispareunia, droga, cura, doença.

Mas, de fato, também observamos, nesse corte, mudanças consideráveis quanto ao uso desse item: ocorrências não mais atreladas ao sentido de doença. Mesmo que de forma tímida, está presente o neologismo de sentido:

Críticos e ensaístas dedicam-se ao estudo da própria homossexualidade de Foarster. (Jornal do Brasil. 27.02.1971, Caderno B, grifo nosso)

Se um candidato a professor encontra uma banca examinadora de alto nível que, sôfrego, se entrega a discussão sobre uma possível homossexualidade de Scott Fitzgerald, o que mais lhe resta fazer senão explodir? (À procura da verdade). (Jornal do Brasil. 04.06.71, grifo nosso)

Autor de um romance de publicação póstuma – a obra *Maurice* traz um final feliz para um casal de homossexual –, Foaerster desperta o interesse de críticos e ensaístas por sua orientação sexual. Observemos, neste caso, que HD não se insere em um contexto de doença, mas simplesmente de modo de ser. Do mesmo modo no segundo caso, ao comentar sobre um filme (*À procura da verdade*), o questionamento sobre a identidade sexual de Scott.

Cabe situar que na década de 70 se iniciam os primeiros movimentos homossexuais, com a fundação do jornal *Lampião da Esquina* (RJ) e do grupo SOMOS (Grupo de Afirmação Homossexual). “A partir desse lançamento as questões ligadas à homossexualidade passaram a ser discutidas com um outro olhar, fazendo com que a sociedade conservadora da época começasse a refletir sobre homossexualidade” (RODRIGUES, 2007, p. 66).

Ainda analisando os dados apresentados no Gráfico 1, vemos que o termo homossexualismo é hegemônico nos primeiros nove cortes sincrônicos apresentados, com exceção do quarto corte, já explicitado anteriormente. Nesse período de hegemonia, houve algumas palavras que coocorreram com a forma antiga, formando alguns campos semânticos.

Tabela 3: Palavras mais frequentes que coocorrem com HM.

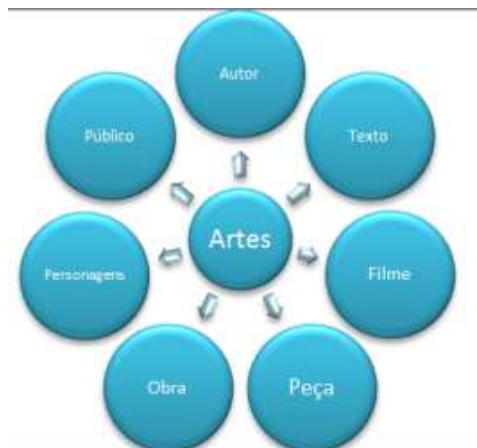
Lista das palavras que coocorrem com HM por ordem de frequência

1. Anos	11. Autor
2. Notícia	12. texto
3. Homossexuais	13. peça
4. Sexo	14. filme
5. público	15. Caso
6. Aids	16. obra
7. Pessoas	17. Igreja
8. Problema	18. Mulher
9. Homem	19. lei
10. Vida	20. Personagens

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base na ferramenta *AntConc 3.2.4w*.

Conforme as palavras apresentadas na Tabela 3, podemos estabelecer dois campos semânticos recorrentes nos textos analisados: o primeiro, no campo das artes (literatura, teatro e cinema) e no campo da religião, como mostram as ilustrações abaixo.

Campo Semântico: **Artes**



Campo Semântico: **Religião**



As ilustrações mostram os campos semânticos encontrados nos textos analisados sobre homossexualismo. O primeiro campo semântico se justifica pela recorrência da forma antiga em peças de teatro, assunto de livros e filmes. Vale lembrar que nos textos analisados, o termo homossexualismo não era a questão central, na maioria dos casos fazia parte de uma lista de assuntos, sendo só mais um deles, como mostra o exemplo a seguir:

DE REPENTE NO ÚLTIMO VERÃO

Suddenly Last Summer é a versão cinematográfica da peça teatral de Tennessee Williams que apresenta, como atração principal, uma excelente atuação da veterana atriz Katherine Hepburn. O argumento apresenta todas as idiosincrasias próprias do dramaturgo americano: há assassinato, loucura, **homossexualismo**, canibalismo, incesto e outros problemas do gênero. Elizabeth Taylor é a estrela em um papel que exige muita força dramática para não cair no ridículo; Montgomery Clift luta com um papel inexpressivo e Katherine Hepburn tem a melhor atuação. A direção é de Joseph Mankiewicz. A partir de segunda-feira no Asteca. (Jornal do Brasil. 17/06/1962, grifo nosso)

Já no campo da religião, há motivações para a recorrência do tema nos textos apresentados. O fato de o homossexualismo para a Igreja Católica ser considerado pecado é um dos fatores que pode justificar esse campo semântico, mas, no jornal, essa relação é estabelecida em razão de uma publicação da Igreja Católica:

Igreja divulga código sobre conduta sexual

Cidade do Vaticano — Em uma decisão sem precedentes, a Igreja Católica divulgou ontem um Código Sexual Contemporâneo, onde ataca a “descontrolada exaltação do sexo” e manifesta a posição do Vaticano contrária às relações sexuais extraconjugais, o **homossexualismo** e a masturbação. (Jornal do Brasil. 16/01/1976, grifo nosso)

Embora utilizadas como palavras equivalentes, homossexualismo e homossexualidade não apresentam as mesmas palavras recorrentes e, por conseguinte, os mesmos campos semânticos, observação que nos permite dizer que se trata de um neologismo de sentido. É o que mostra a tabela a seguir.

Tabela 4: Palavras mais frequentes que coocorrem com HM.
Lista das palavras que coocorrem com HM por ordem de frequência

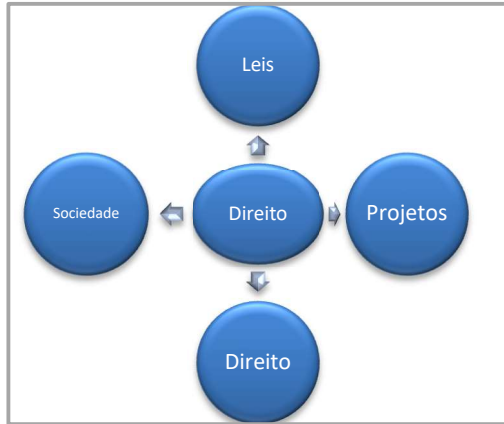
1. Homossexuais	11. Direito
2. Livro	12. País
3. Homem	13. Projeto
4. Gays	14. Relação
5. Lei	15. Sexual
6. Sexo	16. Tendências
7. História	17. Amor
8. Vida	18. Brasil
9. Sociedade	19. Congregação
10. Desejo	20. Filme

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base na ferramenta *AntConc 3.2.4w*.

Os movimentos em busca de direitos e, principalmente, de respeito pelos homossexuais, iniciados na década de 70, vão ganhando maiores proporções, e com as conquistas, podemos observar que a homossexualidade vem sendo vista de forma mais tolerante.

Com os dados da Tabela 4, observamos que as palavras que frequentemente coocorrem com homossexualidade apresentam valores socialmente mais positivos. Em síntese, poderíamos ilustrar dois campos semânticos que, de certa forma, estão relacionados: o campo direito, com as palavras: leis, projetos, sociedade, relações; e um campo semântico com palavras que se relacionam com a afetividade: sexo, vida, desejo, relação e amor.

Campo Semântico: Direito



Campo Semântico: Afetividade



As ilustrações mostram os campos semânticos encontrados nos textos analisados sobre homossexualidade. O primeiro campo semântico se justifica pela recorrência da forma nova em discussões jurídicas, elaborações de projetos de leis em busca de reconhecimento, legitimidade e repeito, como é o caso de projetos de leis que visam a legalização da união civil, com início desde 1995. O segundo campo semântico nos permite visualizar que os homossexuais já conquistaram, dentre outras coisas, o respeito e a forma de serem vistos, como mostra o exemplo a seguir:

...muitas pesquisas defendem atualmente que a **homossexualidade** não é um comportamento desviante, situando-se dentro do âmbito normal da expressão sexual humana. (Jornal do Brasil. 28.01.2001, grifo nosso)

Em um espaço chamado *Conversa na Varanda*, a psicanalista e psicóloga Regina Navarro Lins, ao receber uma carta de um leitor que admite sentir desejo por homens, esclarece que homossexualidade não é doença. Esses esclarecimentos são bastante comuns nesses últimos cortes.

Homem conquista bens do ‘marido’

Depois de entrar na Justiça e conseguir herdar posses do suposto companheiro, decorador nega **homossexualidade**. (Jornal do Brasil. 30.03.06, grifo nosso)

Embora haja a possível “negação” da homossexualidade, esse dado nos parece muito interessante por demonstrar os direitos civis já adquiridos pelos homossexuais. Comprovamos, com esse exemplo, que o item *homossexualidade*, principalmente nos dois últimos cortes, é usado longe da ideia de doença. É interessante ressaltar que, nessa data, em 2006, já acontecia inclusive a inserção do parceiro em planos de saúde, dependentes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No caso da matéria, também nos chama atenção a palavra “marido” para se referir ao companheiro, fato não legalizado à época, mas possível de ser pensado em razão, por exemplo, da proposta de projeto de lei da psicanalista e política brasileira Marta Suplicy, criado em 1995. Apesar de não haver projetos aprovados nesse sentido, já existem decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, que reconhecem a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, além da própria decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013, que autoriza a oficialização de casamentos.

Além da questão semântica, outro fator linguístico também foi observado nesse estudo de caso: a posição da unidade lexical na cadeia referencial. Segundo Nardelli (2013), um sinal capaz de evidenciar que a forma invocadora está tomando o lugar da antiga é seu aparecimento em posição inicial na cadeia de menção, ou seja, quando deixa de ser usada como elemento de retomada e passa a ser o referente principal.

Acreditamos que esse fator seja importante para avaliar a mudança lexical, mas nossos dados não nos deram condições satisfatórias para que

essa categoria fosse analisada, uma vez que, nos textos analisados, são poucas as ocorrências em que a forma antiga e a forma nova aparecem concomitantemente. Nos nove cortes de hegemonia de homossexualismo, composto por 62 textos, somente em 3 deles houve ocorrência da forma inovadora. Outro agravante para desconsiderar esse fator foi o motivo da aparição dos dois termos: na maioria casos de ocorrência dessas unidades lexicais, elas não eram o assunto principal, mas apenas um assunto adjacente. Vejamos essa crítica de filme:

Parágrafo 175

Vencedor das categorias de melhor diretor e documentário do Sundance Film Festival, ano passado, Parágrafo 175 (foto) mostra o preconceito e a humilhação sofridos pelos homossexuais durante o holocausto. Título de uma lei alemã cumprida com rigor durante o governo de Adolf Hitler, o parágrafo 175 reprimia e punia o **homossexualismo** com violência e morte. Exibido pelo GNT (Net), o documentário aborda a lei sob o enfoque dos excluídos que conseguiram sobreviver: gays e lésbicas que sofreram, em dobro, as absurdas perseguições dos anos 40. A narração de Parágrafo 175 original, feita pelo ator Rupert Everett - que, em 1989, declarou publicamente sua **homossexualidade**. D Parágrafo 175, Canal GNT (Nei), domingo, às 20h30. (Jornal do Brasil)

A questão da cadeia referencial põe em foco outro fator do nosso estudo, o gênero textual no qual aparece a notícia. Nossos dados mostram que as primeiras ocorrências de ambos os termos foram em críticas de filme, livro e peças teatrais. Por esse motivo, a abordagem do assunto não era tão pontual. Só a partir dos anos 2000, o tema passa a ser debatido socialmente, com a luta por direitos das comunidades LGBT.

O último elemento abordado nesse estudo foi o gênero do autor/informante dos textos analisados. Partindo do pressuposto laboviano de que a mulher tende a usar a forma inovadora, caso esta forma não sofra nenhum estigma social, tínhamos a intenção de avaliar quem iniciou o uso de homossexualidade no *corpus* pesquisado.

Tanto na primeira ocorrência da forma antiga quanto da forma nova, não constava o nome do autor, e, por conseguinte, o gênero do informante. Dos 70 textos analisados com item lexical *homossexualismo*, 30 não constavam o nome do autor, 30 textos apresentavam autores/informantes

do sexo masculino, e só 10 textos eram assinados por mulheres, mas nunca em reportagens, somente em críticas de livro ou filme. Ainda que na forma inovadora tenhamos analisado textos de todos os cortes sincrônicos, focamos nos cortes cuja ocorrência era hegemônica, isto é, nos dois últimos cortes (10º e 11º). Para enriquecer nossa análise, utilizamos mais textos que o calculado na base de 10, por isso, só nesses cortes, estudamos 30 textos. Desses 30 textos, somente 10 mulheres apareceram como autoras. Logo, a questão do gênero não pode ser avaliada com fator determinante nesse processo de mudança linguística.

SÍNTESE DAS ANÁLISES

Nesse estudo de caso, demonstramos através das discussões e gráficos a mudança do item *homossexualismo* para *homossexualidade*. Por questões históricas e sociais, essa mudança ocorreu. Nossa pesquisa mostrou que, embora estes dois itens fossem utilizados para referir um mesmo significado, *homossexualismo* foi difundido com o sentido de doença e *homossexualidade* para se referir a um modo de ser. Para marcar essa mudança, temos a substituição do sufixo *-ismo*, que indica doença, pelo sufixo *-dade*, que remete a modo de ser.

Com a ajuda da tabela 4, demonstramos as palavras que ocorrem com cada uma das formas em análise, com o objetivo de comprovarmos que, além de serem palavras diferentes, elas apresentam um sentido diferente. Vimos que no caso de homossexualismo, o item apresenta uma ideia de doença, de algo negativo. Inclusive a palavra, em suas primeiras ocorrências, circula em campos semânticos de arte e da religião. A forma inovadora, começa a aparecer e vai se tornando hegemônica com o sentido de modo de ser. Nos cortes sincrônicos em que essa forma é dominante, observamos os campos semânticos de direito e afetividade, como podemos comparar na tabela a seguir.

Tabela 5: Palavras mais frequentes que coocorrem com HM e HD
Lista das palavras que coocorrem com HM e HD por ordem de frequência

Homossexualismo (HM)	Homossexualidade (HD)
----------------------	------------------------------

1. Anos	1. Homossexuais
2. Notícia	2. Livro
3. Homossexuais	3. Homem
4. Sexo	4. Gays
5. público	5. Lei
6. Aids	6. Sexo
7. Pessoas	7. História
8. Problema	8. Vida
9. Homem	9. Sociedade
10. Vida	10. Desejo
11. Anos	11. Direito
12. Notícia	12. País
13. Homossexuais	13. Projeto
14. Sexo	14. Relação
15. público	15. Sexual
16. Aids	16. Tendências
17. Pessoas	17. Amor
18. Problema	18. Brasil
19. Homem	19. Congregação
20. Vida	20. Filme

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base na ferramenta *AntConc* 3.2.4w.

Além de confirmar as comparações já suscitadas, o quadro nos mostra um ponto muito interessante. Somente com a ocorrência de *homossexualidade* aparece o item *gay*. Essa observação faz-se interessante por dois motivos: primeiramente, porque, segundo Trevisan (2007), só depois da década de 80, os militantes começam a investir numa luta pela valorização e respeito pela identidade gay, e um segundo ponto diz respeito à palavra *homossexual* que, como já explicamos, foi cunhada no cenário das patologias, ou seja, em um meio em que *homossexualismo* é perspectivado de modo negativo. É possível observar então que o aparecimento da palavra *gay* com a palavra *homossexualidade* corrobora a nossa hipótese de que a forma nova apresenta um neologismo de sentido e nos permite falar que a orientação sexual é de responsabilidade do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pretensão de analisar as mudanças lexicais considerando motivações históricas e sociais, adotamos nesse estudo os pressupostos da Lexicologia Sócio-Histórica. Tal teoria une aspectos da Lexicologia desenvolvida por Matoré, e da Sociolinguística de Labov.

Nossa pesquisa, seguindo as prescrições de Cambraia (2013), buscou articular fatores internos (semânticos) e externos (sociais), a fim de apresentar a estrutura dos itens lexicais *homossexualismo* e *homossexualidade* em um determinado período da história.

Vimos que, embora a forma inovadora tenha aparecido em nosso *corpus* em 1956, ela só começa a dominar nos anos 2000, ou seja, quase 50 anos depois. Percebemos também que, nesses 50 anos de predominância da forma antiga, houve um período (1971-1975) em que a forma inovadora a superou em número de ocorrências. A possível justificativa dessa inversão é o fato de a Associação Americana de Psicologia ter retirado o termo *homossexualismo* da lista de distúrbio mentais e passou a usar *homossexualidade*.

Acreditamos, assim como Matoré e Labov, que as mudanças lexicais estão diretamente relacionadas com a história e com a sociedade. A inclusão de aspectos externos ao léxico, tais como o social e o temporal, conforme mostramos neste artigo, pode levar à compreensão de muitos fenômenos, haja vista a dinamicidade da língua agindo nesses processos.

REFERÊNCIAS

CAMBRAIA, César Nardelli. Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis. *Rev. Estudos de Linguagem*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-188, jan./jun. 2013.

GEERAERTS, Dirk. *Theories of Lexical Semantics*. New York: Oxford University Press, 2010.

GREENBERG, David F. de *apud* SPENCER, Colin. *Homossexualidade*. uma história. Tradução de Rubem Mauro Machado. 2. ed., Rio de Janeiro, 1999.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change – Internal Factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. *Principles of Linguistic Change – Social Factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

NAPHY, William. *Born to be gay: história da homossexualidade*. Lisboa: Edições 70,

LDA, 2006.

REIS, Toni; LINDNER, Liandro; ROMÃO, Lilian; MARTIN, Ferdinando (orgs.). *Manual de comunicação LGBT*. Rio de Janeiro: Ed. LTDA, 2010.

RIOS, Roger Raupp. *Homossexualismo no Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

RODRIGUES, José Luís Pinto. *Impressões de identidade: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil*. 2007. 216 fls. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 66-67.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso – a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade*. São Paulo: Record, 2007.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Ayla Cristina Lopes Moura é Licenciada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Federal do Maranhão em 2011 e em Estudos Africanos e Afro-brasileiros também pela UFMA em 2019. Professora da rede estadual de ensino do Estado do Maranhão, lecionando Língua Espanhola. Atualmente mestranda em Letras também pela UFMA, na linha de pesquisa Análise e descrição do Português brasileiro. É membro do Grupo de Estudos em Línguas, Memórias, Identidades e Culturas (GELMIC), desenvolvendo pesquisas na área da Terminologia Cultural, coordenada pela professora Doutora Georgiana Santos.

Brandon Jhonata Cardoso Santana é tradutor e intérprete de Libras no Instituto Federal do Maranhão – IFMA. Possui graduação em Licenciatura em Letras-Libras pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e metrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras) – UFMA. Pesquisador membro do Grupo de Estudos em Línguas, Memórias, Identidades e Culturas – Gelmic e do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Linguística e Línguas de Sinais - GEPILLS.

Fernanda Mello Demai é Doutora com Pós-Doutorado em Letras, na linha de pesquisa de Lexicologia e Terminologia, pela Universidade de São Paulo – Brasil. É Coordenadora de Projetos Pedagógicos na Unidade do Ensino Superior de Graduação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Área de Análise e Formulação de Currículos e Cursos). É professora, pesquisadora e autora com experiência profissional de mais de 20 anos em: Linguística, Terminologia, Língua Portuguesa, material didático; dicionários e glossários; Currículo e Memória e História da Educação Profissional e Tecnológica.

Claudiene Diniz da Silva é Professora da Universidade Estadual do Maranhão. Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pós-doutora pela mesma Instituição. Pesquisa a

significação em diferentes perspectivas enunciativas. No mestrado, realizado na Universidade Federal do Piauí, focou no adjetivo na perspectiva da Teoria das Operações Enunciativas. No Doutorado, sob a orientação do professor Luiz Francisco Dias, realizou um estudo sobre a relação entre significação, linguagem e tecnologia. Faz parte dos grupos de estudos GETOE e ENUNCIAR. Coordenadora do Grupo de Pesquisa GELLEMA.

Gladis Maria de Barcellos Almeida é Doutora em Letras/Linguística pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) com pós-doutorado na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha). Professora associada no Departamento de Letras e no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenadora do projeto internacional intitulado *Terminologias Científicas e Técnicas Comuns* (TCTC) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Fundadora e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia (GETerm).

Ieda Maria Alves é doutora em Linguistique pela Université Paris 3 - Sorbonne-Nouvelle (Paris, França), Livre-docente pela Universidade de São Paulo. É professora titular na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Foi presidenta do Comitê Executivo da Rede Ibero-americana de Terminologia de 11-2000 a 11-2002, coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL de 06-2002 a 06-2004 e presidenta do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo de 07-2011 a 07-2013. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase nos estudos do Léxico, atuando principalmente nos seguintes temas: Neologia, Morfologia, Lexicologia, Terminologia e Lexicografia.

Joni Márcio Dorneles Fontella é doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Cascavel, e bolsista CAPES. É professor de língua Inglesa e realiza pesquisas sobre o ensino e aprendizagem do léxico especializado.

Joyce Cristina Souza é Mestra em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), graduada em Letras pela Universidade de Franca. Atua como tradutora e intérprete de Libras na UFSCar e como docente de Libras no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de São Carlos (SP). Pesquisa na área de Linguística, com ênfase em Língua Brasileira de Sinais, nos temas: Terminologia, Lexicografia, Metalexicografia, Ensino de português como segunda língua para surdos, Tradução e Interpretação, Formação de tradutores e intérpretes.

Joana Darc Rodrigues da Costa é Pós-doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Piauí. Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com área de atuação em Linguística Teórica e Descritiva (Linguística da Enunciação ou Semântica da Enunciação). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), área de concentração: Estudos de Linguagem, período de 2010-2012. Especialista em Linguística da Libras pela FAEMA. Formada em Letras/Português pela Universidade Federal do Piauí, concluído em 2009. Atualmente, atua como professora na UNINASSAU-Teresina.

Lucimara Alves da Costa desenvolve pesquisa de Pós-doutorado na Universidade de São Paulo. É Doutora em Linguística pela Universidade Estadual Paulista-UNESP e doutora em Traducción y Ciencias del lenguaje pela Universidad Pompeu Fabra, Barcelona-Espanha. Realizou um estágio de pós-doutorado pela Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile, 2016/ 2017. Como pesquisadora, atua na área de Linguística, com ênfase em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia Mono/Bílingue. Suas pesquisas abordam, principalmente, questões referentes à variação terminológica Português/Espanhol, partindo de um ponto de vista cognitivo.

Liliane de Souza Almeida é autora do artigo atua na Educação básica desde 2009, lecionando no Ensino Médio. Atualmente, ensina língua portuguesa na rede de Ensino Estadual de Pernambuco, na Escola Integral Olavo Bilac e na Escola Estadual Amaro Lafayette. Desenvolve trabalhos

relacionados às áreas de Linguística, Léxico, Letramento e práticas Oraís e Semântica Contextual.

Leandro Andrade Fernandes é Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Mestre em Estudos da Linguagem e graduado em Letras: Libras pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Docente do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia – ICHPO/UFU. Coordenador de área em Estudos Lexicográficos do Laboratório de Leitura e Escrita das Línguas de Sinais – LALELiS da UFG. Participa do GEPLLELL – Grupo de Estudos e Pesquisas em Leitura, Escrita, Livros e Linguagens vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Educação e Diversidade – NEPGED, UFU/Pontal.

Lucas Eduardo Marques Santos é Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem; Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás Regional Catalão. Coordenador do Núcleo de Acessibilidade UFCAT. Pertence ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, GEPLAEL e ao Grupo Sistêmica, Ambientes e Linguagens, SAL, e-mail: lems.lucas@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6988438530011479>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7671-1333>

Melissa Heberle Diedrich é Docente e pesquisadora do IFSul Câmpus Lajeado. Doutora em Ciências e Licenciada em Letras pela UNIVATES. Mestre em Letras-Estudos da Linguagem: Teoria e Análise Linguística pela UFRGS. Em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado dedicou-se aos estudos do léxico da língua, pesquisando os fenômenos da fraseologia e da toponímia. Colaboradora da Comissão científica de e-book do curso de Letras da UNIVATES. Tradutora. Autora e revisora de livros e periódicos científicos. Temas de interesse: idiomas e léxico; dicionarística; onomástica. Contato: melissaheberle@ifsul.edu.br.

Matheus da Silva Lopes é Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PGLetras) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); pós-graduando em Educação à Distância: Gestão e Tutoria pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI); graduado em Letras-Libras, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Tem experiência na área de Letras, com ênfase em pesquisas linguísticas, sociolinguísticas, dialetológicas, geolinguísticas e no ensino, tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.

Waldemar Duarte de Alencar Neto é Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Teresina Central. Possui doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde atualmente desenvolve projeto de pós-doutorado, e mestrado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: interface semântica e sintaxe; enunciação e gramática; ensino do português. É membro dos grupos de pesquisa ENUNCIAR (UFMG) e GETOE (UFPI).

Zuleica de Sousa Barros é doutoranda e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará/UFC; Especialista em Linguística pela Universidade Federal do Maranhão/UFMA; Professora do Departamento de Letras - Curso de Letras e Letras/Libras da Universidade Federal do Maranhão - UFMA; Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Geolinguística/Dialetologia e Linguística Aplicada, trabalhando principalmente com: Alfabetização, Letramento, Língua Portuguesa, Libras e formação docente.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Georgiana Márcia Oliveira Santos – Professora Adjunto II do Departamento de Letras e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), *campus* I, São Luís, com doutorado em Linguística. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Línguas, Memórias, Identidades e Culturas (GELMIC) e pesquisadora dos projetos Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA) e Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Tem experiência de pesquisa e publicações; i) na área de Linguística, principalmente, nas subáreas: terminologia, lexicologia, lexicografia, dialetologia, geolinguística e etnolinguística; ii) na área de ensino de línguas materna e estrangeira, especialmente, sobre o ensino de língua portuguesa e de língua espanhola E/LE; iii) na área de educação das relações étnico-raciais; iv) na área do ensino e aprendizagem de jovens e adultos – EJA; v) e avaliação escolar. E-mail: georgiana.marcia@ufma.br

Luís Henrique Serra – Professor Adjunto CII pela Universidade Federal do Maranhão, é professor permanente do mestrado em Letras da Universidade Federal do Maranhão, *campus* III, Bacabal (PGLB). Tem doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo. É líder do Grupo de Investigações do Ensino de Língua Portuguesa (GIELP/UFMA/CNPq) e professor pesquisador dos projetos Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA) e do Brasil (ALiB). Seus interesses de pesquisa são estudos do léxico (com ênfase para a Terminologia), do texto e dos gêneros textuais e ensino de língua materna.

Theciana Silva Silveira - Doutora em Linguística, com ênfase em Análise e Processamento Automático de Línguas Naturais (PLN), pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Possui graduação em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas pela UFMA. Atualmente, é integrante da equipe de pesquisadores do projeto Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA). É membro do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia (GETerm), da UFSCar. Desenvolve pesquisas em Linguística, atuando, principalmente, nas seguintes áreas: Sociolinguística, Lexicologia e Terminologia.

